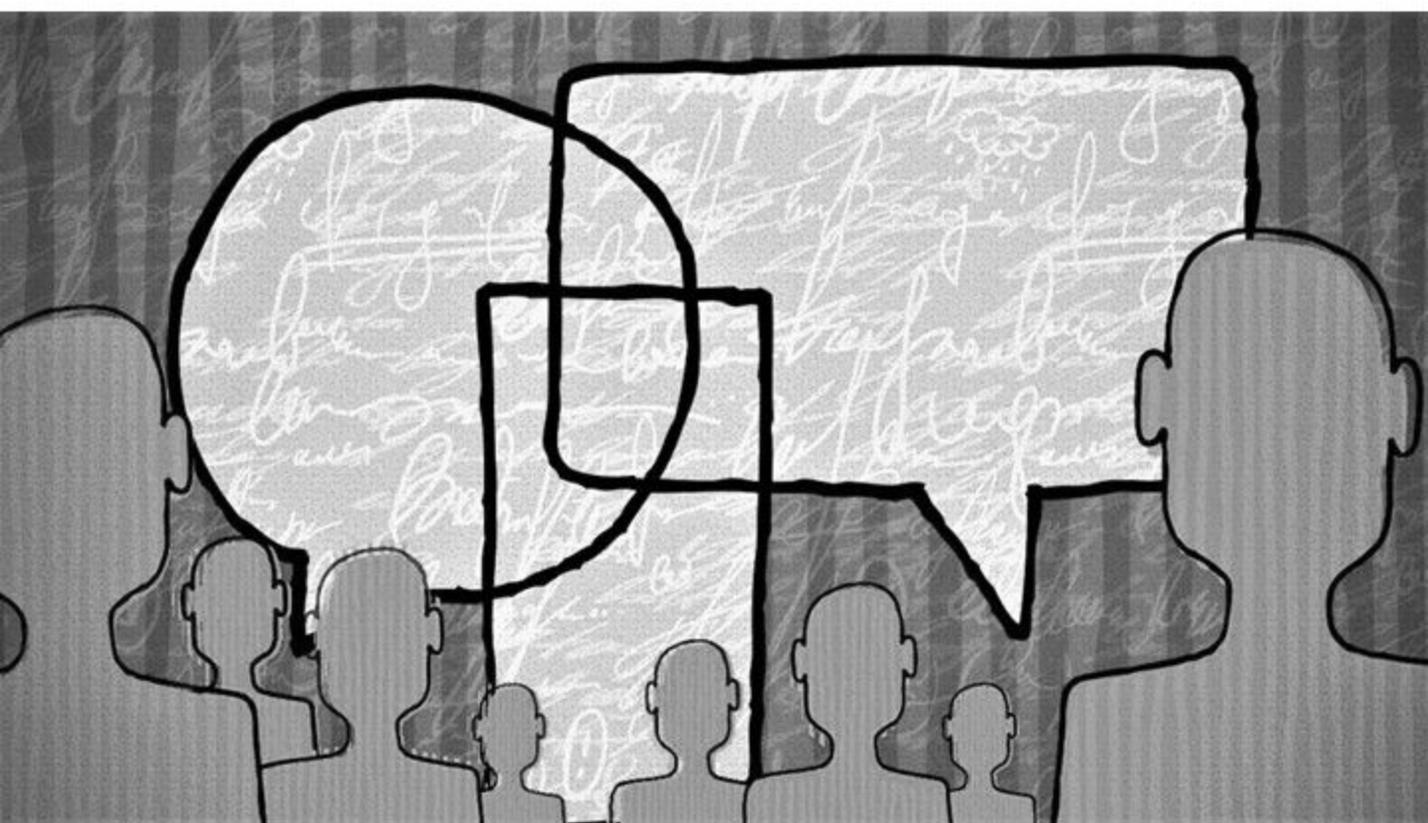


REVISTA
DISSOL

Discurso, Sociedade e Linguagem



Ano 4, Número 7, janeiro – junho / 2018

ISSN: 2359-2192

Editorial

Caros leitores,

O sétimo número da Revista DisSoL – Discurso, Sociedade e Linguagem, publicada pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), é composto por 11 (onze) artigos e uma resenha elaborados por integrantes das seguintes instituições: Universidade do Vale do Sapucaí; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Goiás; Universidade Estadual de Londrina; Universidade Católica de Pernambuco e Universidade de São Paulo.

Na seção **Artigos** contamos com os manuscritos: a) Estudo sobre as contribuições do hipertexto para promoção do letramento literário de alunos do ensino técnico de nível médio, de Erika Kress; b) Maio de 2016: sentidos em torno do significante “cultura” no espaço virtual, de Felipe Augusto Santana do Nascimento; c) Língua, ensino e história: sujeitos e práticas discursivas na sala de aula, de Denílson Vieira de Souza e Andrea Silva Domingues; d) O enunciado o gigante acordou e suas marcas discursivas no imaginário nacional, de Anderson de Carvalho Pereira; e) O movimento identitário dos indígenas: cyberbullying e discurso, de Vania Maria Lescano Guerra e Fabiana Ferrari; f) "Na minha terra só tem macho!" um estudo do estereótipo de gaúcho à luz da Semântica do Acontecimento, de Poliana Miranda Sampaio Almeida e Adilson Ventura; g) Sujeito, ideologia e construção de sentidos na letra de rock Geração Coca-cola, de Legião Urbana, de Anísio Batista Pereira; h) Reflexões acerca da “mulher de sorte” e do “homem de sorte” na publicação “Bela, recatada e do lar”, de Karla Roberta Neumann e Vivian Elis Golfetto Ramos; i) Ratos governadores? Memória discursiva, posições-sujeito e ideologia na produção de sentidos numa charge política, de Dalexon Sérgio da Silva.

Na seção **Convidados** contamos com a contribuição de Luciana Nogueira com o manuscrito “As palavras de ordem e a cena pública”, de Luciana Nogueira.

A **Resenha** é de autoria de Jéssica Vidal Damaceno, Renata Maira Tonhão Bolson, Symone Angélica Cezar da Silva Augusto e se debruça sobre a obra *O Papel da Memória* de Pierre Achard.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Sumário

Artigos

- ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO HIPERTEXTO PARA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO, de Erika Kress 3
- MAIO DE 2016: SENTIDOS EM TORNO DO SIGNIFICANTE “CULTURA” NO ESPAÇO VIRTUAL, de Felipe Augusto Santana do Nascimento.....17
- LÍNGUA, ENSINO E HISTÓRIA: SUJEITOS E PRÁTICAS DISCURSIVAS NA SALA DE AULA, de Denílson Vieira de Souza e Andrea Silva Domingues30
- O ENUNCIADO *O GIGANTE ACORDOU* E SUAS MARCAS DISCURSIVAS NO IMAGINÁRIO NACIONAL, de Anderson de Carvalho Pereira 47
- SENTIDOS E DERIVAS EM COMPOSIÇÕES VISUAIS, de Liliane Souza dos Anjos.... 59
- O MOVIMENTO IDENTITÁRIO DOS INDÍGENAS: CYBERBULLYING E DISCURSO, de Vania Maria Lescano Guerra e Fabiana Ferrari..... 72
- "NA MINHA TERRA SÓ TEM MACHO!" UM ESTUDO DO ESTEREÓTIPO DE GAÚCHO À LUZ DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO, de Poliana Miranda Sampaio Almeida e Adilson Ventura 94
- SUJEITO, IDEOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA LETRA DE *ROCK GERAÇÃO COCA-COLA*, DE LEGIÃO URBANA, de Anísio Batista Pereira 108
- REFLEXÕES ACERCA DA “MULHER DE SORTE” E DO “HOMEM DE SORTE” NA PUBLICAÇÃO “BELA, RECATADA E DO LAR”, de Karla Roberta Neumann e Vivian Elis Golfetto Ramos119
- RATOS GOVERNADORES? MEMÓRIA DISCURSIVA, POSIÇÕES-SUJEITO E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS NUMA CHARGE POLÍTICA, de Dalexon da Silva .. 137

Convidados

- AS PALAVRAS DE ORDEM E A CENA PÚBLICA, de Luciana Nogueira 153

Resenha

- UMA LEITURA PELOS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO, de Jéssica Vidal Damaceno, Renata Maira Tonhão Bolson e Symone Angélica Cezar da Silva Augusto 169

ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO HIPERTEXTO PARA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Erika Kress*

Resumo:

*O artigo se inscreve no rol de investigações que privilegiam a abordagem qualitativa dos fenômenos educacionais. Nele, busca-se responder qual o impacto da utilização de estratégias de construção do hipertexto em ambiente virtual na formação de leitores de textos literários canônicos por meio de uma pesquisa-ação. A concepção de leitura literária serve para o entendimento de que o leitor não é um ser passivo na leitura da obra, trabalhando para significar o texto que ele tem em mãos, a partir de suas experiências de vida. Do outro lado, busca-se trabalhar com a acepção do hipertexto e sua conexão com a ideia de agência. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados a alunos do ensino técnico de nível médio oferecido pelo CEFET-MG no campus Varginha, quando da construção coletiva de uma edição digital da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.*

Palavras-chave: *Hipertexto; Letramento literário; Triste Fim de Policarpo Quaresma.*

Abstract:

*The article is part of a series of investigations that favor the qualitative approach of educational phenomena. In this paper, we attempt to answer the impact of the use of strategies of hypertext construction in virtual environments in order to form readers of canonical literary texts through an action research. The conception of literary reading is used to understand that the reader is not a passive being in the act of reading, and that he signifies the text he has at hand from his life experiences. On the other hand, we work with the conception of hypertext and its connection to the idea of agency. The data were obtained through questionnaires applied to secondary technical education students offered by CEFET-MG on the Varginha campus, during the collective construction of a digital edition of “*Triste Fim de Policarpo Quaresma*”, by Lima Barreto.*

Keywords: *Hypertext; Literary literacy; “Triste Fim de Policarpo Quaresma”.*

*Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de Língua Portuguesa e Literatura. Mestre em Letras. Doutoranda em Ciências da Linguagem do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Contato: ekress@cefetmg.br.

Introdução

Ler é, sem dúvida, entre todas as competências culturais, a que mais relevante para a nossa sociedade. Para nós, o ato da leitura é sempre valorizado, visto como uma ferramenta que diferencia os membros de um mesmo grupo social. A leitura torna-se essencial em uma sociedade em que tudo o que fazemos e compartilhamos utilizamos a escrita para divulgar. Com a finalidade de compreender como a escrita perpassa pela nossa existência, foi criado o termo letramento, ou de que modo “as práticas sociais da escrita envolvem a capacidade e os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder relativas ao uso da escrita em contextos e meios determinados” (STREET, 2003).

Entre os diversos tipos de letramentos, encontramos o letramento literário, que diz respeito a um dos usos sociais da escrita. Esse letramento possui uma relação diferenciada com a escrita, uma vez que a literatura ocupa um lugar muito próprio no tocante à linguagem, explicando mais, temos que é papel da literatura “[...] tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (COSSON, 2006b, p. 17). É sabido, todavia, que para sua concretização ocorrer, o letramento literário irá precisar de um processo educativo específico, diferente da prática cotidiana de leitura de textos literários fora da escola. É por entender essa singularidade que se define o letramento literário como “[...] o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 67).

Seguindo essa definição, conseguimos compreender que o letramento literário pretende ser muito mais do que uma habilidade de simplesmente ler textos literários. O processo do letramento irá exigir permanente atualização do leitor em relação ao universo da literatura, de modo a traduzir uma experiência que irá além de um saber adquirido sobre os textos. A expectativa irá girar em torno de uma experiência de dar sentido ao mundo por meio das palavras, de maneira ilimitada quer no tempo quer no espaço.

Posto isso, chegamos a primeira pergunta que nos move nesse artigo: como promover a leitura literária em um mundo em que as novas tecnologias como internet, televisão, celular competem e dividem a atenção e o interesse dos alunos? E na extensão dessa primeira abordagem também precisamos indagar: como promover a leitura literária em sala de aula já que falamos no papel da escola para esse objetivo

ser alcançado? Como formar alunos leitores? Como fazer com que os alunos compreendam o que leem? Por que os alunos não gostam de ler?

O advento e a disseminação da internet na sociedade contemporânea têm trazido significativas mudanças comportamentais, configurando um novo padrão sociotécnico e uma base material diferenciada sobre a qual as pessoas se engajam estabelecendo vínculos, formando opiniões e alimentando informações, entre outros usos (Castells, 2003). No que concerne ao conceito de texto recorrente no mundo cibernético, privilegia-se a intersecção de múltiplas semioses, com ampla exploração da interatividade. Tem-se, assim, a centralidade do chamado hipertexto, “uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidade” (Xavier, 2010, p.208).

Conforme bem discute Ribeiro (2011), o hipertexto não constitui exatamente uma novidade advinda com a disseminação da internet. Dialogando com as noções de hipertextos impressos, eletrônicos e manuscritos, de Pierre Lévy e Roger Chartier, a autora afirma que a “novidade está no próprio suporte e na velocidade com que os nós são acessados nos hipertextos eletrônicos” (Ribeiro, 2011, p.141). Mesmo tendo isso em consideração, não há como negar que a popularização da rede mundial de computadores tem garantido à noção de hipertexto uma recorrência até então rara, fato este que tem afetado os modos de ler desenvolvidos por usuários habituais do mundo virtual. Nestes termos, particularmente entre os jovens, destaca-se uma forma de leitura através do uso recorrente de links – ícones que criam conexões entre um texto e outro dentro de um mesmo hipertexto – que irão estabelecer as relações entre o que está sendo lido em determinado momento e uma gama de informações que se fazem necessárias para uma compreensão apurada do que se lê.

Buscando compreender o impacto da utilização de estratégias de construção do hipertexto em ambiente virtual na formação de leitores de textos literários canônicos, esse artigo foi construído a partir de questionamentos acerca do lugar da leitura de textos literários canônicos nesses tempos de identidades tecnológicas. Mesmo em tempos digitais como o nosso, não há quem conteste que a literatura é plena de saberes sobre o homem e o mundo, sendo algumas das funções do texto literário nos dizer muito sobre o que somos e nos incentivar a problematizar o mundo em que nos inserimos.

1. A LITERATURA NA ESCOLA

É por possuir esse papel tão importante no mundo, que a literatura, ao contrário do que muitos pregam, precisa garantir seu lugar nas escolas de formação dos jovens. E é notório que o ensino das literaturas de língua portuguesa tem encontrado fortes barreiras junto aos alunos, muito disso por efeito de uma prática pedagógica pouco estimulante e ineficaz, conforme demonstram estudos como os de Martins (2006) e Zilberman (1988). Nesse sentido, de acordo com o que discutem essas autoras, muitos são os espaços escolares em que o docente se limita a trabalhar, particularmente no ensino de nível médio, apenas através de fragmentos de textos literários canônicos que servem para simplesmente comprovar as características dos períodos literários. Trata-se de uma prática que, conforme comprovou Santos (2003), tem contribuído fortemente para distanciar leitores jovens e textos literários, sobretudo nestes tempos de fluidez da linguagem e rapidez da comunicação típicas do século XXI.

Assim sendo, este artigo segue a perspectiva do trabalho com a leitura literária contrapondo-se ao ensino tradicional de literatura (Santos, 2009). Nessa abordagem, o aluno de ensino médio é visto como agente na construção de sentidos do texto literário, ao mesmo tempo em que o exercício da leitura é entendido como um processo que engaja leitores – professores e alunos – ativamente. Em nosso caso, trata-se, ademais, de exercício da construção de sentidos do texto literário, com recurso a novos suportes próprios da era digital, a saber, o hipertexto.

Tivemos como base a obra do escritor brasileiro Lima Barreto, em especial, o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, publicado em 1915 e considerado uma das mais importantes obras do início do século XX no Brasil. Para além da importância do autor dentro do cânone literário do país, – muito embora Antonio Candido (1987, p.44) tenha definido a literatura de Barreto como tendo “ares de rascunho” – a personagem de Policarpo Quaresma tem fator chave nesta proposta, como símbolo de leitor voraz e obsessivo, marcado por sua ingenuidade na perseguição de utopias, movido pela cega crença nas letras. Trata-se de um perfil identitário bem afeito aos jovens leitores envolvidos na pesquisa-ação desenvolvida e descrita nesse artigo: os alunos do ensino médio e técnico do CEFET-MG.

Policarpo é apresentado no romance como um homem metódico, recatado, leitor voraz do subúrbio: “Estava num aposento vasto com janelas para uma rua

lateral, e todo ele forrado de estantes de ferro. Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com livros de maior tomo” (Barreto, 1956). São o idealismo e a utopia de Quaresma que nos inspiram para a formação crítica dos jovens do ensino médio e que colocam ambos como figuras centrais nesta proposta.

A construção de hipertextos em ambientes virtuais pelos estudantes leitores surge como uma proposta que poderia aproximar os leitores jovens dos livros e, assim, torná-los capazes de, com a ajuda do professor e sua escolha por um trabalho sistemático, serem letrados literariamente. Espera-se, assim, criar condições para a promoção do que Soares (1999) denomina escolarização da literatura.

2. A LEITURA LITERÁRIA E O HIPERTEXTO

Esse artigo fundamenta-se em um alinhamento de posicionamentos teóricos oriundos de diferentes campos do conhecimento. Inicialmente, por exemplo, são-nos úteis os estudos realizados por Santos (2009), inscritos na interface entre Letras e Educação. Interessa-nos, deste autor, o conceito de trabalho com a leitura literária, que o mesmo opõe às convencionais noções de ensino de literatura. A concepção de trabalho com a leitura literária nos interessa por possibilitar a compreensão de que o aluno não é um ser passivo no processo de construção de leitura da obra, trabalhando a todo o momento para significar o texto que ele tem em mãos, sempre a partir de suas experiências de vida.

Uma segunda acepção importante desse artigo é aquela relacionada ao hipertexto, conceito já tratado por autores de distintos campos do conhecimento. A montagem de um hipertexto constitui uma importante estratégia de promoção de aprendizagem, uma vez que, sem dúvidas, trata-se de um recurso tecnológico de grande apelo junto aos jovens e, por isso mesmo, pode ser capaz de instigar seu interesse pelo universo literário.

Vários autores têm se debruçado nas últimas décadas sobre o letramento literário em ambientes virtuais e, particularmente, no hipertexto. Lévy (1993), por exemplo, concebe o hipertexto como um conjunto de nós que podem ser formados por imagens, gráficos, palavras, etc. O autor ressalta a ruptura de paradigmas de leitura catalisada pela emergência do hipertexto, sublinhando entre seus benefícios um duplo ganho: de um lado, o autor adquire maior possibilidade de difusão de sua obra e liberdade para expressar suas ideias sem o crivo do mercado editorial e, de outro, a

posição, por parte do leitor, de um papel mais autônomo, já que lhe cabe o direito de selecionar o que deseja ler.

Temos também Marcuschi que, interessado na classificação do conceito, conceitua o hipertexto assim:

O hipertexto não é um gênero textual nem um simples suporte de gêneros diversos, mas como um tipo de escritura. É uma forma de organização cognitiva e referencial cujos princípios constituem um conjunto de possibilidades estruturais que caracterizam ações e decisões cognitivas baseadas em (séries de) referências não contínuas e não progressivas. Considerando que a linearidade linguística sempre constituiu um princípio básico da teorização (formal ou funcional) da língua, o hipertexto rompe esse padrão em alguns níveis. Nele, não se observa uma ordem de construção, mas possibilidades de construção textual plurilinearizada (MARCUSCHI, 1999, p. 21).

Por se tratar de um linguista notabilizado pela análise dos gêneros textuais, Marcuschi considera que a construção de sentidos constitui um tópico relevante na discussão acerca do hipertexto. Vem daí sua preocupação com o modo como o hipertexto se desvencilha de paradigmas formais e funcionais cristalizados.

Inserindo o hipertexto no contexto de compressão espaço-temporal que caracteriza a experiência pós-moderna de vivência do tempo e do espaço, Koch (2011, p.63) argumenta que o hipertexto “constitui um suporte linguístico- semiótico hoje intensamente utilizado para estabelecer interações virtuais desterritorializadas”. Assim, o hipertexto constitui uma forma de difusão da leitura para além dos limites espaciais, fazendo com que leitores distantes possam compartilhar a experiência de uma leitura que, de outro modo, seria acessível a poucos.

Enquanto alguns teóricos versam sobre o hipertexto em sua dimensão conceitual, outros procuram refletir sobre seu impacto no letramento digital e, mais especificamente, no letramento literário. Desse modo, a literatura especializada em práticas de leitura vem discutindo, de modo mais sistemático, os fenômenos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de literatura. Kleiman (1995), por exemplo, argumenta que a inserção de novas formas de linguagem nas práticas sociais precisa ser acompanhada pela educação, particularmente pelo ensino de literatura, já que as instituições de ensino precisam se integrar ao cotidiano de sua clientela e às transformações ocorrentes na sociedade. Sob o mesmo prisma, Xavier (2002) ressalta que, a despeito do interesse acadêmico em discutir posturas didático-pedagógicas convergentes com as novas demandas sócio-histórico-culturais, o processo de ensino-aprendizagem de literatura nos ensinos fundamental e médio ainda se atém a uma

percepção de língua como uma estrutura de regras cristalizadas, dominadas por poucos, e à concepção de literatura como uma vertente artística superior ao nível de abstração de alunos supostamente incapazes de assimilar seu conteúdo. Como ressalta Bagno (2003), essa visão, evidentemente, torna a língua e a literatura instrumentos de poder e exclusão.

Na contramão dessa perspectiva que imobiliza o aluno-leitor, diversos autores têm propalado um conceito de ensino de literatura que enfatiza sua dimensão formativa. Silveira, nesse sentido, afirma:

A leitura escolar deve contemplar o aspecto formativo de educando, estimulando-lhe a sensibilidade estética, a emoção, o sentimento [...] o texto literário tem muito a contribuir para o aprimoramento pessoal, para o autoconhecimento, sem falar do constante desvelamento do mundo e da grande possibilidade que a leitura de determinada obra oferece para o descortínio de novos horizontes para o homem, no sentido da formação e do refinamento da personalidade (SILVEIRA, 2005, p. 16).

Nesse sentido, a leitura tende a assumir um caráter socioeducativo voltado tanto para o processo de ensino-aprendizagem pautado não apenas na construção de saberes como também na constituição da cidadania, da leitura crítica do texto e do mundo, como quer Paulo Freire (1997), do autoconhecimento enquanto sujeito e da formação de uma postura crítica em relação à sociedade.

Assim, o letramento literário assume relevância social importante. Introduzido no Brasil a partir dos anos 1980, o letramento, termo derivado do inglês (*literacy*) vem se firmando como uma forma mais dinâmica e pertinente de se pensar o processo de ensino-aprendizado de uma língua e da literatura que constitui uma de suas expressões mais criativas (Pinheiro, 2005). Nesse sentido, pode-se afirmar que o letramento, em uma escala comparativa temporal, antecederia a alfabetização, pois, desde antes de ingressar no cenário escolar, a criança está em contato com signos linguísticos e muitas vezes consegue interpretá-los. Nessa mesma escala temporal, o letramento também sucederia a alfabetização, uma vez que enquanto a alfabetização é um processo que tem início e fim – ou seja, realizasse nas primeiras séries do Ensino Fundamental e a partir de então a criança é considerada alfabetizada –, o letramento é um processo perene que o indivíduo realiza durante toda a sua vida, pois o conhecimento de novos signos é constante ao longo dos anos. Isso significa que o educador precisa adotar uma pedagogia da autonomia, no sentido de não mais se impor como transmissor único de um saber que deve ser assimilado pelos alunos de forma passiva. Ao contrário, deve exercer uma função mediadora entre o discente e o

objeto de saber – no caso deste projeto, o texto literário (Soares, 2005). Mais do que uma formalidade educacional, o letramento consiste em um quesito *sine qua non* para a convivência em sociedade e para a fruição dos benefícios que essa convivência propicia; afinal, estamos diariamente enredados por signos linguísticos de tal forma que não podemos ignorar seu impacto social. Conforme ressalta Paiva,

Para quem vive em sociedades como a nossa, complexa, em que tudo se organiza pela escritura e em torno dele, mesmo sem dominar o código, não há como escapar das armadilhas do texto. Todos os sujeitos são atravessados pelo sistema da escritura, o que os obriga a produzir saídas e táticas (PAIVA, 2003, p. 118).

Mais recentemente, sob impacto da revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas, emergiu o conceito de letramento hipertextual para designar inserção vertiginosa das Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no âmbito da sociedade e, mais precisamente, nos processos pedagógicos e socioeducativos.

Parece haver uma consonância entre os autores quanto à concepção técnica do hipertexto como uma escritura não sequencial e não linear, que se ramifica e, desta forma, permite ao leitor virtual acessar de maneira quase ilimitada outros textos, a partir de escolhas locais em tempo real. Também é possível observar, entre os diversos autores que versam sobre o hipertexto, uma confluência quanto à sua capacidade de difusão e dinamização do processo de leitura. Portanto, a literatura especializada ratifica o argumento de que “o hipertexto pode constituir uma forma de estimular jovens leitores a assumirem uma relação de mais proximidade e, por conseguinte, mais afetuosidade com o exercício da leitura literária”.

Pensando assim, seria adequado, portanto, inovar as abordagens na escola de ensino médio através de uma alternativa de considerável potencialidade, considerando os aspectos teóricos supracitados, como o desenvolvimento do hipertexto, emergente como estratégia didática para o trabalho com leitura literária na formação de leitores críticos.

3. A CONSTRUÇÃO DO HIPERTEXTO “POLICARPO QUARESMA”

Inicialmente uma aluna bolsista do 3º ano do ensino médio técnico do curso de Informática do CEFET-MG, unidade de Varginha, identificou as edições existentes do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, incluindo cotejamento entre as diferentes edições. Em seguida, ela desenvolveu uma base de dados, a partir da leitura

do livro, com citações e elucidações das referências histórico-culturais utilizadas por Lima Barreto nessa obra.

Num segundo momento, para a criação da versão digital do texto,- a edição do livro já disponível em domínio público foi escolhida após a comparação com as outras edições. Em seguida, a elaboração dos hyperlinks deu-se a partir de, primeiramente, um banco de dados contendo as novas informações recolhidas por outros alunos desse mesmo 3º ano em diferentes meios bibliográficos (digitais ou não), sendo selecionados arquivos de fotos, áudios e vídeos que contribuíssem para o hipertexto. Uma vez selecionados esses hyperlinks, houve o desenvolvimento de um software para construção do hipertexto com a disponibilização online do banco de dados produzido com as referências presentes no romance de Lima Barreto. E, por último, foi realizada uma análise do material criado na compreensão da referida obra literária pelos alunos, quando se definiu quais materiais seriam definitivamente disponibilizados nesse ambiente hipertextual para eventual leitura online.

Importante ressaltar que, para que houvesse a divulgação do trabalho, foi criada uma conta gratuita de hospedagem, onde o hipertexto foi implementado, a fim de que outros leitores pudessem experimentar essa leitura virtual. O resultado dessa página de hospedagem pode ser visto na figura 1.

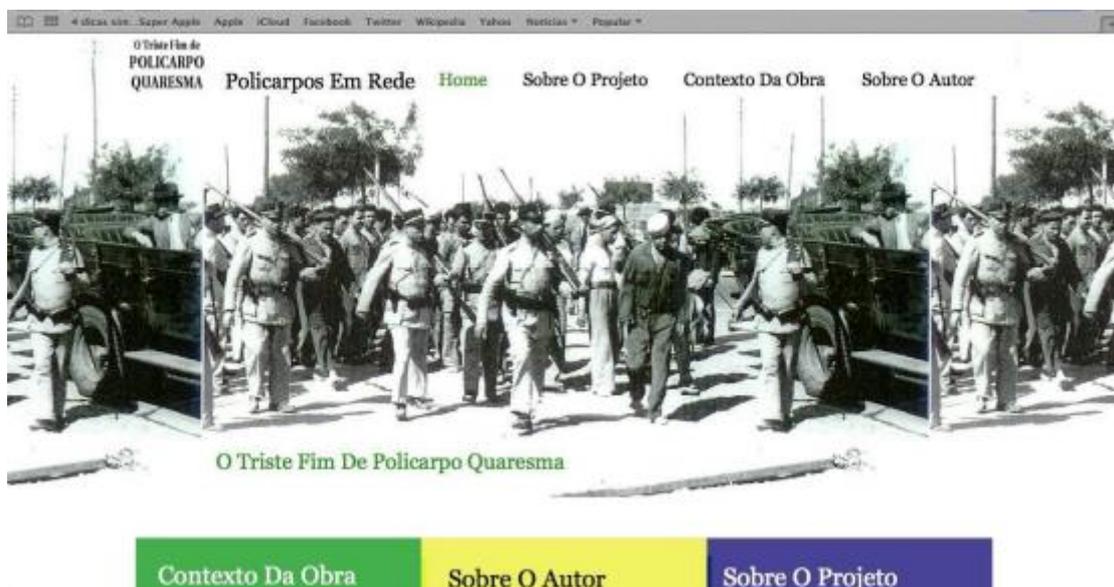


Fig. 1: Hipertexto publicado.

Uma etapa importante na utilização dos hyperlinks foi oferecer ao leitor desse romance a possibilidade de acesso a informações outras, tais como, áudios e vídeos ligados a trechos da narrativa que contribuíssem para compreensão de uma história ambientada na cidade do Rio de Janeiro no início do séc. XX, bem como um

dicionário de sinônimos, de modo que esse leitor pudesse estender sua leitura para fora do texto verbal. Sabemos que uma das queixas mais frequentes entre os alunos diz respeito a dificuldade que eles encontram com o vocabulário adotado pelas obras literárias, uma vez que algumas palavras já se tornaram arcaísmos e são por eles desconhecidas. Não estamos dizendo com isso que a presença desses recursos é indispensável para que a compreensão da obra ocorra, mas, sem dúvidas, pudemos observar que a presença dessas ferramentas online também contribuíram para que tal compreensão ocorresse satisfatoriamente.

Na figura 2, estão presentes os hyperlinks em azul que foram selecionados para serem oferecidos aos leitores. Essa seleção se deu pela própria aluna em consonância com as suas expectativas também como leitora de literatura canônica de ensino médio. Exemplo disso está presente na figura 3: a escolha da palavra “pedantismo” está associada ao dicionário online para que a significação dela pudesse estar ao alcance dos alunos rapidamente.



Fig. 2: Primeira parte do hipertexto (hiperlinks em azul)

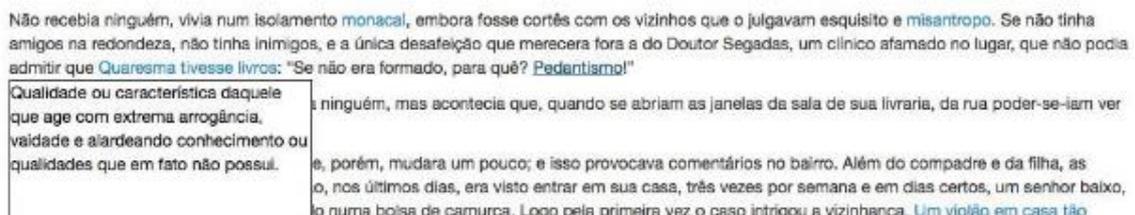


Fig. 3: Exemplo do funcionamento do hiperlink a partir de um clique sobre a palavra “Pedantismo”.

Todo o trabalho de criação e montagem do hipertexto foi supervisionado pelo professor, cujo papel foi de observador no momento da escolha da base de dados e da montagem da página de internet. Como previsto em Santos (2009), o emprego da construção com leitura literária remete à possibilidade de se promover, quando na abordagem de um texto literário na aula de Língua Portuguesa, algumas rupturas em relação ao que vinha predominando em algumas salas de aulas do Brasil. Entre elas, a noção de que a leitura é um exercício passivo, que não demanda esforço em oposição à escrita, e, no caso de situada na escola, tanto da parte do professor, quanto da do aprendiz.

Acreditamos que essa proposta de um novo olhar sobre a abordagem do texto literário nos anos finais da educação básica propicia, portanto, a retirada do aluno de um lugar de mero receptor de saberes transmitidos e o leva a construir um conhecimento mais relevante acerca dos textos literários do Ensino Médio, tornando-o, como deseja Santos (2009), protagonista do processo de ler um texto literário.

A construção do hipertexto configura, dessa forma, um exercício de criação no qual o aluno atua no arquivamento da obra, o que confere a ele um papel mais ativo na relação com a literatura, já que, nos moldes convencionais de leitura, o aluno é concebido como mero decodificador passivo de sentidos do texto.

Assim, investido de agência (*agency*) e em relação mais integrada com o texto literário graças ao suporte tecnológico do hipertexto, o aluno-leitor tende a conceber a experiência da leitura sob um aspecto mais formativo do que em modalidades mais convencionais de práticas de leitura (Snyder, 2002).

Como pontua Marcuschi (1999), a experiência leitor-texto, sob o signo do hipertexto, constitui um processo de leitura/escrita multilinearizado, multisequencial e não determinado, realizado em um novo espaço – o ciberespaço.

De fato, o letramento hipertextual tem como especificidade o tratamento simultâneo da imagem e do texto, entre a linguagem visual e a linguagem verbal, exigindo do leitor habilidades de leitura diferenciadas e de caráter mais plural. Além da transversalidade entre os registros verbal e visual, o hipertexto modifica as posições estatutárias entre autor e leitor, uma vez que dissemina em maior grau o acesso à leitura e, ao democratizá-la, amplia o leque de leitores e, por conseguinte, as possibilidades interpretativas. Afinal, cada leitor interpreta o texto literário de acordo com seus repertórios particulares e seus conhecimentos prévios, conforme observa Cosson (2012).

Considerações finais

O gosto pela leitura literária é algo que cabe à escola, sobretudo através do exercício constante de práticas de leitura bem sucedidas e afinadas com a realidade do aluno/leitor. Em busca de leitores assíduos, ela também é responsável por desenvolver a leitura com prazer e essa é a dimensão em que a leitura literária se encaixa.

A proposta de um novo olhar sobre a literatura e seu ensino propicia a retirada do aluno de um lugar de passividade, de mero receptor de saberes transmitidos, e o leva a construir um conhecimento mais relevante acerca dos textos literários trabalhados no Ensino Médio. Torná-lo protagonista desse processo contribuirá para superar o distanciamento existente entre o texto literário produzido em circunstâncias históricas e discursivas distantes de seu contexto de recepção contemporâneo, conforme ressalta Bellei (2002).

O que podemos constatar é que o hipertexto modifica as práticas de leitura. Subverte as formas de apresentação, usabilidade, contato físico, linearidade, e conseqüentemente de leitura. O texto não é mais em papel, mas em bites, armazenado em um dispositivo de memória, somente legível ao computador. Esse ciberespaço se configura como uma infinidade de leituras possíveis. Cabe, portanto, conhecer melhor as práticas de leitura nesse novo contexto. Uma coisa é certa: procedemos de forma distinta ao nos depararmos com diferentes suportes. Quais são então as potencialidades cognitivas da leitura em hipertexto? A resposta está longe de ser respondida completamente, mas vale a pena investigar essa área tão fascinante que estabelece relações entre a formação de leitores críticos e a Internet.

Referências

- BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BARRETO, L. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Brasiliense, 1956 [1915].
- BELLEI, S. L. P. **O Livro, a Literatura e o Computador**. Florianópolis: UFSC, 2002.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

- CANDIDO, A. Os olhos, a barca e o espelho. In: CANDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. SP: Ática, 1987.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- COSSON, R. **Letramento literário**: educação para vida. Vida e Educação, Fortaleza, v. 10, p. 14-16, 2006a.
- COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006b.
- MARCUSCHI, L. Linearização, Cognição e Referência: O Desafio do Hipertexto. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, V.3, N.1, p. 21-45, 1999.
- MARTINS, A. A. **Algumas reflexões sobre a relação literatura/escola**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1008587950265.doc>> Acesso em setembro de 2013.
- MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de comunicação de sentido. São Paulo: Cortez, 2010.
- PINHEIRO, R. C. Estratégias de leitura para compreensão de hipertextos. In: ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B. (Org.). **Interação na internet**: novas formas de usar a linguagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 131-146.
- PAIVA, J. Literatura e neoleitores jovens e adultos: encontros possíveis no currículo? In: PAIVA, A. et al. (Org.). **Literatura e letramento**: espaços, suportes e interfaces. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 110-118.
- RIBEIRO, A. E. Ler na tela: letramento e novos suportes de leitura e escrita. In: COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Orgs.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2011, pp.125-150.
- RIBEIRO, V. M. Sim, os jovens lêem. In: **LeituraS**. Brasília: Ministério da Educação, 2006, pp.34-37.
- SANTOS, R. A. dos. **Do professor de literatura ao formador de leitores críticos de textos literários**: um estudo sobre a (re)invenção do professor de língua português para o trabalho com a leitura literária no ensino médio. 2009. 199 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- SANTOS, R. A. dos. **Do rumor ao valor**: reflexos e reflexões sobre a aula de literatura. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Práticas Educativas) – Universidade de Franca, Franca (SP), 2003.
- SILVEIRA, M. I. M. **Modelos Teóricos e estratégias de leitura de leitura**: suas implicações no ensino. Maceió: EDUFAL, 2005.
- SNYDER, I. (Ed.). **Silicon Literacies**: Communication, Innovation, and Education in the Electronic Age. London: Routledge, 2002.
- SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2005.

SOARES, M. B. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003, pp. 89-113.

SOARES, M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade. – São Paulo: Cortez: Campinas, Cedes, v.23, n 81, 2002.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In.: MARTINS, A.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (Orgs). **Escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 17-48.

STREET, Brian. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current issues in Comparative Education**, [New York], v. 5, n. 2, p. 77-91, Columbia University, 2003. Disponível em: . Acesso em: 28 jun. 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10.ed. São Paulo: Cortez Ed., 2000.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A.C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de comunicação de sentido. São Paulo: Cortez, 2010.

ZILBERMAN, R. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.

Artigo recebido em: 15/05/2017

Aprovação final: 27/06/2018

MAIO DE 2016: SENTIDOS EM TORNO DO SIGNIFICANTE “CULTURA” NO ESPAÇO VIRTUAL¹

Felipe Augusto Santana do Nascimento²

Resumo:

Este trabalho, filiado à Análise de Discurso materialista, analisa os sentidos em torno do significante “cultura” nos discursos que circularam no espaço virtual a partir do afastamento da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em maio de 2016. A extinção do Ministério da Cultura (MinC) foi uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer, mas devido às repercussões negativas e uma série de mobilizações em espaços culturais e em redes sociais o MinC foi recriado, onze dias após a sua extinção. A partir de sequências discursivas recortadas do espaço virtual, observamos como tanto o ódio à cultura quanto a resistência pela cultura foram postas em circulação num país onde os sentidos em torno do direito à cultura pareciam estar semanticamente estáveis. A breve extinção do MinC, portanto, expôs a diferença constitutiva das relações sociais e a dificuldade do governo de administrar esse litígio.

Palavras-chave: Cultura; Espaço virtual, Litígio, Ministério da Cultura.

Abstract:

The present work, affiliated to materialist Discourse Analysis, assesses the meanings around the signifier “culture” in the discourses that circulates in the virtual space since the impeachment of Brazilian President, Dilma Rousseff, in May of 2016. The extinction of the Ministry of Culture (MinC) was one of the first measures of Michel Temer government, but, due to both negative repercussions and a series of mobilizations in cultural spaces and in the social media, the MinC was recreated eleven days after its extinction. From the discursive sequences cropped in the virtual space, we observed that both hatred towards culture and the resistance to protect it were put in circulation in a country where the meanings regarding the right to culture seemed to be semantically stable. The brief extinction of MinC, therefore, exposed the constitutive differences in the social relations and the struggles of the government to manage that litigation.

Keywords: Culture; Virtual Space; Litigation, Ministry of Culture.

¹ Este artigo retoma a apresentação “A cultura também merece que lutemos por ela”: o golpe no Brasil e os sentidos em torno do significante ‘cultura’ no espaço virtual” no VI Jornadas de Análise do Discurso - JADIS VI - e II Congresso Internacional de Estudos do Discurso da Universidade de São Paulo - CIED II, na cidade do Porto em outubro de 2016.

² Doutorando em Linguística pela UNICAMP. Bolsista do CNPq. Contato: felipe.augustus@hotmail.com.

Introdução

Pensar a cultura *na* história é o ponto de partida deste artigo. Diferentemente de muitos trabalhos que envolvem a cultura, o nosso parte da perspectiva de que a cultura não pode ser compreendida em si, mas *na* história. Isto significa, portanto, que a cultura não é uma totalidade indiferente à história e ao sujeito, ao contrário, ela é incompleta, equívoca e funciona *na* história e *pelo* sujeito. É por haver historicidade, então, que o significante cultura apresentou diferentes sentidos ao longo do tempo, sendo hoje um significante de difícil definição, que comumente é associado à construção de identidades nacionais, embora seja possível observar hoje sua importância em diferentes instâncias da sociedade. Assim, em relação ao Estado, a cultura, ao ser tomada como um dos elementos fundamentais na construção de uma identidade nacional, funciona no apagamento da historicidade, já que, por se apresentar como uma categoria neutra e universal, é responsável, conforme Escobar (1979, p. 185), pela dissimulação da luta de classes no Aparelho Ideológico de Estado, como se ela não fosse ou pudesse ser usada a favor de determinada classe. A cultura, ao contrário de ser uma categoria a-política e a-histórica, serve aos interesses da classe dominante, que, muitas vezes, determina o que é e o que pode ser considerado “a” cultura.

Nesse sentido, mesmo havendo uma grande discussão sobre o que seria a cultura e sendo muitas as formas de defini-la, em relação à noção de cultura estamos diante de uma saturação de sentidos que é submetida a um esvaziamento: é uma noção neutra que se apresenta para o sujeito como evidente, como se seu sentido não pudesse ser outro³. A neutralidade que supostamente o termo parece supor aponta para um trabalho político que, a partir de uma determinada posição, a da classe dominante, foi determinado o que poderia ser considerado cultura. Prova disso, é que se perguntado sobre o que seria cultura, dificilmente alguém hesitaria em responder ou em reconhecer determinados objetos como culturais ou não. Dessa forma, mesmo que tenhamos disputas de sentidos para definir o que seria considerado como parte da cultura, determinados sentidos sobre a cultura e o reconhecimento de

³ Em trabalho anterior (NASCIMENTO, 2016), discutimos, a partir do verbete cultura em alguns dicionários de Língua Portuguesa, a proliferação dos sentidos dessa palavra. A dificuldade de defini-la se marca fortemente nos dicionários de línguas (e também nos de terminologias) que, na tentativa de fechar os sentidos dessa palavra, produz uma saturação dos sentidos, ao mesmo tempo em que os esvazia, tornando-se algo que não deve ser questionado: cultura é cultura, não sendo possível por isso em questão. É o apagamento da historicidade e do político que está na base desse funcionamento.

determinados objetos como culturais funcionam como semanticamente estáveis, evidentes para os sujeitos⁴. Esse funcionamento se deve, entre outros fatores, ao fato de que o aparelho cultural se apresenta como não ideológico e, portanto, como natural, como se a cultura fosse inerente ao sujeito e à vida em sociedade. A cultura, nesse sentido, não pode ser questionada e, por ser natural ao sujeito, tem que ser aceita e preservada⁵. Para se contrapor a esse viés natural, segundo Escobar (1979), é preciso pensar a cultura no materialismo histórico, sendo necessário levar em consideração as contradições na e pela cultura.

Para nós, que trabalhamos com Análise de Discurso, o reconhecimento do materialismo histórico é fundamental para se pensar o funcionamento do discurso, já que o discurso é pensado na história, ou seja, na/pela contradição. Em relação à cultura, não é diferente. Tanto a cultura quanto os discursos sobre a cultura estão submetidos à história, sendo preciso levar em conta a contradição inerente à política e à história no funcionamento discursivo. Por isso reafirmamos: falar de cultura no campo da Análise de Discurso materialista⁶ implica pensar a cultura *na* história, o que nos leva a pensar a cultura não como um todo homogêneo, mas como um *processo* e, ao mesmo tempo, um *produto* que se constitui *na* história⁷. Pensar a cultura na história é necessariamente pensar o sujeito na linguagem. O sujeito se realiza na e pela linguagem e essa relação se dá na história.

Se pensarmos o significante cultura em relação à história, podemos observar que a compreensão dos sentidos de cultura que temos hoje não está desvinculada de sentidos que foram se constituindo em diferentes momentos da história. A relação da cultura com a nação, por exemplo, a partir de um determinado nacionalismo romântico que igualou cultura à nação, produziu a identificação do sujeito à cultura e, por sua vez, ao Estado-nação. Esse processo de identificação-reconhecimento

⁴ Os objetos tidos como culturais são produtos de um trabalho político, não sendo, portanto, dados naturalmente. No entanto, eles aparecem para os sujeitos como evidentes, a-históricos. Tal funcionamento é o que permite o não questionamento sobre a escolha, que é sempre política, de um elemento como cultural.

⁵ Um dos trabalhos do Estado sobre a cultura consiste em preservar uma memória, real ou fictícia, na qual os sujeitos vão se identificar como parte de um todo. Nesse sentido, tanto a preservação de manifestações, espaços ou objetos culturais quanto o trabalho de reconhecimento de uma tradição funcionam na identificação dos sujeitos ao Estado-nação.

⁶ A designação Análise de Discurso Materialista é uma tentativa de especificar o nosso posicionamento teórico-político frente aos diversos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sob o rótulo de Análise de Discurso. A adjetivação materialista remete ao materialismo histórico e é uma tentativa de dar consequência à demanda do material. Isto significa que partirmos de uma perspectiva na qual a materialidade, seja ela verbal ou não, remetida às condições de produção importa.

⁷ A partir dos sentidos textualizados na materialidade específica de diversos dicionários de língua portuguesa, observamos que há uma regularidade que aponta para o *processo* e *produto* da cultura: o cultivo e o cultivado. Estamos insistindo, a partir dos trabalhos de Carolina Rodríguez-Alcalá (2004; 2010; 2011), na relação entre o *processo* e o *produto*, os sujeitos e os objetos, em determinado espaço e tempo. Tal relação está materializada em um dos sentidos da palavra cultura que, ao significar cultivo da terra e o resultado desse cultivo, aponta para o *processo* (o sujeito que cultiva a terra) e o *produto* desse cultivo.

funcionou e continua funcionando pela ordem jurídica na relação de identificação dos sujeitos ao Estado. Assim, as políticas públicas de cultura, como outras políticas públicas, funcionam nos processos de identificação dos sujeitos ao Estado, já que, no caso das políticas públicas de cultura, por exemplo, uma das formas do Estado forjar lugares de identificação nos quais os sujeitos vão se reconhecer como parte de uma “unidade cultural” é pela invenção de um passado comum, uma tradição, que vai delimitando a relação dos sujeitos entre si e com o Estado. Esse processo, baseado sobretudo em concepções étnicas, tem no Direito o mecanismo legal que assegura a todos o direito à cultura. No entanto, como nos ensina a Análise de Discurso, não há ritual sem falha e, dessa forma, sendo a cultura trabalhada pelo Estado, ela também funciona como um Aparelho Ideológico de Estado, que regula o que deve ser entendido ou não por cultura e censurando aquilo que não deve ser compreendido como parte da “cultura” (NASCIMENTO, 2016).

O Ministério da Cultura, portanto, não está alheio a essas questões, já que, sendo parte do Estado, funciona na legitimação de sentidos sobre a cultura ao mesmo tempo em que trabalha na legitimação do que é considerado ou não como da ordem do cultural. Assim, mais especificamente em relação às políticas públicas de cultura, compreendemos tais políticas como um lugar de tensões e contradições, pois, a partir de nosso posicionamento político-teórico, é, ao não apagar tais tensões e contradições, que podemos compreender o político na cultura. A constituição de uma unidade da cultura nacional, desse modo, não está alheia à tensão entre a unidade formal, o que é tido como cultural, e a diversidade concreta, o efetivo funcionamento da cultura. No entanto, o que temos é um cerceamento dessa diversidade concreta em prol de um imaginário de cultura nacional (da ordem da *eficácia material do imaginário*⁸) que serve ao Estado brasileiro na identificação de “seus” sujeitos. É aí que temos, então, funcionando a *fabricação do consenso*⁹, uma vez que o Estado, por meio de seu papel de “articulador simbólico” dos vínculos sociais, produz um

⁸ Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, refere-se à *eficácia material do imaginário* quando comenta que para se pertencer a um “conjunto de franceses” é necessário que o sujeito se produza como “francês, o que supõe a existência eficaz não de ‘Marianne’, mas da ‘França’ e de suas instituições políticas e jurídicas” (2009, p. 109, grifo do autor).

⁹ Referimo-nos ao título do livro *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*, organizado pela Professora Eni Orlandi. Neste livro, o argumento sustentado pelos artigos é que o consenso sustenta os processos discursivos em relação às políticas públicas urbanas.

imaginário de consenso pelas políticas públicas de cultura, ao administrar a diferença constitutiva da sociedade em prol de uma unidade (ainda que plural) imaginária¹⁰.

O Estado, nesse sentido, não é necessariamente sinônimo de governo, pois, independentemente do governo, o Estado tem uma injunção a administrar os sujeitos e os sentidos. As políticas públicas, assim, estão relacionadas ao governo que está no poder. Dessa forma, em relação ao Estado brasileiro, os interesses em torno da cultura não foram sempre os mesmos, recebendo diferentes investimentos e atenção dos governos, o que produziu em determinados períodos da história brasileira crescimento do setor cultural. Assim, no governo de Getúlio Vargas, houve, mais explicitamente, o interesse político pelo setor cultural, ainda que por meio de uma política mais autoritária¹¹. De igual modo, a cultura foi objeto de políticas públicas no período ditatorial, principalmente por meio de políticas de preservação e de resgate da memória nacional. Com o fim da Ditadura Civil-militar, o interesse pela cultura foi marcado pela criação do Ministério da Cultura e por políticas de incentivo à cultura, com a entrada do Brasil na era do neoliberalismo. No governo de Fernando Collor, em 1990, o MinC foi extinto, retornando logo depois no ano de 1992. Em 2003, no governo de Lula, as políticas públicas de cultura tornaram-se mais “democráticas”¹² e receberam grande atenção e investimentos, culminando, em 2010, já no governo de Dilma Rousseff, na aprovação do Plano Nacional de Cultura, que planejou as ações e os investimentos no setor cultural até 2020.

Chegamos, então, ao ano de 2016 e é este momento político que aqui nos interessa. O recente golpe parlamentar que afastou a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em maio de 2016, e culminou no seu afastamento definitivo, foi alvo de muitas críticas por parte da população e de movimentos sociais e, em contrapartida, gerou o silêncio da grande mídia brasileira. A extinção do Ministério da Cultura (MinC) foi uma das primeiras medidas realizadas pelo então Presidente interino, Michel Temer, produzindo em parte dos artistas, dos produtores culturais e da população brasileira críticas e repercussões negativas. O Estado, por meio de seu papel de “articulador simbólico” dos vínculos sociais (ORLANDI, 2010), por muito

¹⁰ É interessante observar que o Estado até reconhece a multiculturalidade, mas esse reconhecimento se dá por meio de um imaginário de unidade consensual que produz a organização das culturas, da dispersão, reconhecendo o multiculturalismo como um todo unitário, a cultura imaginária.

¹¹ Lima *et al* (2011), sustentados no trabalho de Chauí, *Cidadania Cultural: o direito à cultura*, afirmam que “a política cultural autoritária seria aquela que utiliza a cultura como instrumento justificador dos regimes políticos”.

¹² No governo Lula (2003), houve uma maior abertura para setores da população que não tinham suas manifestações reconhecidas como culturais. Houve, assim, uma ênfase nas políticas de democracia cultural e de democratização cultural. Discutimos o funcionamento de tais políticas em *Ler a cultura hoje: a construção do consenso nas políticas culturais do Estado brasileiro* (NASCIMENTO, 2017).

tempo, produziu um imaginário de *consenso* pelas políticas públicas de cultura, ao administrar a diferença em prol de uma unidade imaginária; no entanto, a ruptura ocasionada pelo afastamento da Presidenta provocou na esfera cultural conflitos e embates políticos. Iniciou-se, assim, uma série de mobilizações nos mais variados espaços culturais e nas redes sociais que culminaram na recriação do MinC, onze dias após a sua extinção. Filiado à Análise de Discurso materialista, buscamos analisar o lugar atribuído à cultura e os sentidos em torno desse significante nos discursos que circularam no espaço virtual a partir do golpe de 2016 no Brasil. Que sentidos são esses que circularam? É a pergunta que norteará as nossas análises. A discussão em torno de tais sentidos nos ajuda a melhor compreender como os dizeres sobre a cultura são tomados por diferentes posições para justificar determinadas ações políticas.

Trazemos, neste trabalho, alguns enunciados que circularam no espaço virtual sobre o fim do Ministério da Cultura em maio de 2016. Tais enunciados foram recortados de diferentes textualidades que circularam no espaço virtual. Aqui, vale ressaltar, estamos entendendo o espaço virtual não como um lugar empírico, mas, conforme Adorno de Oliveira (2015, p. 27), como relações materiais. O espaço virtual, nesse sentido, seria um desses espaços em que essas relações se dariam. Assim, seguindo o autor, o espaço é

[...] constituído por um complexo de gestos de interpretação no encontro de diferentes posições-sujeito. Um espaço dividido pelas possibilidades de certos gestos circularem e outros não, dependendo do modo como se regionalizam o jogo, a luta e o encontro de posições-sujeito. Em última instância, compreendo o espaço como a materialidade da divisão da circulação das discursividades.

É nesse espaço de lutas pela interpretação e pelo poder dizer que os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, embora reconheçamos a heterogeneidade de redes sociais, presentes no espaço virtual, as diferentes possibilidades de comentar, de publicar e de ser sujeito, não estamos olhando para as especificidades de cada gênero, mas para os enunciados que circularam sobre o Ministério da Cultura e, por sua vez, sobre a cultura. Para efeito de análise, na Análise de Discurso, ainda que reconheçamos a importância dos gêneros para a compreensão e organização da sociedade, a seleção das sequências discursivas, que no nosso caso foi constituída de enunciados que circularam posteriormente ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, não está diretamente ligada aos gêneros discursivos, enquanto regulatório e organizador de um texto, já que o funcionamento discursivo,

que é mais amplo do que gêneros discursivos, é regulado pela formação discursiva que determina *o que pode e deve ser dito* (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007, p. 26), sendo assim possível observar o mesmo funcionamento discursivo em diferentes gêneros. Além disso, a partir de nossa perspectiva teórico-analítica, por haver historicidade, as sequências discursivas não se limitam ao tempo cronológico, o que significa dizer que para uma análise discursiva as sequências não precisam necessariamente seguir a ordem de quando elas foram enunciadas, uma vez que o processo discursivo não é linear e regular, mas contraditório, não-linear, não apresentando, portanto, um ponto inicial e um ponto final.

Vamos às sequências discursivas:

SD1: Concordo que o povo merece ter acesso a cultura e lazer.... PORÉM ANTES E MAIS PRIORITÁRIO É A SAÚDE, SEGURANÇA, EMPREGO, MORADIA, SANEAMENTO BÁSICO, ENTRE OUTRAS NECESSIDADES MAIS IMPERIOSAS...ESTE MINISTÉRIO DA CULTURA SÓ AGRADA AOS ARTISTAS QUE QUEREM VIVER DELE, COM OS NOSSOS IMPOSTOS. (Comentário do leitor no G1 sobre o fim do MinC)

SD2: “cultura é coisa de vagabundo” (comentário na página do Facebook FicaMinC)

SD3: “sou totalmente a favor da cultura, mais começando pela base, não inflando o cofre de comunista vagabundo.” (comentário do leitor no G1 sobre o fim do MinC)

SD4: “OS ESQUERDOPATAS ESTÃO CHORANDO PORQUE TEMER ACABOU COM UM DOS S[E]US ANTROS, MINISTÉRIO DA CULTURA” (Postagem no Twitter - Sillas Malafaia).

“Artistas”, “vagabundos”, “Comunistas vagabundos” e “esquerdopatas” são designações que circularam com mais intensidade em maio de 2016 e que se sustentam na divisão das relações sociais e na oposição entre o trabalho braçal e o

ocioso. A abertura dada à democratização do acesso à “cultura”¹³ pelo governo do PT nos últimos anos produziu a atualização de dizeres que evidenciam a diferença constitutiva das relações sociais, a luta de classes. Nesse momento histórico-político, o que está em jogo não é apenas o que se entende por cultura, mas a abertura dada ao setor cultural no governo do PT. Essa abertura ao setor cultural, ainda que criticada por estudiosos da área, é significada como favorecimento a vagabundos, a comunistas, a esquerdopatas. Ao contrário de serem compreendidos como trabalhadores que precisam de melhores condições de trabalho, aqueles que se dedicam à cultura não são considerados trabalhadores. A dedicação à cultura e aos estudos (também cultura, no sentido de cultivo do conhecimento) é significada como não trabalho, que, muitas vezes, é reduzido ao trabalho “braçal”. Funcionando pela oposição trabalho braçal e ocioso, o fim do Ministério da Cultura é justificável porque ele sustenta “vagabundos” (principalmente pela Lei Rouanet¹⁴), não é rentável e suas ações estão ligadas ao governo do PT.

Assim, embora se reconheça a necessidade da cultura (“concordo que o povo deve ter acesso a cultura e lazer” “sou totalmente a favor da cultura”), há ressalvas “mais começando pela base”, “porém antes e mais prioritário é a saúde, segurança etc...”. Perguntamo-nos: o que significa ser a favor da cultura, mas...? O significante cultura, ao mesmo tempo em que é um significante equívoco, é tomado como um todo, funcionando pela evidência de que a cultura é importante, mas primeiro é preciso dar prioridade a outros setores. O reconhecimento da cultura e ao mesmo tempo a negação da importância de investimento nesse setor abre pouco espaço para a contradição. Nesses dois discursos, logicamente estabilizados, parece que temos a contenção da contradição e, com isso, a não possibilidade de outros sentidos circularem. O sentido dominante, para essa posição, é o de que a cultura, embora necessária, está ligada ao ócio e não é, portanto, prioridade por não ser rentável. Ao contrário, é preciso que se corte gastos nesse setor e que ele seja incorporado a outro ministério, como ao Ministério da Educação.

¹³ Como aponta Lima *et al* (2013), há diferentes focos nas políticas públicas de cultura, dois deles se baseiam na democratização da cultura e na democracia cultural. Esses foram, sobretudo, os focos dos governos Lula e Dilma, já que nesses governos houve uma abertura para o reconhecimento da “diversidade cultural”, por meio da política de democracia cultural, e uma maior democratização de bens culturais, considerados antes inacessíveis à boa parte da população. Discutimos (NASCIMENTO, 2017) a produção do consenso nas políticas públicas de cultura do Estado brasileiro na contemporaneidade.

¹⁴ Lei de incentivo fiscal à cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) que foi criada no Governo de Fernando Collor e o seu nome homenageia o então secretário da cultura Sérgio Paulo Rouanet. A Lei consiste em empresas e cidadãos poderem aplicar parte do imposto de renda em ações culturais, incentivando assim o setor. Embora a Lei tenha possibilitado o aumento de investimentos no setor cultural, ela sofre muitas críticas, principalmente por atribuir às empresas o poder de decisão sobre os patrocínios que serão realizados.

Embora de certo modo a assistência ao *processo* da cultura (aos sujeitos que produzem cultura) esteja de alguma forma sendo assegurada, por ser associada à educação, produz-se uma colagem de que os produtores da cultura são vagabundos, negando outros sentidos possíveis de *processo* da cultura. A colagem entre cultura e educação, que perdura até hoje (e é atualizada pela transformação do Ministério da Cultura em uma secretaria do Ministério da Educação¹⁵), produz o apagamento de outros processos culturais possíveis, dos diferentes sujeitos que produzem “cultura”, que, por não terem seus trabalhos vinculados ao trabalho intelectual, provavelmente não terão ou terão pouca assistência garantida pelo governo e serão relegados ao esquecimento.

Chegamos a outros enunciados que circularam em maio de 2016:

SD5: Fica Minc - pela cultura e pela volta da democracia (página no Facebook)

SD6: “país sem cultura é terreno fértil para oportunistas vendilhões de templo” (Twitter em resposta à postagem de Sillas Malafaia)

SD7: Só quem trabalha com Cultura entende o q isso representa. Não só de trabalho e preocupações vive o homem. Nós precisamos de cultura e lazer. Antigamente só os ricos tinham acesso aos Concertos Musicais nos Grandes Teatros. Hoje qualquer um pode ir e detalhe de graça. (Comentário do leitor sobre matéria do G1 sobre a extinção do MinC)

Contrários ao fim do Ministério da Cultura, foi criada hashtag #FicaMinC e uma página no Facebook “Fica MinC - pela cultura e pela volta da democracia”, com mais de 40 mil curtidas. Por meio das redes sociais, principalmente pelo uso da hashtag, outros sentidos em torno do significante cultura passaram a circular, possibilitando a contradição e, assim, a irrupção da “resistência”. O #ficaMinC é uma luta tanto pela cultura quanto pela democracia, pois “país sem cultura é terreno fértil para oportunistas vendilhões de templo”. Há uma colagem da cultura ao Ministério da Cultura, que funciona pela generalização e pelo apagamento do fato de que a cultura existe sem o Ministério.

¹⁵ Esse posicionamento foi revertido após intensa mobilização de artistas e do público em geral. No entanto, o desmonte do Ministério da Cultura continua, já que foi reduzida a verba para esse setor.

Além disso, ao mesmo tempo em que se sustenta o argumento de que “só quem trabalha com Cultura entende o que isso (o fim do MinC) representa”, se produz o sentido de que, embora se opondo ao primeiro bloco de sequências discursivas (SD1, SD2, SD3, SD4), também se sustenta na oposição entre trabalho e ócio: “Não só de trabalho e preocupações vive o homem. Nós precisamos (a produção de evidência de um nós universalizante) de cultura e lazer”. A partir de um “nós”, que funciona discursivamente como universalizante, busca-se assegurar os direitos à cultura, a reconhecida pelo Estado, como se o sujeito não pudesse viver sem ela. Sustentados na oposição trabalho e cultura, preocupações e lazer reivindica-se a recriação do MinC e a manutenção dos direitos adquiridos: enquanto “antigamente só os ricos tinham acesso aos Concertos Musicais nos Grandes Teatros. Hoje qualquer um pode ir e detalhe de graça”. Reivindica-se a volta do MinC e com ele a democratização da cultura (a erudita?) que foi realizada nos últimos anos.

Esses discursos em torno do fim do Ministério da Cultura apontam para a disputa de sentidos em torno da cultura e a sua importância em nossa sociedade. É preciso salientar o fato de que o MinC, ao funcionar como um dos mecanismos regulatório do Estado para investir na cultura, funciona também determinando o que é (e não é) considerado cultura em nossa sociedade. Há, no entanto, outros discursos que significam cultura. Embora não apareça em nossas sequências, adjetivações como *popular* e *alternativa*, por exemplo, ao incidirem sobre a cultura (como em cultura popular, cultura alternativa), demonstram a disputa de sentidos em torno dessa palavra. Além disso, nas sequências discursivas acima, a mesma base material, cultura, é significada a partir de diferentes posições, o que também aponta para o político em torno dessa palavra.

Assim, apesar de os discursos em torno do #FicaMinC funcionarem basicamente na oposição ao fim do Ministério da Cultura, queremos sustentar que eles permitiram a possibilidade de que outros discursos circulassem e de que uma “resistência possível” (a “resistência” ao já posto - “resistência” ao fim do Ministério da Cultura, limitando outras possibilidades de identificação para os sujeitos), conforme aponta Modesto (2016), ocorresse e com ela a produção de um “efeito de resistência”, ainda que limitado ao funcionamento da oposição ao já posto.

A cultura é um significante que funciona pela equivocidade e pelo apagamento da contradição. Embora cultura possa significar muitas coisas, a cultura se apresenta como um significante neutro que se apresenta para o sujeito como uma necessidade, mas não necessariamente uma prioridade. O reconhecimento da necessidade da

cultura, de se ter políticas públicas voltadas para este setor, evidencia o desejo dos sujeitos por manterem a ordem sem, muitas vezes, deslocar ou inverter, mas preservando o sistema. Ou seja, a partir dessa posição, só se apresenta como possível a luta pela manutenção dos direitos, sem a possibilidade de instaurar o equívoco e a contradição. Ao tomar a língua em sua incompletude e compreender a contradição como constitutiva dela, é possível instaurar o equívoco e que outros/novos discursos possam circular. É ao abrir para a possibilidade de outros sentidos, sem cair em discursos logicamente estabilizados, que é a produção de novas/outras formas de relação social será possível.

Tanto a “rejeição” à cultura quanto a resistência pela cultura foram postas em circulação num país onde os sentidos em torno do direito à cultura pareciam estar semanticamente estáveis. A breve extinção do MinC, portanto, expôs a diferença constitutiva das relações sociais e a dificuldade do atual governo em administrar o litígio provocado pelo fim do MinC. A recriação do Ministério da Cultura, nesse sentido, é uma tentativa do Estado de conciliar o conflito, mas, como aponta Lagazzi (2010), a conciliação se torna um lugar controverso, na medida em que se torna uma prática circular e não busca resolver as causas dos conflitos. A questão que nos fica é: como abrir espaço para a contradição em uma situação em que os discursos se apresentam na oposição, logicamente estabilizados? Pensar a cultura na história e o sujeito na linguagem, a nosso ver, é a possibilidade de se abrir para o equívoco, é a possibilidade de que o sem-sentido faça sentido e que outros sentidos possam circular.

A Análise de Discurso nos ajuda a compreender como os discursos funcionam, como os sentidos se constituem, são formulados e circulam na sociedade. Compreender os discursos sobre a cultura e o seu funcionamento (discursivo) na sociedade é fundamental. Para tanto, é preciso que lutemos pela cultura, ou seja, que a cultura seja objeto de estudo da Análise de Discurso e seja compreendida “na falha da língua na história” (ORLANDI, 1999), em sua equivocidade.

Referências

ADORNO DE OLIVEIRA, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. Tese de Doutorado em Linguística - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, [s. n.], 2015.

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. Da categoria cultura: do aparelho cultural do Estado. In: FELIX, M. *et al.* **Encontros com a civilização brasileira**, v. 16. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, p. 183-214.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.
- LAGAZZI, Suzy. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: **Discurso e políticas públicas e urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 75-84.
- LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: **Anais do IV Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2013, p. 1-17.
- MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: Uma proposta. In: **Fórum Linguístico**. Florianópolis, v. 13, n. 1, jan/mar, 2016, p. 1083-1093.
- NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana. O verbete cultura: apontamentos sobre a relação entre cultura e Estado (nacional). In: ORLANDI, Eni *et al.* **Anais do Enelin 2015**. Pouso Alegre: Univás, 2016, p. 234-240.
- _____. Cultura, memória e resistência: o entre-lugar dos brasiguaios. In: **Anais do VII SEAD - A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Recife: UFPE, 2016. p. 1-9.
- _____. Ler a cultura hoje: a construção do consenso nas políticas culturais do Estado brasileiro. In: **RUA** [online], v. 2, nov/2017, p. 311-334.
- ORLANDI, Eni. Do Sujeito na História e no Simbólico. **Escritos**, Campinas, nº 4, maio, 1999.
- _____. Apresentação. In: **Discurso e políticas públicas e urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 5-10.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Da religião à cultura. In: **Anais da ANPOLL**, 2004.
- _____. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: **Discurso e políticas públicas e urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 127-158.
- _____. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.) **Análise**

de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011, p. 243-258.

Artigo recebido em: 25/07/2017

Aprovação final: 15/05/2018

LÍNGUA, ENSINO E HISTÓRIA: SUJEITOS E PRÁTICAS DISCURSIVAS NA SALA DE AULA.

Denílson Vieira de Souza¹

Andrea Silva Domingues²

Resumo:

No presente artigo, propomos uma análise de materiais didáticos adotados pelo Ministério da Educação (MEC) para escolas da rede estadual do Estado de Minas Gerais. A partir de nossas análises, pretendemos estabelecer uma relação entre a disciplina, aquisição da linguagem e o estudo da história no sexto ano do ensino fundamental. Sabemos que é desafiador tentar analisar esse material, a partir da perspectiva discursiva. Por outro lado, sabemos que o suporte teórico da linha da Análise de Discurso, com o qual nos propomos a trabalhar pode nos conduzir a questões bastante interessantes que irão permitir repensar o uso da língua no ensino.

Palavras-chave: *Discurso; Memória; Língua; Ensino; História.*

Abstract:

In this article, we propose an analysis of didactic materials adopted by the Ministry of Education (MEC) for public schools of the State of Minas Gerais. From our analysis, we intend to establish a relationship between the discipline, language acquisition and the study of history in the sixth year of basic education. We know that it is challenging to try to analyze this material from the discursive perspective. On the other hand, we know that the theoretical support of the Discourse Analysis line, with which we propose to work, may lead us to some very interesting questions that will allow us to rethink the use of language in teaching.

Keywords: *Discourse; Memory; Language; Teaching; History.*

Introdução

A questão de pesquisa apresentada neste estudo constitui uma reflexão perante o ambiente escolar e, sobretudo, o espaço acadêmico-científico. Trata-se pois

¹ Professor do Ensino Fundamental da rede Pública do Estado de Minas Gerais, mestre egresso do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. Contato: denilsonipuiuna@yahoo.com.br.

² Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí. Contato: andrea.domingues@gmail.com.

de refletir sobre os sujeitos e suas práticas discursivas, em sala de aula, tendo como objeto de estudo o material teoricamente mais utilizado nas instituições escolares no Brasil. Referimo-nos aqui ao Livro Didático.

Em nosso trabalho como pesquisadores da área de Ciências da Linguagem, temos direcionado nosso olhar para o modo como diferentes componentes curriculares utilizam-se desse instrumento linguístico que ainda se apresenta, para muitos professores, como o ponto de partida do ensino-aprendizagem na educação básica.

Na reflexão aqui proposta, direcionamos nosso olhar para o ensino de História na rede pública do Estado de Minas Gerais, em especial, no que concerne ao modo como as práticas culturais são estudadas na escola e relacionadas com o universo simbólico-cultural do aluno, sobretudo na oralidade. Entra aqui a questão da linguagem, denominador comum, que se apresenta como elemento essencial na relação sujeito e sociedade. De fato, a linguagem está presente em todas as formas de manifestação social: é através dela que nos constituímos como sujeitos, nos significamos e significamos nossa realidade.

Observando o ambiente escolar, é possível verificar que este espaço se apresenta como um divisor de águas na relação do sujeito-aluno com a linguagem. Isso porque cabe à escola “ensinar”, entre outras habilidades, aquela que se refere à linguagem, mas especificamente, ensinar a língua. Mas que língua é esta? Afinal, o aluno que chega à escola já está, desde que nasce, inserido no espaço simbólico que é, por sua vez, constituído de e pela linguagem. Em outras palavras, ele já é usuário de sua língua materna e, através dela, significa e significa-se suas relações e sua realidade. Considera-se então que o aluno não chega à escola sem conhecer uma língua. Ao contrário, ele domina sua língua materna.

Nesse sentido, somos levados a questionar que língua é esta “idealizada” e “ensinada” na escola? Uma língua coercitiva, impregnada de normas, regras e exceções, que, aparentemente, difere (e muito) da língua utilizada pelo aluno no seu cotidiano. Afinal, para o aluno, a língua se constitui à medida que ele a emprega seja para produzir, interpretar, compreender ou reproduzir sentidos. Observa-se assim que há uma decalagem entre a “língua do aluno” e a “língua da escola”.

Para Orlandi (2014), refletir sobre essa questão implica pensar sobre o próprio papel da escola e, porque não dizer, da educação de um modo geral, no que tange à questão da linguagem:

Nesse caso, o da língua, podemos dizer que há o que denomino “língua institucionalizada”, ou seja, a que se apresenta com a caução do Estado e que aparece assim em sua legitimidade. Esta língua institucionalizada é a que se pretende que seja ensinada na Escola. A língua correta. Normatizada. O discurso dominante sobre a língua, na sociedade capitalista, é o da língua institucionalizada, a que tem correção, regularidade e unidade. Esta unidade é a unidade da língua nacional. Desse modo, identifica-se o aluno bem formado com aquele que fala a língua institucionalizada, reconhecida na sociedade como a língua legítima. A que, no “imaginário social”, se aprende na escola, instituição do Estado que individua o sujeito como sujeito alfabetizado, escolarizado, o que sabe a língua que fala. Ou fala de acordo com a norma (ORLANDI, 2014, p. 158).

Assim, como apontado acima, na ilusão de se “ensinar” um determinado ideal de língua, a escola e seus dispositivos de funcionamento ignoram, penalizam os alunos que não se adequam à normatização linguística proposta pela escola, a saber, aqueles que, ao se inserirem no ambiente escolar, produzem desvios ortográficos ou gramaticais ao usarem palavras e expressões que são comuns no seu cotidiano, sobretudo, na forma oral.

As discussões teóricas-científicas em relação à aquisição da linguagem, permitem-nos refletir sobre o modo como os professores, que atuam na Educação Básica em diferentes áreas do conhecimento, trabalham (com) a língua em salas de aula. A maneira como alguns professores tratam as questões de ensino, em especial do próprio ensino de línguas (seja materna, seja estrangeira), pode contribuir para um distanciamento do aluno em relação à forma como ele se relaciona com a linguagem (sua variedade linguística), experimentada cotidianamente, nos diferentes espaços em que circula. Essa questão nos inquieta sobretudo quando pensamos naqueles componentes curriculares que não trabalham, especificamente, com a língua portuguesa nem com a língua estrangeira, mas que praticam a linguagem para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem em sala de aula.

Nesta reflexão, analisamos um *corpus* de pesquisa que nos permite problematizar o ensino de História. Elegeu-se, portanto, como material de análise, os fragmentos de uma entrevista realizada com o senhor João Francisco Campos, o Sá Chico, falecido em 2009, fundador e mestre de um terno de congos, de uma congada³ de Ipuina-Minas Gerais, conhecido por todos como Terno do Sá Chico. A escolha dessa entrevista justifica-se pelo seu caráter ilustrativo de um universo particular no

³ Grupo de pessoas composto por homens e mulheres negros, mulatos ou brancos, que se reúnem para dançar e cantar louvando algum santo católico, seja ele São Benedito, Nossa Senhora do Rosário ou Santa Efigênia, ou lamentar o tempo da escravidão. Essa tradição tem características diferentes em diferentes lugares, mas remonta aos tempos da escravidão no Brasil.

qual muitos alunos, descendentes de famílias de congadeiros do interior de Minas Gerais, estão inseridos. A descrição do recorte da narrativa do Sá Chico permite pensar nas condições de produção da linguagem em que muitas crianças, alunos da educação básica, se inscrevem, isto é, práticas discursivas semelhantes àquelas de Sá Chico. Crianças essas que frequentam diariamente a escola da cidade e cuja aprendizagem se dá através de materiais didáticos fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e pelo Ministério da Educação. Assim, o *corpus* que será analisado constitui-se, além da entrevista citada acima, dos seguintes materiais:

1) o Minidicionário Aurélio, edição de 2008, dicionário utilizado atualmente nas escolas de Ipuiuna-MG;

2) partes do sumário de três livros didáticos de História, apresentados aos professores da rede estadual para que fossem estudados e posteriormente adotados para a utilização dos alunos;

3) recortes do Conteúdo Básico Comum (CBC), para o ensino de História, documento elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que indica alguns temas e subtemas obrigatórios no ensino de História no Estado.

O *corpus* de análise e aprendizagem da linguagem.

O *corpus* é construído na medida em que a linguagem se apresenta como elemento fundamental à sociedade, especialmente na constituição do sujeito e em suas representações nas práticas educacionais. Sabemos, entretanto, que a educação não acontece apenas na escola, mas nas relações diárias das pessoas em sua cultura. Pensar a questão da aprendizagem da linguagem sem olhar para as diferentes materialidades da língua é, para nós, impossível; assim, em nosso *corpus*, trabalhamos com diferentes recortes que ilustram a relação da sujeito-aluno com sua língua materna, língua na qual ele se constitui sujeito e através da qual ele significa o mundo.

Partimos da ideia de que:

O sujeito se constitui pela e na linguagem, é ela que o torna barrado, ser social trata-se do sujeito psicanalítico: fraturado, cindido, dividido, que transita num espaço onde as fronteiras entre o consciente e o inconsciente são tênues e movediças, em que a possibilidade de (auto)controle esbarra a todo momento com sua impossibilidade (CORACINI, 2007, p. 135).

Nosso sujeito-aluno é esse sujeito falado antes mesmo de nascer, barrado como todos os outros por sua introdução no mundo simbólico e assujeitado pela linguagem. É, pois, sujeito que se constituiu na e pela linguagem. Segundo Orlandi (1994, p. 27), “sujeito e sentido se constituem simultaneamente”, ou seja, ao ser introduzido no mundo simbólico, esse sujeito se torna assujeitado a um discurso que vai sendo construído sobre e por ele enquanto ele toma contato com a linguagem, mesmo porque é pela língua que o discurso se materializa (ORLANDI, 1994).

O sujeito-aluno é, assim, um sujeito barrado e sempre assujeitado a determinados discursos, mas nunca um sujeito completo, pois ele está em constante processo de significação. Ele vem de uma formação discursiva diferente que afeta o modo como ele produz sentidos a partir do conhecimento que já possui de sua língua materna. Dito de outro modo, o sujeito-aluno, ao se inserir no ambiente escolar, já traz consigo uma memória discursiva e, através dela, produz sentidos. Ao tomar conhecimento da língua idealizada e institucionalizada pela escola, essa memória discursiva não se apaga. No entanto, à medida em que se aprende a língua “padrão” da escola, um distanciamento da sua língua materna parece se produzir. Surge, então, aquilo que muitas vezes chamamos de erros, falhas, desvios, mas que, na verdade, revelam traços da língua materna que se materializam nas produções linguísticas (orais e escritas) do aluno que, teoricamente, se esforça para se adaptar à língua institucionalizada.

Conforme já destacamos, a escola, como instituição de formação educacional, precisa dar acesso às diferentes discursividades, aos diferentes funcionamentos da língua portuguesa. Teoricamente, cabe à escola trabalhar o ideal de língua, como aponta Orlandi (2014). No entanto, muitas vezes, esse conhecimento linguístico relativo às diferentes variedades da língua portuguesa parece estranho ao aluno que traz em sua oralidade traços de uma identidade linguística que não se inscreve nos padrões de uma dita língua ideal.

Como pensar, então, um sujeito que tem contato com a língua padrão, que lhe foi apresentada como língua materna sendo que ele não se reconhece não se identifica com ela? Se esse sujeito já é barrado no momento de sua entrada no mundo simbólico através da linguagem de seus semelhantes, na escola, ele é barrado novamente, agora pelo contato com a língua padrão. É possível pensarmos que, se isso ocorre com seu contato com a língua portuguesa, o mesmo fenômeno irá se anunciar no contato com uma língua estrangeira? Para problematizarmos esta questão, devemos refletir sobre a língua padrão trabalhada na escola, considerando-a

hipoteticamente como segunda língua, já que nossa língua materna é aquela com a qual temos contato através de nossa família e pela qual significamos o mundo. Segundo Revuz (1998, p.215), “toda tentativa de aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua”. Evocamos as afirmações de Revuz que trata da aquisição de uma língua estrangeira, para refletir sobre situações semelhantes, no caso da língua materna, quando o aluno entra em contato com a língua padrão.

Antes de entrarmos nas análises, faz-se necessário algumas considerações sobre a língua materna. Tomemos aqui as considerações de Castro (1997) sobre a interpretação:

Se é pela interpretação da mãe que a criança é posta no funcionamento da língua, por outro lado, sua única possibilidade constitutiva é enquadrar-se na fala do outro. A criança incorpora fragmentos da fala da mãe e do efeito estruturante dessa identificação e sujeição a imagem do outro, depende o início de um processo de aquisição da linguagem (CASTRO, 1997, p. 30).

De acordo com a autora, a criança se insere no mundo da linguagem a partir das interpretações de sua mãe ou cuidador(a). Compreende-se assim que a língua materna, de certa forma, significa o mundo para a criança. Castro (1997, p. 32) considera ainda que a interpretação da mãe se dá “Entre um movimento de identificação e reconhecimento de uma língua de um determinado universo discursivo, do que lhe soa como familiar, como seu e um estranhamento, provocado pelos deslocamentos da língua na fala da criança”.

Todo o processo de aquisição da linguagem está, pois, permeado por processos de estranhamento como os descritos acima, mas são momentos que marcam a aquisição da língua materna e o processo de significação do sujeito. Por esse motivo, é que esse universo discursivo, no qual o sujeito se insere, ao tomar contato com o mundo simbólico, vem à tona no primeiro contato com a língua normatizada, a língua padrão, aquela institucionalizada no ambiente escolar. Todas as interpretações e as significações desse primeiro contato com a linguagem, muitas vezes, são colocados em choque, entram em embate, diante das normas da língua escolar, causando o estranhamento, fazendo com que a língua padrão se aproxime ou se pareça com outra língua, uma língua diferente daquela na qual o sujeito se constituiu como tal.

Discurso institucionalizado e discurso oralizado: Litígio de sentidos

Iniciamos nossas análises com uma palavra presente no cotidiano dos habitantes de grande parte do interior de Minas Gerais que não está listada no dicionário utilizado nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Trata-se da palavra “*congadeiro*”.

Tomaremos como lócus deste estudo uma escola estadual, situada no Sul de Minas Gerais e na qual o instrumento linguístico, Minidicionário Aurélio, é utilizado nas aulas de língua portuguesa.

Na busca por uma definição para a palavra “congadeiro”, porém encontrou-se somente a expressão “congada” que traz a seguinte definição: “Con .ga . da *sf. Bras.* PE AL Bailado dramático em que os figurantes representam a coroação do rei congo”.

Na definição, apresentada pelo dicionário, a sigla MG não aparece entre os Estados onde a palavra é, supostamente, utilizada. Então, indaga-se: como o aluno da escola de Minas Gerais se relaciona com este dicionário, instrumento linguístico importante no processo de aquisição de uma língua, em que a palavra “congada” aparece apenas como expressão usada em Alagoas e Pernambuco? Pode-se dizer que congada é para este sujeito, mineiro, um traço constitutivo de sua identidade social e linguística. Ou seja, não encontrando referência as suas origens, possivelmente, este sujeito, mais uma vez, se sentira excluído, barrado, sujeito estranho na sua relação com a língua ensinada pela escola.

Procuramos, no mesmo dicionário, as palavras “congo” e “congadeiros”, porém, observou-se que apenas a palavra “congada” tem seu significado descrito. Considera-se então que os sentidos atribuídos pelos congadeiros à palavra “congo” podem ser muito diferentes do que a maioria das pessoas conhece como Congo. Deve-se assinalar aqui que “Congo” é o nome de um país do continente africano que foi colonizado por Portugal a partir do século XV. Assim, podemos verificar que a palavra que denomina a prática cultural da congada tem relação estreita com o antigo reino do Congo que deu origem ao atual país africano. De acordo com nossa posição teórica, essa filiação de sentidos acontece a partir da memória discursiva dos afrodescendentes. Para algumas comunidades afrodescendentes, a palavra em análise designa, como indica o dicionário, uma espécie de dança. Mas que dança seria esta? Seria realmente dramática? Somente a palavra dramática poderia mostrar os sentidos da palavra congada? São perguntas que, pelas indicações do verbete, no dicionário analisado, não podem ser respondidas. Na busca por respostas, fundamentamo-nos na reflexão da historiadora Marina de Melo e Souza, em sua obra “Reis Negros no

Brasil Escravista”, em que a autora apresenta a seguinte definição para a palavra “congo”:

Congo é uma palavra chave na atribuição de características comuns a grupos africanos de origem Banto em processo de construção de novas identidades. Se congo realmente designava dança cantada, tal sentido foi agregado a outros sentidos pela comunidade negra, a associação entre um passado africano e um identidade católica, ligada ao reino do congo (SOUZA, 2002, p. 300).

A ausência de uma definição da palavra congada no minidicionário Aurélio, parece-nos semelhante à ausência de significado de muitos africanismos no Português do Brasil, fato que levou Margarida M. Taddoni Petter (2001, p. 233), em seu trabalho sobre os Africanismos no português do Brasil, a concluir que “a grande quantidade de termos considerados provenientes de línguas africanas sem origem determinada pouco acrescenta ao reconhecimento dos africanismos”. Essa mesma questão parece se aplicar aos termos congadeiros e congos.

Considerando a língua materna dos alunos do Sul de Minas Gérias e também atentando para as questões discursiva, conforme destacado por Castro (1998), pode-se pensar que a palavra “congadeiro” está presente na língua materna dos alunos, já que se trata de uma prática cultural de comunidades afrodescendentes passadas de pai para filho. Estão presentes, nesse universo discursivo, as interpretações da mãe e os deslocamentos de sentidos dessa palavra na fala da criança. Entretanto, o dicionário utilizado pelos professores e legitimado pelo Estado de Minas Gerais, na tentativa de se chegar ao efeito de completude, produz um apagamento de sentidos, um silenciamento⁴ dessas expressões no decorrer da história da construção língua padrão. Silenciamento este afetado por representações imaginárias.

Conforme já foi destacado anteriormente, o minidicionário Aurélio Escolar constitui o instrumento linguístico que é utilizado em escolas públicas como uma ferramenta de apoio ao ensino da língua portuguesa. No entanto, percebe-se que este material não dá conta da diversidade linguístico-cultural da língua. Essa observação pode ser verificada no seguinte fragmento, retirado de uma de nossas entrevistas orais realizadas com Sá Chico, congadeiro da cidade onde se localiza a escola em que o Dicionário Aurélio é adotado como parte do material didático para a educação básica.

⁴ Não sabemos se podemos tratar termos como *congadeiros* ou *congos* como africanismos, mas cremos que somente o fato de essas expressões estarem presentes no cotidiano dos alunos e não estarem colocadas no dicionário escolar Aurélio parece ser uma espécie de silenciamento dessas expressões.

Deve-se assinalar ainda que, ao realizarmos essa entrevista, buscávamos conhecer melhor a prática da congada dentro do festejo de São Benedito, celebração típica da cidade de Ipuiuna (MG). A entrevista foi registrada na residência de Sá Chico e, durante sua narrativa, as expressões *congada* e *congado* estiveram presentes, fato que nos chamou a atenção. Procuramos agora analisar um fragmento dessa entrevista:

Eu saía da Zareia, morava lá, eu ia im Poço de Carda assistia a festa lá im Poços de Carda de São Benedito, e eu já naquela época gostava demais já, toda vida gostei de terno de congo intão eu sempre tava lá cos terno de Congo dançanu tudo lá (Depoimento de Sá Chico, 2005).

Este fragmento, transcrito na forma oralizada, traz um pouco da história do congado conhecido como Sá Chico. No recorte acima, ele explica que gosta de terno de congo, e parece explícito, em sua fala, o desejo de dizer que dançar congo é uma prática comum em sua vida, desde sua juventude. Sá Chico era líder de um terno de congos que levava seu nome: portanto guardião das tradições e responsável pela continuidade de sua cultura, transmissão simbólica, portanto, da ordem de uma memória discursiva. Em outro momento, ele relata a necessidade de ensinar os pequenos suas tradições:

Eu faço questão de que a rapaziadinha participa, tem uma bisneta pequenininha participano, é cum tristeza que nós sabe que um dia nós vai morre mais vai ficá nosso sucesso pra descendência do congado... quando foi no começo aqui nós juntemo a turminha e fizemo um armoço aqui, que dize que eu gosto é da unidade da fãmia, porque se tem colega tem amizade, sem a união de quem gosta num tem festa... (Depoimento de Sá Chico, 2005)

Nas palavras de Sá Chico, a congada fica caracterizada como uma festa, sobretudo uma festa de família, marcada pela união e pela amizade. Se compararmos com a definição de congada presente no minidicionário escolar Aurélio, usado na escola pesquisada, percebe-se a diferença nos efeitos de sentido: para quem utiliza a palavra “congada”, em seu dia a dia, a palavra adquire efeito de festa, mas, no dicionário, seus sentidos remetem à dramaticidade, solenidade, ritual. Para Sá Chico, no entanto, essas palavras são sinônimo de encontro e confraternização. Mais adiante, ele continua dizendo o que representa a congada: “nóis cumimo, bebimo esaimo pa diverti, nós gosta é di diverti, porque o congo tem três letra que manda nele, três P, o preto, o pobre e o pinguço” (Depoimento de Sá Chico, 2005).

Analisando os fragmentos acima, observa-se que “congo”, “congada” e “terno de congos” têm sentidos próximos e parecem constituir uma mesma manifestação que, na cultura popular, do sul de Minas Gerais, é utilizada com frequência. Porém,

no dicionário, adotado pelos alunos da escola em questão, tais palavras não são encontradas. Seus efeitos de sentido são outros, aqueles do apagamento, do silenciamento de um dizer que se apresenta como constitutivo do sujeito daquela região.

Partindo para outra reflexão acerca das palavras “congo” e “congadeiro”, buscamos compreender qual é a formação discursiva que produz identificação no sujeito congadeiro. Segundo Orlandi (1994, p. 27), “sujeito e sentido se constituem simultaneamente”, dessa forma, questionamo-nos: como o sujeito congadeiro tem se constituído dentro de uma cidade onde ele convive com uma forma de linguagem em seu meio familiar e outra na escola que, através do ensino da língua portuguesa padrão, que não faz ressoar sua linguagem do cotidiano? Diante da ausência de termos que caracterizam sua cultura no estudo da língua oficial, qual é o papel da palavra “congadeiro” na atribuição de sentidos para o sujeito pertencente a um terno de congos que se constitui em Ipuina-MG?

A partir dessas observações, chegamos ao que Orlandi (2009, p. 18) chama de língua fluida e língua imaginária. Trata-se, pois da língua “sistema, que os analistas firmam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história”. É esta a língua do minidicionário Aurélio, a língua ensinada na escola, espaço linguístico-discursivo que, aparentemente, desconhece os sentidos produzidos pelas palavras “congo” e “congadeiro”, e que trata a congada como dança dramática ou ritual de coroação do rei do congo. Para Orlandi (2009, p. 12), a língua fluida “é a língua em movimento, mudança contínua que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, que não se deixa imobilizar e que vai além das fórmulas”. Esta é a língua falada pelo Sá Chico, na qual a congada pode ser festa, encontro, amizade, dança e família, ou seja, pode ter diversos sentidos. Pode também atribuir sentidos a palavra “congadeiro”. É a língua singularizada que determina os sujeitos. Essa é sua língua materna.

A partir do exposto, deve-se fazer algumas interpretações em relação ao assunto: ao solicitarmos, aos alunos da região de Ipuina-MG, a produção de um texto escrito (redação) sobre a festa de São Benedito ou sobre as congadas, que sentidos sobre congada circulariam nestes textos? Quais sentidos seriam atribuídos às palavras analisadas neste texto? Que diferenças existiriam em redações de alunos de outras cidades onde não existem essas práticas? Que sentidos esses alunos atribuiriam a expressão “congada” a partir da leitura do minidicionário Aurélio? Possivelmente, esses alunos poderiam pensar que se trata da cerimônia de coroação

de um dos reis do antigo Reino do Congo. Isso, porém, é apenas uma hipótese do que poderia acontecer, pois, as diferentes formas de acesso à informação presentes na atualidade permitiriam a esse aluno construir outros sentidos que o levariam a diferentes ideias e sentidos sobre a congada. Como esse aluno se reconheceria como sujeito através da língua padrão, se ao mesmo tempo em que ela tenta criar um efeito de fechamento ela não abre espaço para práticas de linguagem presentes em seu universo discursivo?

Com base no que foi exposto até aqui e considerando os questionamentos acima, alinhamo-nos com a posição de Massmann (2013, p. 166) que, ao discutir as práticas pedagógicas do século XXI, compreende que a escola, ao instituir “o que se deve saber”, sustenta ainda hoje;

Um discurso autoritário que tende a promover e a impor a produção do mesmo sentido, de um só sentido sob várias de suas formas (ORLANDI, 2008) e que o objeto do discurso fica apagado, silenciado. Ou seja, o conhecimento pouco importa: “não há individuação do/no processo social de conhecimento, mas serialização, clonagem” (ORLANDI, 2001, p. 161).

A autora, a partir do que propõe Orlandi (1983, 2001, 2013), considera que as práticas pedagógicas da escola de hoje ainda estão estruturadas em um modelo que reproduz um jogo conservador e fictício de ensino e aprendizagem. Desse modo, a escola fecha-se em si mesma, não produz conhecimento, não se atualiza, não estimula a pesquisa nem mesmo a criatividade do aluno. Este não é estimulado a refletir sobre o seu espaço e os sentidos que ali circulam. Contrariamente do que se poderia esperar da instituição escolar em nossos tempos, não há, como vimos, emancipação intelectual. À medida que se desconsidera a história destes sujeitos-alunos, seus sentidos, sua língua, sua cultura à função de ensinar não se constitui como um processo contínuo e multilateral de produção e circulação do conhecimento. Ao propor como definição no dicionário de língua portuguesa apenas sentidos distantes da realidade dos alunos, o material escolar utilizado em Minas Gerais teoricamente não dá acesso às diferentes discursividades, aos diferentes sentidos que circulam na sociedade.

O modo como a palavra “congada” é descrita no minidicionário coloca em funcionamento um apagamento de sentidos, sentidos de uma parcela da população, sentidos regionalizados, mas sentidos que circulam e que produzem significações e identificações para estes sujeitos, afrodescendentes. Essa análise coloca como questão fundamental o silenciamento e os deslizamentos de sentido que dele derivam.

Ainda é preciso destacar que os questionamentos apresentados acima, permitem-nos retomar as ideias de Orlandi (2000, p. 98) em relação ao efeito de completude que o dicionário causa em nosso imaginário. Será esse o efeito nas aulas de português da escola em questão? Se esse efeito de completude é buscado por professores de Português e de História, que tipo de conflitos pode existir no momento do contato do aluno com a busca desse efeito?

Pensemos nos alunos afrodescendentes de sexto ano do ensino fundamental que chegam à escola com todo um universo discursivo, pleno de memórias e de interpretações dentre as quais suas práticas culturais são parte considerável. Se olharmos para a fala do congadeiro Sá Chico, pode-se dizer da sua posição-sujeito congadeiro. Todas essas práticas permeiam o universo discursivo dessas crianças e constituem sua língua materna.

Livro didático, língua e memória.

A fim de refletir sobre os livros didáticos de História, selecionamos alguns exemplares que são utilizados no sexto ano da rede pública de Minas Gerais para conhecermos quais são os conteúdos especificados para o primeiro trimestre do ano letivo, momento importante para o aluno pois é, a partir deste momento, que os conteúdos didáticos são distribuídos em diferentes componentes curriculares, ou seja, as disciplinas são ministradas separadamente.

É preciso ressaltar que o livro didático de história aqui pesquisado respeita todas as normas da língua padrão, é distribuído nacionalmente e produzido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Considerando que estes materiais são distribuídos para todo o território nacional, estes livros devem apresentar um conteúdo que se alinha ao que exigem os Parâmetros Curriculares para o Ensino de História. Entretanto, acreditamos que às diversidades regionais, sobretudo no campo da língua e da cultura, nem sempre são consideradas quando ocorre a elaboração do material.

Para esta pesquisa, consideramos os sumários dos três livros pré-selecionados pelos professores da rede pública de Ipuiuna (MG), conforme exposto abaixo:

Livro 1: **Projeto Araribá, História**. Editora Moderna 2013. Editora responsável Maria Raquel Apolinário.

Conteúdo do primeiro trimestre:

Tema 1: O Trabalho do Historiador

Tema 2: O tempo e a história

Tema 3: A evolução do ser humano

Tema 4: A vida humana no paleolítico

Tema 5: O neolítico e a revolução agrícola.

Tema 6: O surgimento das cidades.

Livro 2: **Jornadas**. Hist: História. Editora Saraiva. Organizadores: Maria Luisa Vas e Silvia Panazzo. 2013.

Conteúdo do primeiro trimestre:

Tema 1: O que a História nos conta.

Tema 2: Como interpretar a História.

Tema 3: Origem da terra e das espécies.

Tema 4: Sociedades: História e cultura.

Livro 3: **História nos dias de hoje**. Editora Leya. Organizadores: Flavio de campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff. 2013.

Conteúdo para o primeiro trimestre:

Tema 1: A História, os seres humanos e o tempo.

Tema 2: Pré História e História.

Tema 3: A Mesopotâmia

Tema 4: O Egito antigo.

Conforme se pode observar, o sumário do livro 1 traz temas muito gerais, seis temas, que são títulos de capítulos subdivididos em vários subtítulos diferentes. Esses capítulos apresentam assuntos relacionados à introdução ao estudo da História. Não mencionam a ideia da história de vida, nem propõem um estudo da cidade ou da cultura locais, assuntos que poderiam dar ao professor a possibilidade de explorar práticas culturais e mesmo a linguagem local, tocando aí em nossa questão, a língua materna.

O livro 2 apresenta, em seus primeiros dois capítulos, as mesmas questões colocadas no livro 1. Ele procura explorar o trabalho do historiador e propõe uma ideia de como interpretar a história. O que nos chama a atenção é que isso é proposto de maneira tão generalizada que os temas seguintes falam sobre a origem da terra e

das espécies. Como um aluno irá interpretar uma história da terra se o material não lhe permite olhar sequer para sua memória, para seu universo discursivo, suas práticas cotidianas?

O livro 2 propõe ainda um tema que poderá abrir um espaço para o conhecimento da vida do aluno, quando propõe o estudo da cultura. Por outro lado, a palavra sociedade já levará o professor a uma generalização. Parece-nos contraditório falar de cultura e sociedade sem antes trabalhar este conceito utilizando as práticas cotidianas dos alunos. Fato este que requer basicamente o entendimento de sua linguagem, da sua língua materna, na qual ele se significa como sujeito e produz sentidos.

O livro 3 é ainda mais generalizante, pois propõe o estudo da história, isto é, do tempo histórico. Nos capítulos que seguem, propõe-se o estudo do Egito antigo e da Mesopotâmia, assuntos distantes da realidade de um aluno de sexto ano do interior de Minas Gerais.

Certamente, a análise discursiva destes materiais pode ser amplamente explorada em reflexões futuras. No entanto, deve-se destacar que nosso objetivo aqui é estabelecer uma relação entre a aprendizagem da língua portuguesa na escola e o estudo da história no sexto ano do ensino fundamental. Refletindo sob essas considerações, acreditamos que a linguagem do livro didático e sua forma de apresentação respeitam a norma padrão da língua e também podem distanciar o aluno de sua língua materna uma vez que propõem conceitos extremamente complexos como aqueles de cultura, civilização e revolução para alunos que estão ainda se inserindo no universo da língua padrão.

Buscamos o Conteúdo Básico Comum (CBC), estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, como requisito básico a todos os estudantes das escolas estaduais. O documento elenca uma série de habilidades e competências que o aluno de sexto ano deve desenvolver nesse período de estudos no campo da história. Vejamos algumas dessas habilidades que os alunos devem saber após o término do sexto ano:

- a) Caracterizar a origem da evolução e a diversidade da espécie humana.
- b) Criacionismo X Evolucionismo.
- c) Identificar a diversidade étnica espacial e cultural dos povos africanos.

Todas as três habilidades permitem perceber que é exigido do aluno que ele se insira em um universo discursivo totalmente diferente do seu, ou seja, que ele domine conceitos amplos que não se encontram em sua linguagem cotidiana. Isso dificulta o

processo de inserção do aluno no espaço escolar, bem como sua inscrição como sujeito neste espaço. O ensino de História, de certa forma, contribui para esse processo de inibição do aluno à medida que propõe o estudo de um conteúdo que não faz sentido para ele. Como então o estudo de história, nas escolas, poderia levar os alunos do sexto ano a se inserirem na linguagem escolar e no estudo na língua padrão?

Poderíamos partir do estudo das histórias de vida dos alunos e de suas práticas culturais cotidianas, história da alimentação, da imigração regional e mesmo memórias, através da valorização de seus parentes mais velhos. Esta seria apenas uma hipótese para um trabalho que privilegiasse o universo discursivo do aluno, pois levaria em conta o contexto no qual ele se inseriu desde criança. Seria olhar para os pequenos netos do Sá Chico, mencionado acima, como sujeitos congadeiros que podem falar dessa posição em que se encontram. Em outras palavras, as habilidades, previstas pela legislação escolar, seriam alcançadas tomando como ponto de partida a história do aluno, sua linguagem, suas vivências linguísticas, sociais e históricas. A partir daí o estudo dos demais temas propostos para o sexto ano, por exemplo, poderiam ser articulados e estudados no decorrer do ano. Desse modo, o conhecimento do aluno é valorizado e tomado como referência para a inserção de outros conhecimentos fundamentais para o seu processo de ensino e aprendizagem. A escola cumpriria assim duplamente sua função, a saber, aquela da institucionalização dos saberes, das culturas; e aquela da inserção do sujeito no processo produção e circulação do conhecimento.

No que se refere à questão da língua padrão, a partir deste estudo, compreende-se que a língua padrão, como o próprio nome diz, representa uma língua ideal, uma projeção de língua que deve ser apresentada ao aluno no espaço escolar. Como se destacou anteriormente, a escola é o espaço de institucionalização de saberes e de conhecimentos e, pode-se dizer, tudo começa pela língua (oralidade, alfabetização, leitura, escrita). Podemos observar que há uma distância entre a língua padrão e as práticas languageiras dos alunos, outras variedades são utilizadas e é com elas que eles se identificam intimamente e, é a partir delas que se constituem sujeitos. Assujeitados sim, mas em constante processo de ressignificação.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, somos levados a concluir que o ensino de história se insere em uma prática escolar que busca apresentar a língua portuguesa como língua padrão, e conseqüentemente, legar a ela o status de língua materna e língua nacional. Nesse processo, como vimos, desconsideram-se traços de outras variedades linguísticas que não estão de acordo com a língua padrão. As marcas da “língua” dos alunos são transformadas em erros, em desvios, e, nesse movimento, afetam-se características básicas do processo de identificação da criança com a escola, com o ensino-aprendizagem e com sua própria história. Não podemos esquecer que na escola, essa criança tem que se deslocar (e se inscrever) para uma posição sujeito aluno. Esse deslocamento nunca acontece isento da formação discursiva e das condições de produção em que este sujeito aluno está inserido. Surge, então, um conflito, um estranhamento, o litígio que levará este sujeito aluno a olhar para a língua portuguesa como se fosse uma outra língua, língua estranha, língua que lhe soa como estrangeira, aquela que é distante, diferente da sua.

Referências

- CAMPOS, Flavio de. CLARO, Regina. DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.) **História nos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2013.
- CASTRO, M. F. Pereira. **Língua materna: palavra e silêncio na aquisição da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.
- CASTRO, M. F. Pereira. **Sobre a interpretação e os efeitos da fala da criança**. Campinas: Unicamp, 1997.
- CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução/ Maria José Coracini**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.
- MASSMANN, Débora. Ontem, hoje e amanhã. Ainda questão de ensino. In: PETRI, V. e DIAS, C. (2013). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. da UFSM.
- ORLANDI, E. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.
- _____. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

- _____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- ORLANDI, Eni P. FERREIRA, Eliane L (Orgs). **Discurso sobre a inclusão.** Niterói: Intertexto, 2014.
- PETRI, V.; DIAS, C. (orgs) **Análise de Discurso em Perspectiva:** teoria, método e análise. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.
- PETTER, M. M. T. Africanismos no Português do Brasil. In: ORLANDI, E. (Org.). **História das Idéias Lingüísticas:** Construção do saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional. 1 ed. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001.
- POLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá, História.** São Paulo: Editora Moderna, 2013.
- REVUZ, C. A língua estrangeira entre o de desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução de Silvana Serrano-Infant. In SIGNORINI, I. (ORG) **Linguagem e identidade.** Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- SOUZA, Marina de Melo. Reis Negros no Brasil Escravista. **História da Festa da Coroação do Rei Congo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- VAS, Maria Luisa. PANAZZO, Silvia (orgs.). **Jornadas.** Hist: História. São Paulo: Editora, 2013.

Artigo recebido em: 23/09/2017

Aprovação final: 29/03/2018

O ENUNCIADO O GIGANTE ACORDOU E SUAS MARCAS DISCURSIVAS NO IMAGINÁRIO NACIONAL

Anderson de Carvalho Pereira *

Resumo:

O artigo apresenta a análise discursiva de reportagens e comentários a estas em torno do enunciado “o gigante acordou” evocado nas manifestações de rua de junho de 2013 no Brasil. O dispositivo teórico-analítico mobilizado é fundamentado principalmente nas noções de sujeito, discurso e sentido da Análise de Discurso franco-brasileira, a partir de autores como Pêcheux, Orlandi, Nunes e Tfouni. Para isto, foram analisados seis recortes que resgatam, entre a estrutura e o acontecimento da língua nacional, parte do imaginário sobre “ordem”, “progresso” e “atraso”.

Palavras-chave: Hino nacional; Discurso; “o gigante acordou”; Sujeito; Sentido.

Résumé:

Cet article montre les résultats d'une analyse discursive d'un corpus formé a partir des reportages et des commentaires des internautes par rapport aux événements du mois de juin 2013 au Brésil, surtout sur l'énoncé « le géant s'est levé ». Le dispositif théorique-analytique mobilisé est fondé surtout sur des notions de sujet, discours et sens dans le cadre théorique d'Analyse du discours franco-brésilienne (chez Pêcheux, Orlandi, Nunes, Tfouni). L'analyse en unités discursives a montrée, entre structure et événements de la langue nationale, une région du imaginaire sur « ordre », « progrès » et « retard ».

Motclés: Hymne national, Discours, « le géant s'est levé »; Sujet ; Sens.

Introdução

Os caminhos e os percalços da captura de um significante que nos é caro (ao analista, mais precisamente) e que provoca questão ao mesmo tempo em que ressurge como um empuxo ao passado não se mostram de forma simples. Pode ser

* Doutorado em Psicologia pela USP, com estágio no CENEL-Centro de Estudos dos Novos Espaços Literários na Universidade de Paris XIII. Atualmente, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (campus Itapetinga) e do Mestrado Acadêmico em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (campus Vitória da Conquista) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob regime de Dedicção Exclusiva e Líder do Grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discursos (GRINPRALED/CNPq/UESB). Foi Professor visitante (convitado) da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina (2015); coordenador do GT de Alfabetização, leitura do Encontro Regional de pesquisadores em Educação do Nordeste da ANPED (2016). Contato: apereira.uesb@gmail.com.

entendido pela dialética entre razão e intuição, pela indução da mirada micro engendradora das convulsões políticas, em alguns momentos mais aviltadas e menos disfarçadas como as do Brasil contemporâneo. As análises aqui apresentadas resultam do retorno da enigmática paráfrase “o gigante acordou” repetida *ad altum* nas manifestações de rua do Brasil em junho de 2013. Nosso objetivo foi analisar de que modo a repetição do enunciado “o gigante acordou” em comentários e debates de internautas, ao mobilizar redes de sentido inscritas na memória discursiva, remexem com lugares estabelecidos sobre a percepção de “ser brasileiro” no imaginário nacional. É de sua circulação e do modo como remexe o imaginário nacional que vamos tratar neste artigo.

1. O dispositivo teórico-metodológico

O gigante que acorda na tradição greco-romana pode ser um titã enfurecido com o que não enxergava até então ou também alguém que ainda não tinha percebido como deve(ria) ser bom alcançar Ítaca; na versão abramileirada, tem que se haver com Pásargada.

Problematizamos inicialmente este levante, não apostando que o enunciado “o gigante acordou” seja somente uma voz que emerge do povo nas ruas, mas que apresenta um jogo engendrado em uma região do imaginário marcada pelo peso simbólico da apropriação do espaço público pelas elites oligárquicas. Ou seja, a superficialidade lingüística deste enunciado remexe a memória nacional e toca questões da unidade lingüística bem como do acontecimento discursivo da língua.

Trata-se, por isso, de um enunciado em aberto, à deriva dos acontecimentos de junho de 2013. Em meio ao “sem nome” (expressão nossa) e ao que já foi estabelecido no interdiscurso permite evocar parte de seu processo de inscrição na memória. Isto porque o acontecimento político não cessa. Em busca de lidar com esta zona de tensão, determinada pelo político, entre uma pista deslocada de uma parte do *corpus* fortalecedora da língua nacional (o hino nacional) e o cotidiano marcado por um real da História, propomos uma análise que leva em conta a deriva do sentido em torno do retorno da paráfrase “o gigante acordou” em meio aos acontecimentos políticos de 2013, para tentar responder: de que lugar do imaginário se trata? Para isto, analisamos um *corpus* formado por enunciados dispersos e circulantes pela *web*. O exercício para o estabelecimento desta marca interpretativa como se nota é venatório, postura por excelência de uma análise indiciária (GINZBURG, 1989).

Diante desta provocação inicial, junto às lembranças dos cartazes e das vozes nas ruas, a quadratura do hino nacional foi tomada como eixo organizador da formação do *corpus*, à medida da repetição do enunciado “o gigante acordou”.

Pêcheux (1993) explica que similaridade e semelhança são truques do imaginário embebidos da leitura dominante feita pelo Empirismo Lógico, a partir da qual se teria uma possibilidade de controlar as contingências e estabelecer numa faixa de domínio causal, parâmetros de recorrência de um enunciado por outro que nada mais operam que o fortalecimento da ilusão do “sempre-já-aí” constitutiva do efeito ideológico elementar.

Em outras palavras, no calor dos acontecimentos de junho e 2013, o efeito de “como se” todos falassem a mesma língua com o mesmo sentido para “o gigante acordou” e a possibilidade também ilusória de fazer “como se fosse eu” já que “faria o mesmo se estivesse no seu lugar (aí na rua)” pode ser considerada uma artimanha, um truque do imaginário que, a despeito dos desencontros entre parte e todo e das lacunas do simbólico, fazia parecer que as reivindicações eram as mesmas, que as demandas eram pela “mesma causa” na “mesma rua” (expressões nossas).

Mas o que causa é o que falha (PÊCHEUX, 1993); ao mesmo tempo que tenta tampar uma falta, contornar uma falha, o sentido provoca questão. Uma questão, ou várias questões coletivas, marcadas pela aparência de voz única recoberta pela paráfrase de parte do hino nacional não poderia deixar de lado esse efeito de anterioridade na distribuição de sentidos em torno de “gigante”.

Cabe perguntar se, tal como naturalizado pelo imaginário, o gigante é o povo que acordou para combater a corrupção. Ou grupos que sempre se apropriaram pela natureza da luta de classes no país do espaço e das questões públicas com interesse privado? Não temos uma resposta. Mas podemos discutir do ponto de vista discursivo em que medida estas interpretações languageiras convivem com as marcas do acontecimento político numa zona de tensão com a estrutura da língua. Partindo do pressuposto de que todo enunciado tem natureza política e de que no cotidiano o sujeito estrategista também inscreve marcas ao mesmo tempo que é assujeitado pela língua entre a estrutura e o acontecimento (PÊCHEUX, 1997), elegemos o retorno do enunciado “o gigante acordou” como indício de formas de interpretar o cotidiano que ressalta algumas vozes discursivas já presentes no imaginário nacional e cala outras.

Por conta destas questões e da paráfrase que marca o eixo organizador do *corpus* destacamos inicialmente o trecho do hino nacional: *Gigante pela própria natureza/És belo, és forte, impávido colosso/E o teu futuro espelha essa*

grandeza/Terra adorada (Hino nacional brasileiro, escrito por Joaquim Osório Duque Estrada, grifos nossos).

Passemos às condições de produção, no sentido elaborado por Pêcheux (1993) de uma interface entre o alcance mais imediato e de evidência da enunciação linguageira e o modo como as brechas ainda em aberto para uma interpretação em zonas de tensão e embate discursivo obrigam a remexer os mecanismos do discurso transversal (interdiscurso) com o plano da articulação mais linear (intradiscurso).

É sabido que a construção do hino nacional em meio à construção de outros símbolos nacionais teve forte herança do positivismo catequizador do militarismo constituidor dos primeiros anos da República. Sendo assim, há a marca de um sentido de cientificismo das ciências chamadas naturais. Há algo de teleológico em jogo quando se trata de esperar (com racionalidade) o futuro, na linha da ciência “natural” que controla as causas e as variáveis para obter resultados.

Conforme Orlandi (2001) as ciências ditas naturais recobrem a realidade a partir de um discurso “natural”, no sentido de uma literalidade a ser enunciada a partir de um acesso privilegiado aos arquivos, posto que transparente e com acesso direto à dimensão do real. Coracini (2007), por sua vez, argumenta que o mito da neutralidade é o que fortalece os mecanismos persuasivos do discurso da ciência, destacando que ambos têm força persuasiva marcada pela retirada da relatividade da argumentação. Ao argumentar sobre o que denomina discurso científico primário e discurso político militante, uma asseveração da autora que nos parece valiosa para o *corpus* aqui analisado é: “a crise política reduz o papel das instituições vigentes, assim como na ciência a crise reduz o desempenho de um determinado paradigma. Quanto mais se aprofunda a crise, mais diverge a opinião pública” (CORACINI, 2007, p. 46).

Com um olhar concêntrico para o nosso *corpus* formado por comentários veiculados na *web* e que tomam como eixo parafrástico o enunciado “o gigante acordou” podemos afirmar que o paradigma da ordem dado pelo Positivismo arraigado ao ideário republicano parece ruir ao mesmo tempo que se refugia em evidências ideológicas que procuram não deixar esmorecer parte de um ideal de unidade nacional. Não adiantamos a análise do *corpus*, mas resgatamos ao leitor que a definição de ordem social se filia a uma rede de sentidos no Brasil que resgata uma zona de sentidos inscrita sobre republicanismo ao supor que a “ordem” para a elite oligárquica continua a ser lida como apelo à manutenção do *status quo*.

Os ideais republicanos de fins do século XIX requeriam um Código Civil estabelecido, para assim inspirar respeito e solenidade à proporção que apareciam dizeres no cotidiano indicadores das contradições, como aparece em diálogo do herói hostilizado pelos propagandistas da República: “[...] O Brasil...Que somos nós? [...] Somos um povo que ri, quando devia chorar!” (VASCO LIMA, 1913 *apud* SALIBA, 1998, p. 300); ao mesmo tempo, a República aparece idealizada na Vênus que recebe “uma versão modernizada, que funde a alegoria republicana no ideal da beleza desportiva” (SEVCENKO, 1998, p. 568).

A obviedade da grandeza de um gigante tal como marcada no hino não contornou por completo a brecha materializada também em outra paráfrase, agora do trecho “teu futuro espelha essa grandeza” presente no hino nacional e inseria no debate de Sweig (1941) em “Brasil, país do futuro”.

Sevcenko (1998) e de certa maneira isso se reflete em Sweig (1941) discutem a marcada presença no imaginário nacional de um espírito republicano projetado “à perfeição”, idealizado, e que tenta contornar conflitos sociais e políticos para sustentar sua própria imagem idílica. A contradição e o conflito fazem parte de qualquer unidade nacional, passam pela construção de identidade lingüística nacional. Como afirma Pfeiffer (2001, p. 182): “Sabemos que é parte constitutiva de todo processo de organização social em torno de uma unidade identitária a busca por uma unidade lingüística”.

Pela AD, sabemos que esta cooptação pela unidade e pela totalidade também é uma marca do imaginário; ao mesmo tempo que alimenta a ilusão de unicidade e igualdade, o imaginário registra o sujeito a partir da aparência de uma eliminação da dúvida e da ambiguidade. Em tese todos saberiam que futuro é este, no sentido da unidade provocada pela ideologia.

Neste ponto, vale acrescentar que um dos nossos pressupostos é que a unidade convive com o “não todo”; afinal, não se fala a mesma língua; sob a unidese entrecruzam formações imaginárias sobre quem é/são o(s) “brasileiro(s)”, o que o(s) (des)une. Ocorre, portanto, que atravessadas pela marca do imaginário nacional, há marcas anteriores; as que se referem ao imaginário da preguiça, por exemplo, que remonta às matrizes de sentido vista pelo olhar do colonizador (NUNES, 1997). Voltaremos a isto. E há outros movimentos do sentido no imaginário, na tensão do sentido com a língua e com a unidade dada pelo hino nacional, a saber, posições-discursivas conflitantes, à deriva dos enunciados.

Em AD, a conjuntura histórica aponta fragmentos de tensões políticas em que a interpretação aparece em meio à constituição da linguagem e do sentido. Deste ponto, passamos ao fato de que há diferentes formas de injunção à interpretação consolidadas sócio-historicamente, em face das quais os sujeitos emergem no nível do formulável do ponto de vista enunciativo, por um campo de possibilidades tenso, restrito e afetado por evidências (ideológicas) e posições simbólicas (ORLANDI, 2003).

Por ser lacunar, o simbólico permite a mudança de posição. Como assim? O que seria uma posição simbólica? Tal como um jogo em que há pelo menos um posto vazio, a ser intercambiado, o simbólico permite movimentos de preenchimento, com aparente saturação do sentido, bem como rupturas mais drásticas com o *status quo*.

É a partir desta concepção de prática interpretativa que o analista (pesquisador) forma um *corpus* e lida com os dilemas da análise. Conforme Orlandi (2003) a própria decisão estratégica de qual parte recortar para inserir na questão que inicialmente marca a contradição, questão do analista por excelência, já é interpretativa. Assim, *corpus* e análise se formam conjuntamente. Este movimento “terá consequências cruciais para o objetivo do trabalho. É só quando finalizamos a análise e passamos a sua escrita (para os leitores) que ela adquire a organização (já administrada) que separa: quadro teórico, corpus, análise, resultados” (ORLANDI, 2003, p.15).

Diante de nossa questão principal, optamos por uma sinalização no buscador *googlede* “o gigante acordou manifestações de junho 2013”. Por meio de recortes, de unidades de sentido mobilizadas em torno de uma questão (ORLANDI, 2001) organizamos nossa análise.

2. Análise do corpus

Inicialmente, elegemos recortes “soltos” que indicavam o retorno do enunciado “o gigante acordou”. No decorrer da análise, percebemos a inscrição de uma ordem de repetibilidade em torno de questões ligadas à imagem do brasileiro sobre si mesmo, questões ligadas à auto-percepção atravessadas pelo imaginário da unidade (efeito ideológico) junto de tensões discursivas filiadas a uma rede de memória sobre identidade nacional. O objetivo da análise foi o de buscar na memória discursiva estas regiões inscritas como zonas de sentido sobre a unidade nacional, o “ser brasileiro”, a imagem de um lugar e suas alteridades.

O primeiro e o segundo recorte discursivo que trazemos indicam uma zona de sentidos que remete a pelo menos dois lugares do interdiscurso, a saber: a narrativa do viajante estrangeiro no período colonial, bem como a chegada dos ideais eugenistas a partir de meados do século XIX. Para acompanharmos como estes sentidos foram mobilizados, começamos pela análise conjunta destes (doravante, R1, R2, etc.).

R1 - AKI NA BAHIA NOS BAIANOS VAI FAZER A MSM COISA¹.

R2 - Pare com isso, baiano protesta e depois corre na sombra se esconder do sol deitado na rede.²

R1 mostra o comentário de um internauta que se refere à atitude que dá título à reportagem (“Torcida emociona ao cantar hino nacional, e parte protesta de costas”). Em seguida a este primeiro comentário, é instalada uma zona de sentidos marcada pela evidência semântico-ideológica da preguiça e da desonestidade (cujo implícito está em “vamos ser honesto”, no R4) ligada a um suposto atraso nacional, que se estende das marcas linguísticas “Bahia” e “baianos” para “povo marcado” (R3) e à estagnação da “mentalidade do brasileiro” (R4). Queremos adiantar que organizamos esses recortes em torno da zona de sentidos que remonta ao modo como o Brasil e os brasileiros são significados no jogo das formações imaginárias determinadas pelo alcance político das redes sócio-históricas do sentido na formação da auto-percepção do período colonizador (NUNES, 1994).

O modo como o comentário mostrado em R2 retoma o primeiro comentário feito por outro internauta remete às narrativas de muitos viajantes europeus que pelo Brasil passaram e se empenharam em traçar uma imagem de suposto atraso materializada no campo semântico da preguiça, do horror ao trabalho sob o sol, do uso da rede para descanso como fuga do trabalho (NUNES, 1994; MASIERO, 2005).

R3 – ‘POVO MARCADO POVO FELIZ’ – Aguardem tudo tem o seu tempo³.

R4 – TUDO ESTA MUITO LINDO MANIFESTACAO, LISTA DE MUDANCAS ETC. MAIS O BRASILEIRO PRECISA MUDAR ESSA CULTURA EGOISTA, GANANCIOSA E PRECONCEITUOSA, PARA SER POSSIVEL POR TUDO ISSO EM PRATICA, VAMOS SER HONESTO, PODE MUDAR TODO OS GOVERNANTES QUE O PROBLEMA CONTINUARA PORQUE A MENTALIDADE DO BRASILEIRO NAO MUDOU, ISSO PARESE UM VIRUS

¹ Breno Bonfim, há 4 anos. Seção de comentários ao texto jornalístico Torcida emociona ao cantar hino nacional, e parte protesta de costas. 19/06/2013 16h08 - Atualizado em 19/06/2013 17h43. Retirado de <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2013/06/torcedores-ficam-de-costas-durante-o-hino-que-e-cantado-cappella.html>. Acesso em 4/10/2017.

² CleytonVasilico, há 4 anos. *Idem*.

³ Amélio Sobrinho, há 4 anos. Seção de comentários ao texto jornalístico Opinião: “O gigante acordou, que seja pra melhor. Estudantes criticam violência e explicam violência. 22/06/2013 00h38 - Atualizado em 22/06/2013 01h06, por Maria Julia Wowczyk e Maria Isabel Lemos. Retirado de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/opiniao-o-gigante-acordou-que-seja-para-melhor.html>. Acesso em 4/10/2017.

QUE CONTAMINA TODOS. TEM MAIS GENTE QUERENDO SER POLITICO PRA ROUBAR DO QUE ESTA PENSANDO EM UM PAIS MAIS JUSTO E DE IGUALDADE. ACORDA POVO BRASILEIRO!!! (grifos nossos, em caixa alta no original)⁴

Em R3, vemos o uso de um verso da música “vida de gado” de 1979 interpretada pelo músico Zé Ramalho. O sujeito da enunciação arranja dois enunciados distintos. “POVO MARCADO POVO FELIZ” tal como aparece no comentário do internauta traz implícito o sentido de suposta inferioridade do povo brasileiro; tal como um gado que necessitaria de doma ou de pastoreio, o povo estaria feliz justamente por não necessitar de aparição pública por meio de conquistas de liberdade individual ou direito social, como aparecem nos ideais republicanos pós-Revolução Francesa.

Neste encadeamento dos sentidos, se o povo é marcado é feliz. Se não for marcado, não é feliz. Porém, a marca vocativa “aguardem” mexe com as formações imaginárias, quebra expectativa e deixa em aberto, por meio do uso da expressão proverbial (“tudo tem seu tempo”) que algo estaria porvir; contraditoriamente, esta marca está ancorada na evidência ideológica de que o que estaria porvir não é uma novidade, uma surpresa imprevista ou uma grande mudança, mas a permanência do status quo, uma vez que o apagamento da modalização e o uso do provérbio com efeito de genérico discursivo naturaliza os acontecimentos. Conforme Tfouni (2010), os genéricos discursivos de forma análoga à premissa maior do silogismo, tentam recobrir o real, ao impor uma fórmula discursiva aparentemente pronta e fechada à interpretação

Trata-se de uma paráfrase bíblica retirada do livro do Gênesis; a passagem que se refere ao momento de plantar, de colher, etc. Em outras palavras, a fatalidade do retorno dos ciclos naturais impõe um retorno ao que já está posto, apesar da aparente mudança.

Em R4, o enunciado “o gigante acordou” é parafraseado em “Acorda povo brasileiro”. A partir deste lugar parafrástico, a distribuição de sentidos também ocorre de maneira estável semanticamente, uma vez que o sujeito da enunciação impõe um efeito de declaração de fatos/acontecimentos, a saber: manifestação; mudanças. A apresentação da adversativa “mais” (sic.) é decisiva não pelo efeito de

⁴ Malu Cerqueira, há 4 anos. Seção de comentários ao texto jornalístico Opinião: “O gigante acordou, que seja pra melhor. Estudantes criticam violência e explicam violência. 22/06/2013 00h38 - Atualizado em 22/06/2013 01h06, por Maria Julia Wowczyk e Maria Isabel Lemos. Retirado de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/opiniao-o-gigante-acordou-que-seja-para-melhor.html>. Acesso em 4/10/2017

contradição (que não se instala), mas pela marca de uma prova empírica que se poderia garantir do lugar de um sujeito-leitor. É possível notar uma interpelação pela forma do sujeito-leitor brasileiro. Em R3 e R4, com “aguardem” e “o problema continuará” há uma teleologia que parafraseia a matriz de sentido acima referida no hino.

Além disso, temos a formatação do sujeito-leitor. Conforme Nunes (2003, p.31), uma das formatações estabelecidas no imaginário nacional em torno do leitor é a de julgamento e comprovação no exercício de interpretar, sobretudo, tal como incentivado pela escola. É esta prova que garante o “[...] resultado de uma certa regularidade interpretativa que aparece nas próprias atividades de classe”. Por isso, a zona parafrástica embebida de provas “cabais”, como “ser honesto”, “governantes”, “a mentalidade do povo brasileiro não mudou”. Embora sejam estratégias frágeis do ponto de vista argumentativo, o refúgio nesta posição discursiva está justamente na aposta no sentido transparente.

Fundamentado em evidências ideológicas, que dispensam modalizações ou apontamento de contradições, há um encadeamento de sentidos naturalizados (como “todo político brasileiro é desonesto”, “todo brasileiro é desonesto”; “o povo brasileiro tem mentalidade atrasada”) que dialoga com o que analisamos no primeiro recorte. Trata-se de uma zona de sentidos firmada na evidência da superioridade do estrangeiro, calcada também nos ideais da colonização (NUNES, 1994) e da eugenia (MASIERO, 2005).

Vemos também uma marca de cerceamento do trabalho de intérprete do sujeito-leitor brasileiro, na linha do que Nunes (2003) apontou como uma restrição no acesso ao arquivo; o que, em geral na escola decorre de movimentos de censura e de produções confiscadas por uma “posição vazia” (expressão do autor), entre o autoritarismo e o liberalismo.

A suposta ausência de “ordem” é cara ao imaginário nacional; no recorte 5, em “sou contra a violência” e contrasta com um sentido transparente de “razão da revolta”. A paráfrase dos ideais liberais que apareceram nos acontecimentos políticos decisivos à unidade nacional pode ser vista pelo par “ter ou não ter razão” e “ter ou não ter liberdade”. É possível “querer liberdade” com a “razão da revolta”. Vejamos:

R5 - TááááááTuuuuudo certo! Teemos que Lutar pelo nossos próprios direitos!
Sou contra violencia, mas o governo está colhendo o que plantou, infelizmente

alguns estão pagando, porem não tiro a razão da revolta do povo Brasileiro!
Queremos liberdade. O Gigante Acordou⁵.

A oposição entre “lutar versus não lutar”, “ter *versus* não ter razão” e “querer *versus* não querer liberdade” estabiliza o sentido de “o gigante acordou”. Para isto, a posição-sujeito em questão fortalece a evidência de que o “gigante acordou” para aqueles que lutam, tem razão e querem liberdade. Os ideais do Iluminismo europeu são mobilizados sem requerer qualquer modalização para a realidade local. Outra lacuna preenchida pelo “já dito” é em “o governo está colhendo o que plantou” que por meio do uso do genérico discursivo parafraseia “quem planta, colhe”.

A paráfrase lida como aparecimento do que irromperia na ordem da língua, remexendo com sua historicidade e suas marcas simbólicas que recobrem o real das “coisas a saber” (cf. PECHEUX, 1997). Em R6, o uso de “mutirão” e “(m)idiotizado” destoa do que vimos até aqui.

R6– MutirãoJornadas de Junho/2013 ou: E o gigante (m)idiotizado acordou...⁶
(grifos nossos)

O neologismo “(m)idiotizado” aglutina mídia e idiotizado; ou seja, como a mídia teria sido responsável por uma idiotização que culminou nas manifestações de junho de 2013. A marca do significante “mutirão” no lugar de manifestação estabelece também uma ruptura em relação aos outros recortes, uma vez que “mutirão” evoca trabalho braçal. É termo comumente utilizado, por exemplo, para se referir aos modos de construção coletiva de casas nos meios sociais caipiras de até meados do século XX. Além disso, o uso de “jornadas” evoca as ações estudantis como as de maio de 1968 na França. Neste jogo com o parafrástico e o que escapa à regularidade, portanto, o significante “(m)idiotizado” faz irromper um acontecimento discursivo, pois, para lembrar Pêcheux (1997) instala o “outro” no mesmo, a partir das marcas da heterogeneidade discursiva.

Considerações finais

⁵ Bruno Inacio, há 4 anos. Seção de comentários ao texto jornalístico Torcida emociona ao cantar hino nacional, e parte protesta de costas. 19/06/2013 16h08 - Atualizado em 19/06/2013 17h43. Retirado de: <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2013/06/torcedores-ficam-de-costas-durante-o-hino-que-e-cantado-cappella.html>. Acesso em 4/10/2017

⁶ Título de texto de Jose Carlos Lima, publicado em QUI, 01/06/2017 – 07:38. Atualizado em 01/06/2017 – 10:54. Retirado de <https://jornalggn.com.br/blog/jose-carlos-lima/mutirao-jornadas-de-junho-2013-ou-e-o-gigante-midiotizado-acordou>. Acesso em 4/10/2017. Acesso em 4/10/2017.

Como pudemos mostrar com a análise, o enunciado “o gigante acordou” aparece como paráfrase do hino nacional distribuindo sentidos a partir de regiões semanticamente estabilizadas. Estas regiões estão estabilizadas por um lugar percebido pelo outro (colonizador) e pela instalação de zonas discursivas dominantes como a eugenia. Por este caminho esta estabilidade distribui sentidos dominantes sobre o imaginário nacional que aparentam debate, mas que contornam lacunas e brechas a serem interpretadas pelo analista. Embora haja um sufocamento do debate, um apagamento da polissemia, também é possível notar marcas de acontecimento discursivo que ratificam a não transparência da linguagem e um sujeito à deriva.

Referências

- CORACINI, M.J. O discurso científico primário e outros discursos. IN.: CORACINI, M.J. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. 2^a.ed. Campinas/SP: Pontes. 2007. 41-46.
- GINZBURG, C. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História. São Paulo/SP: cia das Letras. 1989.
- MASIERO, André Luís. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 10, n. 2, p. 199-206, Aug. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2005000200006&lng=en&nrm=iso>.accesson 10 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200006>.
- NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro**: imaginário da leitura no Brasil colonial. Campinas: UNICAMP, 1994.
- NUNES, J.H. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In.: ORLANDI, E.L.P. (org.). **A leitura e os leitores**. 2a.ed. Campinas/SP: Pontes editores. 2003. 25-46.
- ORLANDI, E.L.P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas/SP: Pontes. 2001.
- ORLANDI, E. P. A leitura proposta e os leitores possíveis. In.: ORLANDI, E.L.P. (org.). **A leitura e os leitores**. 2a.ed. Campinas/SP: Pontes editores. 2003. 7-25.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (1975). 2. ed. Tradução de EniPulcinelliOrlandi, LorencçoChacon J. Filho, Manoel Luiz GonçalvesCorrêa e Silvana M. Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas/SP: Pontes. 1997.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In.: PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. Campinas/SP: Pontes. 1999. 49-57.

- PFEIFFER, C.C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In.: ORLANDI, E.L.P. (org.). **História das Ideias Linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** Campinas/SP: Pontes; Cáceres/MT: UNEMAT. 2001. 167-185.
- SALIBA, E.T. A dimensão cômica da vida privada na República brasileira. In.: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil – vol. 3: República – da Belle Époque à Era do Rádio.** 2^a.ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras editora. 2012. 289-367.
- SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In.: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil – vol. 3: República – da Belle Époque à Era do Rádio.** 2^a.ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras editora. 2012. 513-619.
- SWEIG, S. **Brasil país do futuro.** Tradução de Odilon Gallotti. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara. 1941.
- TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização.** 9^a.ed. São Paulo/SP: Cortez. 2010.

Artigo recebido em: 10/10/2017

Aprovação final: 08/05/2018

SENTIDOS E DERIVAS EM COMPOSIÇÕES VISUAIS

Liliane Souza dos Anjos¹

Resumo:

Neste artigo, procuro dar visibilidade ao processo discursivo presente em duas composições visuais: uma cena prototípica que concentra o já-visto, engessando sentidos a respeito do sistema carcerário brasileiro, outra, um recorte significativo de filmagem feita pelos presidiários comemorando a rebelião do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), Manaus. Pelo dispositivo teórico da Análise de Discurso é possível compreender como, em situações-limite, nas quais a vida encontra-se ameaçada, as relações sociais são postas em xeque e os sujeitos são capazes de gestos em alternativa à estabilidade inequívoca no/do social, mexendo com os sentidos e com o que é sentido pelo sujeito. Na textualização desses movimentos, a mídia tem papel crucial.

Palavras-chave: Imagem; Deriva; Mídia; Sentidos.

Abstract:

In this paper, I seek to give visibility to the discursive process present in two visual compositions: a prototypical scene that concentrates the already-seen, embodying meanings about the Brazilian prison system, and another, a significant filming cut by inmates commemorating the Prison Complex rebellion Anísio Jobim (Compaj), Manaus. By the theoretical device of Discourse Analysis it is possible to understand how, in this situations, in which life is threatened, the social relations are put in check and the subjects are capable of gestures in alternative to the unequivocal stability in the social, stirring with the senses and what is felt by the subject. In the textualization of these movements, the media plays a crucial role.

Keywords: Image; Drift; Media; Senses.

1. Paráfrase → demanda

A reflexão sobre a cadeia significante em funcionamento na imagem requer uma compreensão a respeito da variação e identidade de seus elementos. Isso nos faz pensar sobre os procedimentos analíticos capazes de relacionar tais elementos entre

¹ Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia e bacharel em Comunicação Social pelo Centro Universitário Jorge Amado. É também especialista em Comunicação Organizacional, atuando como membro do grupo de Pesquisa "O Discurso nas fronteiras do Social", liderado pela Prof.^a Dr.^a Suzy Lagazzi, na Unicamp, onde também é doutoranda do programa de pós-graduação na em Linguística. Contato: lilianesouzaanjos@gmail.com.

si – em sua estrutura e afetados pela história – levando à compreensão dos movimentos de sentidos na imagem. As preocupações iniciais de M. Pêcheux para a Análise de Discurso servem de aporte para a referida compreensão, sobretudo quando ele toma a noção de leitura como uma das condições cruciais no estabelecimento das posições teórico-metodológicas da AD.

Sabemos que Pêcheux (2009) recusa a ideia de que a leitura de um texto é uma tomada de informação. Para ele, na análise discursiva do texto, o sentido se faz sempre em *relação a*. Cerca-se, então, o sentido de uma “sequência” por meio de suas possibilidades de substituição, comutação e paráfrase. É a essa última que ele, juntamente com J. Léon (2012), dedica uma atenção especial, identificando-a como um ponto onde a discursividade estaria diretamente ligada à sintaxe, pensando numa espécie de demanda, uma imposição de alguma forma de “aproximação de duas estruturas suscetíveis de uma paráfrase sintática” (PÊCHEUX; LÉON, 2012, p. 168). Ao permitir aproximar estruturas sem fazer apelo de imediato ao sentido, as paráfrases sintáticas ultrapassariam a problemática puramente linguística para acessar a produção discursiva do sentido. Elas colocariam em *relação* duas “sequências cujo conteúdo lexical é idêntico e onde a variação se situa no nível da estrutura sintática” (PÊCHEUX; LÉON, 2012, p. 169).

A questão colocada pelos autores é que nem sempre a identidade lexical se traduz em equivalência semântica. Há diferenças de sentido que variam de acordo com a paráfrase em questão. De maneira geral, são os resultados das paráfrases que ganham relevo, ao recuperar as variações de sentidos entre as sequências reagrupadas. A identidade de tais sequências, portanto, seria constantemente ameaçada pelo que os autores chamarão de *espelhamentos* (paráfrases sintáticas) e pela *deriva* (variação lexical entre sequências de estruturas sintáticas fixas). Aliás, seria essa ameaça à identidade o que haveria de mais instigante, a ponto de fazê-los considerar *aquilo que escapa* à repetição do mesmo como sendo tão ou mais interessante do ponto de vista da produção discursiva do sentido.

Essas considerações podem oferecer condições para perguntarmos sobre o lugar da imagem na análise discursiva. O que a *leitura* de uma formulação imagética demanda ao analista? Como pensar a relação entre os elementos composicionais da/na imagem? Que elementos, afinal, seriam esses? Em seus investimentos teórico-metodológicos, S. Lagazzi trouxe alguns caminhos para a compreensão da imagem

como *materialidade significativa*², atribuindo a devida importância ao procedimento parafrástico na descrição analítica a fim de colocar a estrutura em relação a outras possibilidades de estrutura na história³.

Suas análises vêm nos mostrando que o impacto de uma formulação visual no analista pode e deve convocá-lo a aproximá-la de outra(s) formulação(ões) visual(ais). E não poucas vezes, essas imagens nos capturam por formularem sentidos no social, convocando um trabalho de interpretação sobre determinados sentidos postos em evidência. É dessa forma que a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no início de 2017, se apresentou para mim.

Pelo dispositivo teórico da Análise de Discurso materialista, posso confrontar diferentes gestos de interpretação em torno desse acontecimento, questionando os efeitos de sentidos em composições visuais (e a partir delas) reagrupadas por paráfrase e relacionadas pela contradição. Como resultado desse procedimento, proponho trazer ao debate diferentes discursivizações do sujeito no social, que deslocam sentidos e sentimentos falseados em reações legítimas verbalizadas por alguns dos presidiários e por parte do público leitor das matérias jornalísticas analisadas, sob a forma de comentários de internautas. Com isso, tenho a possibilidade de refletir sobre os movimentos do “sentido” e de sentidos, deslocando esse termo para uma dupla acepção: “sentido” como significação, e “sentido” como efeito de sentir, a partir do deslizamento de elementos da cadeia significativa da primeira para a segunda composição visual.

2. Noticiado → Noticiador



Figura 1: Presídio de Águas Lindas, em Goiás, em 2009. Foto: Antonio Cruz/ABR

² Referindo-se ao discurso como a relação entre a materialidade significativa e a história, S. Lagazzi (2010) amplia seu escopo analítico em trabalhos que abordam diferentes materialidades, sempre reiterando “a importância de tomar o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história, compreendendo a materialidade como o modo significativo pelo qual o sentido se formula” (LAGAZZI, 2010, p. 173).

³ Já em 1972, em seu texto “Em que se pode reconhecer o estruturalismo”, Deleuze havia dado indícios de que é possível pensarmos a linguagem não-verbal a partir de sua estrutura, afinal, segundo ele “só há estrutura daquilo que é linguagem” (p. 240)



Figura 2: Mortos na chacina do presídio de Manaus. Reprodução/YouTube

Manaus, 3 de janeiro de 2017. Imagens da rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) são materializadas nos televisores e principais *sites* de notícias por todo o país e no mundo. Na quantificação de mortos (cinquenta e seis) e fugitivos (duzentos), tem-se o acontecimento cujos critérios de noticiabilidade⁴ foram minimamente atendidos. Nenhum detalhe transparece perdido. As reações dos familiares dos presos, de órgãos de Direitos Humanos, do Presidente da República, do Ministro da Justiça, a dos próprios presidiários, todas juntas remetem a um aparente bloco de conteúdo (fotografias, infográficos, retrospectiva do sistema carcerário no país) que satura o público como se tudo já estivesse sendo dito/noticiado, incapaz, todavia, de afastar os equívocos no espaço da cobertura jornalística.

Nem a profusão de imagens ligadas à rebelião foi capaz de mitigar *aquilo que escapa* à aparente mesmice das informações. Por isso mesmo, entre as imagens que compõem as notícias em torno do tema, duas são tomadas a partir de sua exposição ao equívoco: uma que considero *cena prototípica*, pela noção de Lagazzi (2014, 2015), por tratar-se de uma cena domesticadora da interpretação, presidiários encarcerados em celas superlotadas, exemplar que concentra o já-visto; e outra que se traduz em um recorte significativo de uma filmagem feita pelos presidiários comemorando os resultados da rebelião.

Concentro-me nas relações significativas entre elementos de ambas as formulações. Começo, assim, minha compreensão remetendo-as ao interdiscurso a partir do procedimento de deslinearização da imagem (LAGAZZI, 2014, 2015). Primeiramente, inclino-me à imagem dos presidiários encarcerados que aqui se

⁴ Os critérios de *noticiabilidade* seria esse “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias” (WOLF, 1987, p. 173).

apresentam como uma coletividade, um aglomerado indistinto. Logo, remetendo-a à memória do sistema carcerário brasileiro, a imagem orienta a interpretação à precariedade do regime penitenciário que confina uma grande quantidade de pessoas em uma pequena cela, expostas a condições insalubres. Quando transformados em objeto de matérias jornalísticas, tais homens são, na maioria das vezes, colocados como pessoas indistintas, massa sem nomes, mormente membros de uma facção. Na imagem, apenas uma parte deles pode ser vista entre as grades: seus olhos e suas mãos.

Trata-se de corpos imobilizados e recortados pelo enquadramento da janela da cela. Pela fotografia que aqui coloco como primeira formulação visual, eles, os presidiários, podem ser vistos contidos, *domesticados*, tal como se coloca a interpretação pela noção convocada aqui, a de cena prototípica. A imagem, então, como uma espécie de molde ou padrão faz parecer familiar o que está em presença ali, e os sentidos, assim, aparentam estáveis.

A segunda cena, por sua vez, tem uma peculiaridade em sua própria condição de produção: refere-se a uma filmagem em que aquele que segura a câmera é o mesmo que comemora sobre a pilha de corpos mutilados. É que a segunda formulação visual parte de uma filmagem feita pelos próprios presidiários que festejam “a vitória” da chacina na morte dos membros da facção rival. A imagem materializa não mais a imobilidade de um aglomerado indistinto, mas corpos andantes, ao lado de cadáveres. Corpos em festa ao lado de corpos mortos. Há inteireza na presentificação desses corpos que passam de apenas objeto da notícia para, além de objeto, autor dela. Em ambas as formulações, porém, os elementos parecem ser os mesmos: o presídio, os presidiários, os demais membros de cela (ou facção?). Há, contudo, uma notável diferença na disposição deles, distinção que me faz, de imediato, perguntar pelo que está em jogo nessa relação. Como posso encarar a mudança nas relações que se estabelecem nas duas imagens? O que ocorre com a rede de sentidos exposta nessas formulações?

3. Estrutura → Deriva

A noção pecheutiana de *efeito metafórico*, legado da AAD-69, nos é cara para a compreensão que aqui pretendemos. Ela traz consequências importantes para o entendimento da relação entre os elementos da cadeia significativa, posto que diga respeito “ao fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”

(PÊCHEUX, 2014, p. 96), referindo-se a um deslizamento de sentido entre um termo *x* e *y* que é constitutivo do “sentido” designado por cada um deles. Por vezes, essa noção foi explorada em análises tanto da materialidade linguística (ORLANDI, 1996, 2012), quanto na análise de outras materialidades significantes (LAGAZZI, 2015).

Com relação ao efeito metafórico na língua, Orlandi aponta para a possibilidade de ocorrência de uma “mexida na repetição”, trazendo como um de seus exemplos o *slogan* do governo Lula “Brasil, um país de todos”, em que *todos* deriva para *tolos* em uma charge cujo enunciado era “Brasil, um país de tolos”. Assim, ela explica:

Ao produzir um deslizamento, uma mexida na repetição, provoço efeito sobre o sentido que estou produzindo e sobre aquele de que ele desliza. Se $a \rightarrow b$, então, em retorno, o deslizamento para *b* provoca um efeito também sobre *a*. No nosso exemplo “país de tolos” retorna sobre “país de todos”. Isso é historicidade, a maneira como se constituem os efeitos de sentido, no caso pela deriva, pelo efeito metafórico, uma mexida na rede de sentidos, uma filiação à memória (ORLANDI, 2012, p. 13).

Com relação às outras materialidades significantes, Lagazzi em sua análise de filmes, por exemplo, esclarece que o conceito de efeito metafórico, juntamente como o procedimento parafrástico, é importante por propor movimento à interpretação num exercício de reformulações, num jogo em que o procedimento parafrástico atualiza o efeito metafórico, “definindo limites de sentidos e dando visibilidade ao processo discursivo por meio de regularidades que vão localizando recortes na memória do dizer, especificando as formações discursivas e as posições de sujeito em jogo” (LAGAZZI, 2015, p. 181).

Penso, a partir disso, nas regularidades das referidas formulações visuais e percebo o jogo entre aqueles que, num primeiro gesto de análise, imputo serem os mesmos elementos: o ambiente do presídio, os detentos, a coletividade carcerária. Responsável por dar “movimento” à superfície linguística, o efeito metafórico faz perceber esse deslocamento entre tais elementos apontando para o processo de produção do discurso que aqui contribui para responder as questões que fiz anteriormente em torno das relações nas imagens. Voltemos, assim, à primeira imagem.

A posição sujeito jornalística toma o presidiário enquanto referente, objeto de notícia, e remete o intradiscurso ao interdiscurso apontando para os sentidos imobilizados de que, naquele lugar, a lei estaria sendo cumprida. Encarcerado,

aparentemente inofensivo para a sociedade, o homem cumpre sua sentença no espaço social predeterminado pelo Estado. O presidiário seria, então, subproduto da justiça. A cena aciona a memória do sistema prisional brasileiro, produzindo um efeito de pré-construído que trabalha a evidência de que o sujeito cometeu algum crime para estar naquele lugar. Negam-se as contradições, homogeneizam-se os diferentes casos e delitos, apagam-se as contingências. Por outro lado, enquanto autor⁵ da notícia, o próprio presidiário se coloca como o selecionador dos fatos. É o que ocorre na segunda formulação visual. O presidiário antes objeto da notícia é deslocado momentaneamente para uma posição em que, de posse de uma câmera, se apropria de um modo específico de formular o dito/o visto, partindo para a seleção dos elementos a serem filmados. Descolando-se para outro lugar, um em que ele é duplamente atuante, o sujeito elabora a textualização do acontecimento rebelião e o torna público, apontando para a memória do fazer jornalístico. Em consequência disso, ele eleva-se a uma posição de destaque para os de sua facção, distingue-se enquanto autor do extermínio de seus inimigos. Na textualização da chacina, ele textualiza a si próprio diante de um grupo.

O deslizamento de sentidos que aqui se coloca expõe a interpretação às formulações midiáticas, e desloca os *sentidos* de “justiça”. Justiça sendo feita para a facção daquele que filma, justiça sendo feita pelo julgamento de alguns que assistem àquela notícia; injustiça para alguns parentes das vítimas, injustiça para os da facção rival. Destruturações-reestruturações diversas que apontam para “a possibilidade em aberto, realizada ou realizável, no simples fato de um discurso ter existência.” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 135). Palavras, gestos e reações que não significam por si mesmos.

Os trabalhos aqui mencionados mostram que a formulação visual pode se deslocar discursivamente para derivar outra formulação visual. Em seu domínio próprio de uma *materialidade significativa* específica, percebo que o deslocamento do elemento $a \rightarrow b$, aqui pode ser pensado como o deslocamento do elemento “presidiário” que da posição de *estático*, indistinto, homogeneizado, desliza para outro estado, o de um presidiário *atuante*, caracterizado pela bandeira de sua facção criminosa. Há uma substituição contextual, da cela para o pátio, de imobilidade para mobilidade, e, ainda a partir da compreensão de *deriva* já mencionada, posso

⁵ Tomamos a câmera como elemento textualizador da cena e aquele que filma como autor nos termos de Orlandi (2008, p. 93) “É ao autor, enquanto função-sujeito, que cabe a representação de que ele começa e termina o seu texto. Incompletude do sujeito, vocação totalizante do autor”.

perceber que a relação aqui também é constitutiva, ou seja, *b* também produz efeitos sobre *a*: corpos atuantes que produzem sentidos sobre corpos imobilizados e indistinguíveis, *mexendo* com a rede de sentidos. O “presidiário-agente” retorna sobre o “presidiário-domesticado”, apontando para a potência que esse sujeito tem de desestabilizar as redes de sentidos no âmbito do Aparelho Repressor do Estado que é o presídio, lugar reservado para a (re)produção de corpos dóceis⁶. Esse é um ponto em que as evidências semânticas do que é ‘ser presidiário’ se desmancham, “[...] pontos de derivas possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2012a, p. 53).

A indistinção entre os presidiários na primeira formulação visual dá lugar a certo destacamento na segunda formulação, o que faz pensar sobre o lugar da coletividade nessa relação. O coletivo seria esse elemento que faz direcionar os sentidos nas imagens, justificando a ação como parte de um imaginário próprio de um grupo que abraça a violência. Os integrantes da facção que provocaram a rebelião não destruíram as câmeras, como um gesto que se ampara na necessidade de serem vistos agindo agressivamente. O rosto encoberto pela camisa dá lugar à face descoberta. A ordem social da facção exige uma autoria para a morte. E se há ordem, há sistematicidades e, com isso, invariavelmente, equívocos.

O gesto que acabo de descrever pode ser considerado como uma forma de inscrição no social, fazendo o sujeito construir identificações no nível do imaginário. A tentativa de adquirir espaço no ordenamento de sua facção (não por acaso temos o epíteto “organização criminosa”) se opõe à própria desordem da morte. Lembremos G. Bataille (1987) quando se refere às sociedades modernas ocidentais regidas pela razão sob a atividade do trabalho, fundamental para o reconhecimento do ser enquanto sujeito. Ele vai explicar que “o homem, identificando-se com a ordenação que operava o trabalho, separou-se nessas condições da violência, que agia em sentido contrário” (p.30). Enquanto desordem, a morte, uma das formas mais potentes de ultrapassar o sujeito, deveria ser interdita no mundo do trabalho.

Ao fazer parte de uma facção criminosa, esse sujeito deve lidar com as leis de sua comunidade de forma a mostrar fidelidade e assim destacar-se no grupo, exhibir-se, de ser referência, produzindo uma inscrição diferenciada nessa comunidade e,

⁶ Faço menção à docilidade sobre a qual nos fala M. Foucault (1987). Para ele, corpos dóceis são produtos das *disciplinas*, métodos “que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (p. 118). Faço isso sem deixar de promover o devido deslocamento epistemológico que, no âmbito da AD, não irá pensar nem em um afrontamento entre os sujeitos, nem numa ideologia dominante que suplanta uma ideologia dominada, ao invés disso, a categoria da contradição toma o seu lugar, pensando numa dominação que “se manifesta na própria organização interna da ideologia dominada” (PÊCHEUX, 2011, p. 189).

consequentemente, no social. O interdito da morte, sobre o qual nos fala Bataille, é transgredido nessa comunidade que, sob a lógica de guerra, se opõe à outra comunidade, a facção rival. Disso resulta uma contradição em potencial: o desejo de matar, o transbordamento da violência, questiona a pretensa organização da comunidade; o cadáver, signo da violência, não mais é motivo de horror, mas um troféu, referência direta à uma violência “organizada”.

Reitero o fato de que a deriva que se coloca aí traz uma profunda cisão de sentidos. Se retomo o que procurei mostrar a respeito de deriva tanto em Léon e Pêcheux, a deriva enquanto variação lexical entre sequências de estruturas sintáticas fixas, ou em AAD-69, com espécie de sinônimo de um efeito metafórico, posso fazer a devida transposição para a análise da materialidade imagética, sempre pensando em termos de relações. Entre os deslocamentos possíveis, há variação de elementos da imagem entre formulações de estruturas fixas. Há o que se mantém (presidiário-prisão) e o que varia (presidiário imóvel → presidiário atuante/ presidiário indistinto → presidiário membro da facção). Percebo uma peculiaridade no deslocamento desse elemento significativo, por isso, sou levada a acreditar que a análise demonstra um movimento não alheio à especificidade da materialidade significativa, o que me faz considerar a deriva em questão uma deriva imagética. Transferência, deslizamento de sentidos notados a partir de um reagrupamento parafrástico demandado pela própria formulação visual em relação à história.

4. Sentidos → Sentimentos

Os deslocamentos dos elementos na cadeia significativa fazem movimentar o *sentido*. Nesse ponto, refiro-me àquela acepção de sentido mencionada no início do texto: efeito de sentir, reações, sensações, impressões que faz movimentar o que pode ser considerado justo ou não, bom ou não, feliz ou não. A começar por minhas próprias impressões enquanto telespectadora da notícia da chacina. Mobilizada, procurei refletir sobre esses outros movimentos, outras reações, a partir de outros sujeitos na posição expectador da notícia. Não se trata, é sempre bom lembrar, de uma perspectiva biopsicossocial, mas de um gesto de interpretação que direciona a certas possibilidades do sujeito na linguagem.

E quando me refiro aos “sentimentos de injustiça”, Judith Shklar (1990) aparece como um referente importante. Para ela, trata-se de um sentimento eminentemente político, vinculado à ascensão da sociedade democrática. Mesmo em

uma sociedade onde a igualdade é valorizada, afirma ela, o processo de (des)favorecimento social entre os sujeitos cria um campo de ressentimentos, de sentimentos de injustiça que, do meu lugar teórico, se coloca como um gesto do sujeito no social, uma ação no nível simbólico. São aparentes “estados de espírito” que vão além de sentinos abstratos, antes são efeitos de sentidos vinculados a práticas de existência. Novamente retomo Orlandi (2012, p. 89) quando afirma que tais estados “são produções [...] E, por seu lado, [...] não escapa à significação dos modos de nos significarmos face a nossas necessidades enquanto seres simbólicos e históricos”.

Refiro-me ao que é sentido, então, como um ideal que evidencia uma sensibilidade originária, efeito de um sentimento legítimo, espécie de revolta que parte da noção que se tem sobre o que é ser um sujeito em seus direitos convivendo em sociedade. Teatro que parte da ilusão do sujeito, “que o coloca como centro de decisão, camufla a força coercitiva do senso comum e sustenta as relações de poder entre as pessoas, fazendo o sujeito acreditar na autonomia de sua vontade” (LAGAZZI, 1988, p. 46).

Os comentários dos internautas postados ao final de uma das reportagens sobre a chacina⁷, trazidos a seguir, reforçam o que foi colocado em pauta até agora. Tanto a animalização do humano, percebido pelas mais diferentes reações de internautas, quanto o discurso que trabalha para humanizar o sujeito presidiário – quando os órgãos em prol dos direitos humanos são compelidos a manifestarem-se publicamente diante de tais acontecimentos que põe em risco tantas vidas – trabalham paradoxalmente para o apagamento da contradição própria à nossa formação social. Vejamos a seguir.

⁷ LIFSITCH, **Andrezza**; HENRIQUES, **Camila**; ALVES, **Jamile**. **Conheça interior de presidio onde ocorreu massacre com 56 mortes.** 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/conheca-interior-de-presidio-onde-ocorreu-massacre-com-56-mortes.html>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

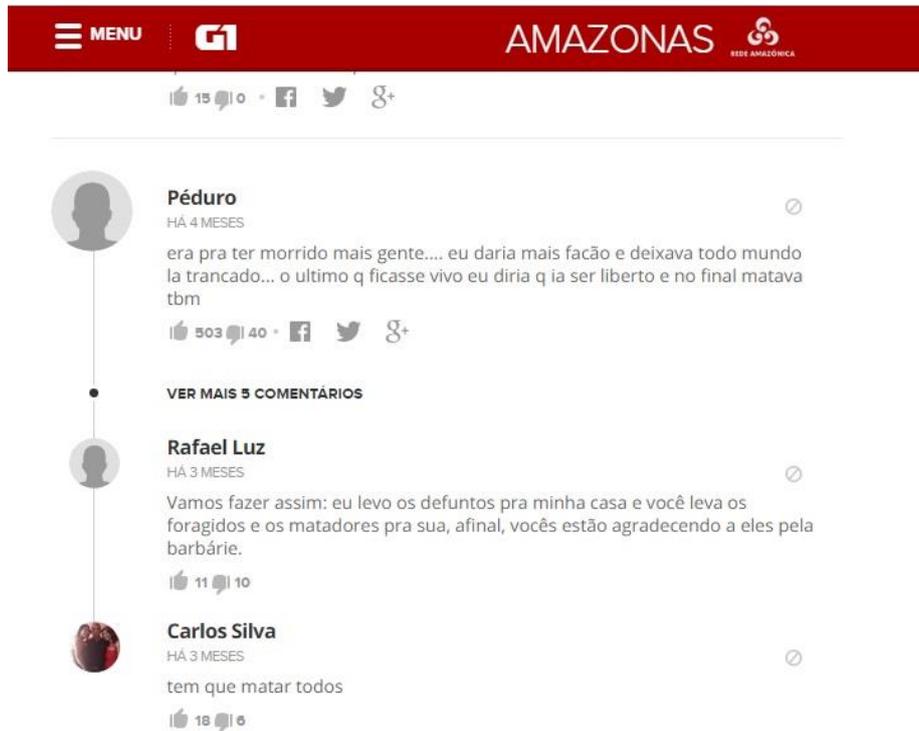


Figura 3- Comentário de internautas. Acesso em: 20 de abril de 2017

Essa “coisa” chamada justiça e essa outra “coisa” chamada liberdade, às quais os homens se referem de maneiras tão distintas e ao mesmo tempo sob modalidades contraditórias relacionadas aos antagonismos de classes, como aponta Pêcheux (2011), conduzem a pensar no caráter regional e no caráter de classe das formações ideológicas. Como nos mostra Pêcheux, é “na modalidade pela qual se designa (pela fala ou pela escrita) essas ‘coisas’, a cada vez ‘idênticas’ e divididas, que se especifica aquilo que se pode, sem inconvenientes, chamar de ‘formação discursiva’” (p. 190). E posso acrescentar outros modos de designar o mesmo e o dividido de tais “coisas”: pelo não-verbal, pelo gesto, pela imagem. Modos de (res)significar sentidos e sentimentos.

Referências

- BATAILLE, Georges. **O Erotismo**. Tradução de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LAGAZZI, S.M.. Paráfrases da Imagem e Cenas Prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: Giovanna Flores; Nádia Neckel; Solange Gallo. (Org.). **Análise de**

- Discurso em Rede: Cultura e Mídia.** 1 ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 177-189.
- LAGAZZI, S.M.. Paráfrases da Imagem e Cenas Prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: Giovanna Flores; Nádia Neckel; Solange Gallo. (Org.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia.** 1ed.Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 177-189.
- LAGAZZI, Suzy. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. In: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson; TASSO, Ismara. **Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos – Foucault, Maingueneau, Pêcheux.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 311-332.
- LAGAZZI, Suzy. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. **RUA**[online]. Portal Labeurb, 2010, n. 16. v. 2.p. 172 – 182.
- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não.** Campinas: Pontes, 1988.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte significativa da memória. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C.; MITTMANN, S. (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras.** São Carlos: Claraluz. 2009. p. 57-67.
- LAGAZZI, Suzy. Quando os espaços se fecham para o equívoco. In: **RUA** [online]. 2014, Edição Especial. Portal Labeurb, 2014, p. 155-166.
- LÉON, J. & PÊCHEUX, M. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux.** Campinas: Pontes, [1982] 2012 . p.163-173.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos.** 3. ed. São Paulo: Pontes, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise: sujeitos, sentido, ideologia.** Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni P. Políticas Institucionais: a Interpretação da delinquência. **Bolema,** Rio Claro, v. 23, n. 36, p. 625-638, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2912/291221905004.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2014.
- ORLANDI, Eni P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do sujeito. In: CARROZZA, Guiherme; SANTOS, Miriam; SILVA, Telma Domingues (Org). **Sujeito, Sociedade, Sentidos.** Campinas: Editora RG, 2012.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P.Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p.61-161.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1988] 2012a.

- PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault à Spinoza. **Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção–conceito de formação discursiva**. 2 ed. revisada e ampliada São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2009.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1987.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-146.

Artigo recebido em: 14/10/2017

Aprovação final: 07/06/2018

O MOVIMENTO IDENTITÁRIO DOS INDÍGENAS: CYBERBULLYING E DISCURSO

Vania Maria Lescano Guerra¹

Fabiana Ferrari²

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo identificar e problematizar, por meio da Análise do Discurso de origem francesa (CORACINI, 2007; PÊCHEUX, 1988) e de uma perspectiva discursivo-desconstrutiva e transdisciplinar, representações sobre sujeitos indígenas produzidas na mídia jornalística. Partimos do pressuposto de que os discursos postados por brancos acerca dos indígenas estão a inscrever-se em um novo acontecimento discursivo: o cyberbullying. O corpus desta pesquisa reúne regularidades contidas em um recorte de publicações coletadas on-line (posts ou comentários), que estão/foram divulgadas numa mídia jornalística, em 8 de novembro de 2012. O processo analítico se dá pelo método arqueogenealógico (FOUCAULT, 1990; 2007), entendendo que, a partir da materialidade, é possível compreender os efeitos de sentido dos discursos, as regularidades enunciativas, as formações discursivas e os interdiscursos que ecoam na memória discursiva dos dizeres inscritos nesse ambiente virtual.

Palavras-chave: *Identidade; Discurso; Cyberbullying; Povos indígenas.*

Resumén:

Este trabajo tiene por objetivo identificar y problematizar, por medio del Análisis del Discurso de origen francés (CORACINI, 2007; PÊCHEUX, 1988) y de una perspectiva discursiva-deconstructiva y transdisciplinaria, representaciones sobre sujetos indígenas producidos en los periodísticos medios. Para ello, se parte del supuesto de que los discursos postulados por blancos acerca del indio se inscriben en un nuevo acontecimiento discursivo: el cyberbullying. El corpus de esta investigación reúne regularidades contenidas en recortes de publicaciones recogidas on-line (posts o comentarios), que están / fueron divulgadas en los periodísticos medios, del período de marzo de 8 de noviembre de 2012. Los análisis se dan por el método arqueogenealógico

¹ Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP de Araraquara, e Pós-doutorado em Linguística Aplicada pelo IEL, UNICAMP. Atualmente, é docente permanente do Programa de Pós-graduação em Letras (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, e do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande. Contato: vguerra1@terra.com.br.

² Graduação em Psicologia em Faculdades Adamantinenses Integradas- FAI. Tem experiência na área de Psicologia, (clínica, instituições organizacionais, escolares, sociais). Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Letras (linguística), área de concentração: Estudos Linguísticos. Contato: psicoferrari@hotmail.com.

propuesto por Foucault (1990; 2007), a partir de la materialidad discursiva, y es posible comprender los efectos de sentido de los discursos, las regularidades enunciativas, las formaciones discursivas y los interdiscursos que resuenan en la memoria discursiva de los textos inscritos en el ambiente virtual.

Palabras-clave: *Identidad; Discurso; Cyberbullying; Pueblos indígenas.*

Considerações introdutórias

O discurso constitui um cenário em que estão envolvidos a língua, o sujeito e seu espaço histórico, social e cultural. Nessa linha, este trabalho tem por objetivo problematizar, por meio da Análise do Discurso de origem francesa e de uma perspectiva discursivo-desconstrutiva e transdisciplinar, representações sobre sujeitos indígenas produzidas na mídia jornalística. Assim, busca-se, especificamente: investigar o papel da memória que atravessa o discurso sobre indígenas, verificando a possível ocorrência de manifestações históricas, de formas de discriminação, preconceito e exclusão; estudar o processo identitário do indígena discursivizado; e rastrear efeitos de sentido dos dizeres articulados nos posts e comentários virtuais. Partimos do pressuposto de que os discursos postados por brancos acerca do indígena inscrevem-se em um novo acontecimento discursivo: o cyberbullying. Cyberbullying é um tipo de violência praticada contra alguém através da internet ou de outras tecnologias relacionadas.

Posto isso, o corpus desta pesquisa reúne regularidades temáticas contidas na discursividade de recortes de publicações coletadas on-line (posts/ comentários), que estão/foram divulgadas na mídia jornalística, em 8 de novembro de 2012. O processo analítico se dá pelo método arqueogenealógico proposto por Foucault (1990; 1997), entendendo que, a partir da materialidade discursiva, é possível compreender os efeitos de sentido dos discursos, as regularidades enunciativas, as formações discursivas e os interdiscursos que ecoam na memória discursiva dos dizeres inscritos no ambiente virtual, que mobilizam agressões e situações de bullying.

Uma vez definida a temática da pesquisa, iniciamos a construção de uma problemática, neste caso o bullying, em torno dela e o embasamento teórico pelo qual vai nos orientar. A problemática desta pesquisa consiste em um conjunto de questões relacionadas entre si que penetram na espessura da temática e prefiguram a direção e as possíveis etapas do movimento de pesquisa que se inicia. O dispositivo teórico consiste num conjunto de princípios e procedimentos aos quais se vincula a pesquisa.

O corpus entra no processo como a materialidade composta pelo entrecruzamento da problemática com a fundamentação teórica da pesquisa tornando-se um ponto onde se reúnem e se dispersam efeitos de sentido. Assim, a finalidade da Análise do Discurso é apreender o discurso como processo, questionando as condições de produção, baseando-se no pressuposto de que o discurso é produzido no e pelo meio histórico. Ela não procura o sentido verdadeiro na concepção positivista, mas o real do sentido presente na sua materialidade linguística e histórica. Sentido é história, e o sujeito do discurso se constitui na/pela história.

No trabalho de configuração do corpus, consideramos o discurso como parte de um processo discursivo aberto que tem relação com o discurso anterior e aponta para outro do qual se pode recortar e analisar diferentes momentos. O recorte que representa um momento do processo discursivo considera os fatos da linguagem com a memória, com a espessura semântica, com a materialidade linguístico-discursiva que possibilita a verticalização em profundidade do trabalho de análise. Desse modo, a constituição do corpus já é um trabalho de análise, pois implica decidir em relação às propriedades discursivas a serem consideradas. A configuração do corpus de pesquisa é decidida pelo analista que, balizado no dispositivo teórico da Análise de Discurso, dimensiona-o conforme seus objetivos de pesquisa.

Valemo-nos do arcabouço teórico da Análise do Discurso de origem francesa (AD), a partir dos estudos de Coracini (2007; 2011), Pêcheux (1988; 1990), Orlandi (1999), Guerra (2010, 2012) e Authier-Révuz (1990; 1998), numa visada transdisciplinar de pesquisa que considera a produtiva relação com a psicanálise (LACAN, 1973; FREUD, 1929). Esse processo (re)configura papéis sociais, (re)categorizando a representação do o(O)utro a partir do prisma daquele que, intradiscursivamente, entrelaça dizeres, de modo a atualizar o discurso por meio de já-ditos que se naturalizam no bojo da sociedade hegemônica e reverberam estereótipos, excluindo aqueles que afirma incluir.

Nessa esteira, se a analítica interpretativa é possível – conforme especificada – ela tem suas bases nas propostas arqueológica - que busca a análise da discursividade local - e genealógica - que busca as condições de emergência da formação discursiva que ali se apresenta. Entendemos que a leitura de Foucault (1990; 1997) considera o sujeito sempre como efeito do discurso, ou melhor, de formações discursivas que emergem em meio a um jogo de forças que se atualizam a cada nova relação, a cada momento, e não de maneira linearmente evolutiva ao longo do tempo.

Fios de memória discursiva: a construção do ciberespaço e o bullying

Com este trabalho, temos a convicção de (des)construir conceitos e fazer emergir discussão/reflexão a partir de uma visão transdisciplinar, fazer resvalar efeito de sentidos sobre a inserção do indígena em pleno século XXI, em um mundo considerado globalizado e com várias mudanças, porém ainda carregado de estereótipos, de preconceitos e de injustiças sociais.

Sabemos que a academia proporciona ao pesquisador essa busca do (des)construir, (re)significar, resvalando reflexões, neste caso, acerca da constituição identitária do sujeito indígena. Esperamos que esse conhecimento, a partir dos sentidos da representação que o sujeito elabora sobre si e sobre o outro, bem como o que o sujeito hegemônico elabora sobre ele, no domínio discursivo da internet, possa contribuir para a discussão de “novas” formas de exclusão e inclusão e, pois, (novas) relações de poder.

Na tentativa de compreender a função e o papel que desempenham na relação homem e máquina na contemporaneidade, por meio do ciberespaço, observamos que inscrição dos sujeitos nas novas tecnologias se estabelece por meio de relações de força ao longo das mudanças sociais e tecnológicas. Um meio de aperfeiçoamento profissional, de busca por novos saberes, de informatização das informações é o computador e sua comunicação em rede em âmbito mundial. Desde que o computador foi criado em 1945, nos Estados Unidos (USA) e na Inglaterra, as inovações e reformulações desse sistema de processamento de dados não param de ser ampliadas a partir das criações humanas. E a vida digital, que surge na terceira revolução industrial, repercute no surgimento do ciberespaço: o novo meio de comunicação instrumentalizado pela informática e pela internet.

Para Lévy (2001), o ciberespaço é considerado como uma "geografia móvel da informação", normalmente invisível, algo sensível. O termo foi logo adotado pelos desenvolvedores e usuários das redes digitais, que (re)criam um próprio conceito e passam a chamar o ciberespaço de "rede". Esse novo espaço de comunicação proporcionado pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores (re)configura a representação dos indivíduos sob uma interpelação por meio da língua(gem) ao transmitem informações oriundas de fontes digitais ou à digitalização, instaurando uma nova representação de vida social: a vida digital.

Castells (2003) aborda a chamada sociedade do conhecimento, perpassada por discursos e conteúdos ocorridos no final do século XX com a transformação

ideológica e o surgimento da era tecnológica. Essa nova era de sociedade da informação ou conhecimento se transforma em sociedade da aprendizagem. Devido a essa minimização de espaço entre os sujeitos, as informações se tornam rápidas a ponto de a sociedade moderna ser comparada ao descentramento, pois as relações de poder-saber estão em todo lugar. Como novo espaço surgido com o advento da internet, o ciberespaço também está no meio organizacional apoiando as organizações desde as de pequeno porte até as de grande porte e tem sido considerado mecanismo de aprendizagem e meios de coordenar as interações neste universo on-line de conhecimentos. O mundo tecnológico, hoje, tem disponibilizado ao internauta a proximidade com o outro sujeito, e isso tem mostrado benefícios e danos. Estar conectado em rede quer dizer estar interligado com sujeitos conhecidos ou não, sem proximidade física. Estar conectado ainda quer dizer que os sujeitos publicam, postam, compartilham informações, não se importando mais em serem exclusivos ou inovadores, mas envolvendo naquele segundo sentimentos (in)conscientes direcionados a nada ou a alguém, tentando amá-lo ou odiá-lo, instigando criatividade e imaginação.

De alguma forma, essa publicidade provoca no internauta indignações e curiosidades. Ao (re)postar sua vida, suas conquistas, dores, nas mais diversas formas de postagem, o internauta está sujeito a receber comentários sobre o que postou. Esses comentários podem ser elogios ou críticas leves ou agressivas. Essa agressão on line tem mostrado o quanto a tecnologia pode facilitar ao agressor; ao ser agredido: sua forma de interpretação do conteúdo transforma-se em conteúdos recalcados, ou em conteúdos manifestos em seus comportamentos (agressividade e silenciamento).

A essas posturas negativas na mídia chamamos cyberbullying: prática de agressões em meios digitais. Segundo Maldonado (2011), cyberbullying é a prática da crueldade on line, que pode agredir o sujeito silenciosamente e muitas vezes anonimamente, dificultando a identificação do agressor e a dificuldade do agredido para sair da situação. Esse discurso do agressor, responsivo, está investido de (re)significâncias para e por esse sujeito agressor; portanto isso irá denunciar aquilo que foi apagado, ainda que inconsciente (ORLANDI, 1999).

As representações estabelecidas nas/pelas mídias sociais, via memória discursiva, afetam os sujeitos, de modo que eles se inscrevem em posições-sujeito que transitam entre a relação de forças permeada pelo saber-poder, entrando na ordem do discurso, (re)produzindo dizeres do/sobre o outro no ciberespaço. Disso, os sujeitos assumem, (in)conscientemente, práticas que reverberam formações

discursivas excludentes, como observado em Maldonado (2011), assumindo uma posição-sujeito agressor, ou seja, que pratica o bullying/cyberbullying.

Conforme Teixeira (2013), a palavra bullying, de origem inglesa, advém de bully (valentão, briguento) e não possui correspondente na língua portuguesa, mas representa uma prática que envolve agressividade e é marcada por uma disparidade de poder entre quem o pratica e a vítima. Bullying é uma forma constante de assédio contra um mesmo sujeito, que sofre danos físicos ou psicológicos que influenciarão diretamente outras áreas de sua vida. Quando se ouve/fala de alguém violento, logo se pensa em violência física entre sujeitos fortes: alguém bate e o outro apanha, ou um sujeito tem poder por ter batido e ser considerado o mais forte, enquanto o outro é perdedor por ser o mais fraco.

Essa vitimização emocional de alguém em uma rede social é um processo muito rápido, pois a mídia tem o poder de difundir opinião e formar opinião sobre determinado assunto em frações de segundo (FERRARI, 2017). No local de trabalho, o bullying é silenciado, pois a agressão física dificilmente acontece, já que, entre adultos, a violência é mais emocional, psicológica, proporcionando ao sujeito agressor o prazer de conseguir “se dar bem”. Silva (2010), em seu livro “Bullying: mentes perigosas nas escolas”, afirma que o termo bullying só passou a ser estudado na década de 1970, porém a prática é tão antiga quanto à instituição escola, embora esse tipo de agressão não esteja presente somente nas escolas. Segundo Smith et al. (2009), o bullying está presente na infância, adolescência e vida adulta em diferentes contextos e cenários na família (entre pais e filhos, entre irmãos, cônjuges), no trabalho (chefes ou colegas tiranos), nos relacionamentos amorosos. Esse abuso, considerado um mecanismo de poder, intimidação, prepotência, só é considerado bullying se incluído o abuso físico, verbal e a exclusão social.

Barbai (2015) vê o bullying não apenas como uma palavra que procura ferir o outro de forma constante, mas também o envolvimento de questões culturais e processos de conflitos sociais. Esse ataque ao outro, seja no ambiente escolar ou organizacional, demonstra o poder a alguém que, de forma (in)consciente, tenta agredir esse outro por diferir daquilo que o agressor constrói como identificação, como vontade de verdade. Observa-se que, em geral, essa prática é silenciada, pois o agredido não reage às agressões; é o silenciamento, visto pelo autor como um reforço à violência, materializado por meio de repetição.

Aspectos históricos dos povos indígenas no Brasil: discurso e exclusão

A história indígena no Brasil foi marcada pela imposição de uma unidade nacional que desconsiderava a diversidade cultural: o intento do colonizador era inculcar no indígena a cultura eurocêntrica. No livro *A Conquista da América*, a questão do outro, Tzvetan Todorov discorre sobre a chegada dos europeus ao território americano no final do século XV, analisando passo a passo essa investida, observando os relatos dos conquistadores e realizando suas reflexões, mas também ignorando a voz do indígena. O pesquisador consulta diversas fontes para escrever, como as cartas de Colombo, até Las Casas e Sahagún, dando voz apenas aos espanhóis, por serem mais bem vistos e aceitos aos olhos dos homens brancos, deixando a “versão” dos indígenas de fora. O indígena não era visto como indivíduo, não representava em si totalidade social, cidadão e sim um elemento de uma coletividade (FERRARI, 2017).

Os colonizadores adjetivavam os indígenas como se fossem bestas ou animais mitológicos, monstruosos e de forma alguma os reconheceram como habitantes da nova terra. Dessa forma, os desencontros de interesses na visão europeia sobre a nova terra encontrada deixam explícito o papel de conquistadores sobre os conquistados: analisar as condições para que pudesse ser feita a dominação. Desde aquele período, foi-se construindo, no imaginário social, uma representação do indígena marcada por estereótipos ou preconceitos. Um imaginário que submete os indígenas à inferiorização e lhes destina um lugar à margem, impedindo ou dificultando, por variadas formas, seu acesso ao universo branco.

Na visão de Mignolo (2003), a modernidade tem um resvalar do colonialismo, pois continua controlando e garantindo posições de poder, ressignificando uma visão renascentista de centro do mundo, com poder de controlar tudo e todos. A partir do século XVI iniciou-se a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Quijano (2005), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial, que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Como premissa desse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob a visão desse mito da modernidade, em que a civilização moderna se autoconsiderou como a mais desenvolvida e superior, essa “civilização” teria a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são chamados de atrasados (QUIJANO, 2005). Esse imaginário dominante esteve

presente nos discursos coloniais e posteriormente na composição das humanidades e das ciências sociais, que não somente descreveram um mundo, como o "(re)inventaram" e classificaram como moderno/colonial. Ao lado desse sistema de categorizações dos povos do mundo, houve um artifício de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos (indígenas, negros) e sociedades.

Del Priore (2010, p.13) afirma que os portugueses ignoraram a identidade cultural dos indígenas, acusando-os de não terem conhecimento de agricultura ou religião, não levando em consideração uma cultura indígena já instalada muito antes desse "descobrimento" de terra nova. E mesmo sendo a população indígena, à época colonial, majoritária, os indígenas foram assujeitados às normas criadas pelo branco e acometidos de doenças, estupros, trabalhos exaustivos, escravidão, numa relação de total desrespeito à condição humana. Diante dessa questão social de extrema relevância, órgãos oficiais e movimentos sociais têm tomado iniciativas para "corrigir" os erros do passado ou restituir a essas populações alguns de seus direitos.

No passado, o sujeito trabalhava para produzir o que consumia, fossem roupas, alimentos ou moradia. Tudo era produzido a partir da terra. Com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade, começou a surgir a propriedade privada. Com isso, os indivíduos mais fortes se apropriaram das terras, deixando os mais fracos sem possibilidades de realizar trabalho, pois não havia terras onde ele pudesse ser executado. O âmbito do trabalho no Brasil, ao longo dos tempos, sofreu significativas mudanças e transformações econômicas, políticas, sociais. Podemos considerar três épocas marcantes nas relações de trabalho: a escravidão, no período colonial; a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre; e, a nacionalização da força de trabalho na indústria.

Para Spivak (2010), mesmo quando o indígena está inserido nas profissões contemporâneas, enquadra-se na perspectiva de luta de classes, e a sociedade hegemônica tenta suprimir-lhe o direito a voz. A autora traz à baila um histórico impasse: ao falar do/pelo subalterno, os intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes. O intelectual é cúmplice na persistente constituição do Outro como a sombra do Eu (Self). Essa união do S/sujeito, intelectual crítico, a uma transparência por meio de negações, associa-se, segundo a autora, aos exploradores da divisão internacional do trabalho, com interesses capitalistas. Os indígenas não estão só nas aldeias; estão nas cidades cada vez mais urbanizados, e acrescentamos: estão participando do mundo do trabalho. Imbricado nessa ideia de progresso e

sobrevivência e ao mesmo tempo controlado e descontrolado por ter que tomar decisão entre sair da aldeia e permanecer em sua cultura, o indígena acaba por decidir conhecer o desconhecido: o mundo do branco.

Uma das dificuldades a serem enfrentadas no mundo organizacional é a inserção do indígena em algumas profissões, porque ora há falta de mão de obra qualificada/especializada, ora de mão de obra masculina. A industrialização e a tecnologia têm exigido a qualificação dos trabalhadores para atender essa mudança (DRUCKER, 1968). O indígena, ao perceber esse “prazer” capitalista, a conquista de objetos tecnológicos (tablets, celulares, acesso à internet) pelo branco, sai da aldeia e busca qualificação e cursos de graduação de diversas áreas. Podemos afirmar, com Guerra (2010), que o que está em jogo são as relações de poder, que demarcam o desenvolvimento das identidades, o domínio e controle das representatividades na sociedade.

O termo “trabalho” não é novo, sendo considerado pela civilização um termo multifacetado e carregado de imprecisões e ideologias. E, para se compreender o trabalho e suas relações com o homem e a sociedade, inclusive o mercado de trabalho, deve-se analisar como o conceito de trabalho chegou ao mundo contemporâneo. Em 1988, promulga-se a “Constituição Cidadã”, para cuja redação houve uma grande mobilização dos indígenas, que desempenharam um papel fundamental de pressão no acordo final votado e aprovado pelo plenário, em cujo artigo 231 consta: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Em 1996, a LDB 9394/96 vem incluir a Educação Indígena no rol das preocupações institucionais e oficiais brasileiras, entre outras prerrogativas legais.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), parte III, trata da contratação e condições de emprego e indústrias rurais (art. 20 a art. 23). A convenção aborda a evolução e as mudanças relacionadas aos povos indígenas mundiais desde 1957.

Pareciam resolvidos os problemas. Ao indígena passava a ser “permitida” a circulação em diferentes espaços, em que se incluem o acadêmico, o político e, por extensão, o mundo do trabalho, reconhecendo-se sua condição de cidadão brasileiro, sem destituí-lo de sua cultura, de sua história, de suas raízes. Os traços fenotípicos do indígena incomodam o branco no mundo organizacional e, nos discursos apropriados

pela sociedade hegemônica, os subalternos não têm voz nem vez. Essa representação do sujeito soberano sobre as pessoas da margem, segundo Quijano (2005), está perpassada, mesmo com todo o decorrer da história política, econômica e social, pelo poder colonizador que os silencia em busca pela homogeneização.

E uma das dificuldades a serem enfrentadas no mundo organizacional é a inserção do indígena em algumas profissões, porque ora há falta de mão de obra qualificada/especializada, ora de mão de obra masculina. Embora exclua os sujeitos indígenas, a sociedade hegemônica permite que estes circulem nesse mundo, mas esse dever de hospitalidade que faculta o seu acolhimento ao mesmo tempo traça limites e normas, formulados na língua de acordo com as regras da cultura branca. Não se trata de uma explícita negação da hospitalidade ao indígena, mas esse indígena, segundo Derrida (2003), recebe as boas vindas apenas quando afasta a sua estranheza e se molda ao perfil imposto pelo sujeito branco, negando-se sua alteridade e contrariando-se a ética. Dessa forma, a inserção do indígena no mercado de trabalho do branco hegemônico provoca rupturas, desestabilizando todo um complexo discursivo em torno das questões identitárias do indígena, ou seja: desestabilizando certa rede de filiação histórica, “perturbando a rede de memória” (PÊCHEUX, 1998, p. 53) e reivindicando existência na ordem do discurso.

Vale dizer que, a partir de autores que estudam o sujeito numa visada psicanalítica, a AD passa a compreender o sujeito diferentemente daquele pautado na certeza; traz a dúvida, a lacuna, aquilo que não é possível apre(e)nder. Conforme os estudos de psicanálise, observa-se que Freud propõe uma mudança ao pensamento de Descartes (de “penso, logo existo” para “desejo, logo existo”), refletindo que o sujeito é um ser desejante, do desejo sexual, inominável, um desejo de outra coisa. Assim, o sujeito uno, inteiro e identificável de Descartes (e do cientificismo) tornou-se não identificável, mas sujeito a identificações e dividido para a Psicanálise. Numa releitura de Freud, o sujeito para Lacan é trabalhado como efeito de linguagem e do inconsciente. A partir dessa ruptura, “o sujeito do qual seguimos o rastro é o sujeito do desejo” (LACAN, 2003, p. 157); não se trata simplesmente de falar da língua e “da fala, mas de falar no fio da fala, por assim dizer”. (LACAN, 2008, p.33).

O processo analítico: o movimento identitário do/pelo discurso

A AD compreende o sujeito a partir de sua inserção em uma conjuntura social, histórica e ideológica: sua voz é constituída de um conjunto de vozes sociais e,

portanto, não é mais empírico, individual, cartesiano, dono (origem) de seu dizer, o que torna possível afirmar que o sujeito é heterogêneo, interpelado pela ideologia (relação sujeito-língua, o simbólico) e descentrado (CORACINI, 2007). Pensar a linguagem e as relações (inter)discursivas estabelecidas nos discursos sobre o indígena, a partir do suporte teórico da AD, é problematizar as fronteiras da subjetividade, o ser/estar num entrelugar discursivo. Assim, as representações de indígena, de ciberespaço, de práticas, de ciberpráticas e de bullying podem ser interpretadas a partir do estudo do discurso que entende a língua como equivoco, o ato falho, o lapso (“ferramenta imperfeita”), aquilo que diz sem dizer, que fica silenciado.

É por meio do estudo do discurso que se pode afirmar que, para dizer, é preciso não dizer, e que é a inserção dos sujeitos discursivos nas formações discursivas historicamente determinadas que dá sentidos ao dizer (ORLANDI, 2007). A AD oportuniza ao analista do discurso compreender que é na língua e por ela que o sujeito se revela como heterogêneo e não transparente, mesmo desejando ter um dizer sempre consciente (CORACINI, 2007).

Posto isso, a materialidade discursiva foi selecionada, considerando a forma como a identidade indígena é concebida e promulgada nas redes sociais: as recorrências de práticas discursivas incrustadas na memória do sujeito tendem a alocar esse sujeito em estereótipos marcados, cerceando seus direitos e práticas sociais. Temos, neste trabalho, a oportunidade de refletir sobre a identidade do indígena e analisar como esses discursos são concebidos socialmente (GUERRA, 2012). Para tanto, o objeto de nosso gesto analítico, R 6 (a e b), são excertos coletados da mídia jornalística, do cronista Walter Navarro: "GUARANI KAIOWÁ É O C? MEU NOME AGORA É ENÉAS P?". Formado em jornalismo pela PUC-Minas, com doutorado ainda não concluído pela Sorbonne, de Paris, Walter Navarro escreve para O Tempo, de Belo Horizonte, há dez anos e é também coautor da coluna social do mesmo jornal, assinada diariamente pelo jornalista Paulo Navarro.

Fundado em 21 de novembro de 1996, O Tempo entra no mercado nacional de jornais impressos diários, trazendo ao leitor matérias de multimídia, entretenimento e esportes sobre Minas, o Brasil e o mundo. O excerto em foco faz parte de uma matéria preconceituosa, “racista”, sobre o indígena, publicada nesse jornal aos 8 de novembro de 2012, em que se lê: “índio bom é índio morto”, de que resultou o afastamento do cronista de suas funções no diário mineiro .

R6- a: Tem coisa mais chata, hipócrita, brega e programa de índio que este pessoal do Facebook adotando o nome Guarani Kaiowá? **Gente cuja relação com o verde se resume à alface do McDonald's...** [...] **Uma dessas chatas do Facebook** reclamou da minha gozação **dizendo que todo brasileiro é guarani kaiowá. Eu não! Nunca nem ouvi falar e, se é pra escolher, prefiro descer dos tapaxotas ou tapaxanas.** Mas bom mesmo é de **destapar...** (grifos nossos)

R6 –b: **Guarani**, só meu time em Campinas, campeão brasileiro de 1978. Como diriam o Marechal Rondon e os irmãos Villas Boas, **“Índio bom é índio morto”! “Matar, se preciso for, morrer, nunca!”**. Tudo em São Paulo tem nome de índio. Consciência pesada dos bandeirantes: Anhanguera, Ibirapuera, Canindé, Aricanduva, Morumbi, Jabaquara, Tucuruvi, Tatuapé e agora Haddad, da tribo dos Ali Babás... **Ô raça.** (grifos nossos)

Ao enunciar **Gente cuja relação com o verde se resume à alface do McDonald's...**, o sujeito desconstrói a representação primeira do indígena como silvícola, como povo que vive em uma relação de amor e respeito para com a natureza e seus produtos. Para tanto, ancorado em formações discursivas da ecologia (e, mais “modernamente” da sustentabilidade), mobiliza sentidos relativamente atuais de selva, usando, para isso uma nominalização, que abriga uma relação metonímica: o adjetivo “verde” é substantivado e toma o lugar (a parte pelo todo) de “natureza”. Do nome “verde” emergem efeitos de sentido de preservação ambiental, uma prática que, na percepção do sujeito que enuncia, não faz parte das ações de “gente” cuja identidade ele contesta.

Vejamos, ainda, o uso de reticências, que, segundo Authier Révuz (1988), ativam a falta do dizer de um significante, a falha. Segundo a autora, o enunciador não diz tudo, o enunciado não é completo, omitindo o que não é permitido (o que não estaria na “ordem do discurso”, para usar a expressão foucaultiana). À crítica à falta de conhecimento e de preocupação com a preservação ambiental, à falta de “conscientização ecológica global”, o sujeito acrescenta outra: uma crítica à adoção de outras práticas, quais sejam, o uso da mídia e o consumo de produtos industrializados da multinacional McDonald's, símbolos de práticas globais e do capitalismo, ambos negativos, porque apontam para a desidentificação daqueles que “adotam” o nome Guarani Kaiowá e para o lado também negativo da aculturação.

“Adotar”, no sentido de dicionário, significa acolher legalmente como filho aquele que não o é. Quando usa esse verbo (materialidade linguística), o sujeito não só deslegitima a filiação do sujeito à etnia Guarani-Kaiowá; ele também silencia a representação do indígena como órfão, e esse silenciamento (a falta do dizer na materialidade discursiva) deixa resvalar o lapso do sujeito hegemônico, que não

reconhece o índio como filho da Pátria. É significativo o fato de os sentidos gravitarem em torno da palavra “adotar”, deslizando do seu significado de acolher como filho ao significado de excluir, de não fazer parte da família brasileira: o discurso representa uma realidade, não havendo, no entanto, evidências empíricas, mas opacidades (PÊCHEUX, 1988). O sujeito constrói seus discursos, mas os sentidos, longe de traduzirem uma relação transparente, cristalina, com o significante, apontam para a ambivalência desses discursos, para aspectos contraditórios da realidade e do próprio sujeito, evocando aspectos históricos.

Segundo Guerra (2012, 2015), os discursos não partem de um único, mas de vários lugares enunciativos: do político, do histórico, do jurídico, do midiático, do didático. Essa rede de formulações oriundas dos entrecruzamentos dessas posições desvela a angústia da sociedade para saber quem somos e quem é este sujeito produzido pelas práticas historicamente instituídas. Emerge daí um confronto, a partir da inscrição de R6, que, ao negar a miscigenação e a multiplicidade cultural do povo brasileiro, especialmente as etnias indígenas, no caso, os Guarani Kaiowá, cria a angústia da exclusão social, marcando a diferença colonial. E, apoiado em sua “autoridade” de colunista de um veículo midiático o enunciador seleciona, formula, e coloca em circulação preceitos ideológicos legitimadores de uma memória extremamente preconceituosa sobre os sujeitos indígenas. O enunciando em primeira pessoa articula um discurso inscrito numa formação discursiva de exclusão, nega a presença indígena na formação do povo brasileiro, mostrando ao leitor sua rejeição e seu desdém em face desses povos, sem se preocupar com o que seja lícito ou ilícito: “[...] **todo brasileiro é guarani kaiowá. Eu não! Nunca nem ouvi falar [...]**”.

O sujeito enunciador retrata uma visão colonialista estereotipada do indígena, recusando sua possível descendência do indígena e jogando, no início do recorte, com a expressão depreciativa **programa de índio**, que, segundo o senso comum, significa sair para um lugar desagradável e sem graça, fora dos padrões de vida moderna. Também vale mencionar o processo de denegação materializado no enunciado, apontando o não dito de exclusão e preconceito contra a etnia guarani-kaiowá. E, cinicamente, desloca os sentidos para outro campo, acenando para outra “origem” e evocando o “país do futebol”, num novo processo de denegação, já que diz não conhecer outro significado para a palavra “guarani”, que não o seu time de futebol: “**Guarani**, só meu time em Campinas, campeão brasileiro de 1978”.

Importa mencionar que o nome do time campineiro curiosamente nasceu em uma homenagem à ópera II Guarany, composta por Carlos Gomes, baseada no romance de José de Alencar, O guarani, publicado em 1857, cuja característica primordial é o indianismo por pertencer à prosa da 1ª geração do movimento literário Romantismo, que buscava na figura do indígena uma marca nacional para o Brasil. O enunciador parece não conhecer a historicidade que perpassa a constituição de sua preferência futebolística, ou a ela faz “vistas grossas” para não ter de abrir mão de seu discurso de ódio direcionado aos indígenas. Curioso também é que seu (des)conhecimento o faz escrever um artigo sobre os Guarani-Kaiowá, para demarcar seu não pertencimento às filiações étnicas desses povos, como se quisesse dizer que sua ancestralidade descende da cultura europeia, dita “superior”, e não dos povos indígenas, considerados por ele povos invisíveis.

Ainda sobre a desconstrução do discurso das origens indígenas, não há como deixar de comentar o tom jocoso e machista que percorre o seguinte fragmento do recorte, em que, o nome de uma tribo indígena (tapaxana, tribo da parte do Solimões entre o Jutai e o Javari), é associado ao nome vulgar que se atribui ao órgão sexual feminino, originando o irônico neologismo “tapaxotas”: **“e, se é pra escolher, prefiro descender dos tapaxotas ou tapaxanas. Mas bom mesmo é de destapar...”**

Aqui também podemos notar o desmerecimento a figura da mulher no sentido metonímico de ser reduzida e representada apenas pelo seu órgão genital, e o homem, em uma posição patriarcal e machista, a domina para dela abusar, desconsiderando-a como sujeito. Desmerece tanto os indígenas quanto as mulheres em uma necessidade de autoafirmação identitária: para se sentir superior, tem de inferiorizar e desmerecer os que considera diferentes de si. Segundo Authier Révuz (1998), na ironia, a presença do outro não se manifesta explicitamente; não há um limite linguístico claro entre as falas: as vozes instilam-se dentro de uma mesma construção linguística.

Importa acrescentar que, no início de R6a, o uso da expressão [...] uma dessas chatas parece marcar a subjetividade do sujeito, deixando emergir em seu discurso a representação da mulher como uma figura secundária, como um sujeito que o enunciador prefere hostilizar, novamente sem se indagar sobre licitude ou ilicitude. A propósito, de acordo com o artigo 20, § 2º, da Lei n.º 7.716/89, é considerado crime e discriminação étnica “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Segundo Foucault (1988), esse

binômio lícito-ilícito, esse questionamento sobre o outro, excluído, a periferia, são os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas emergindo do inconsciente ao considerar o diferente.

Chama atenção o uso ambíguo do verbo “destapar”, descobrir, tirar o tapa-sexo, tirar a venda dos olhos dos brasileiros, relacionado ao valor do índio como ser humano ou como cidadão brasileiro, ou associado à representação do indígena como silvícola, dócil, submisso ao colonizador. É certo que houve mudanças nesses povos, já que as identidades não são fixas, mas o mais importante é que, no entrelace do poder-saber, os problemas e as dificuldades de inserção e interação dessa minoria sejam vistos com uma nova fronteira (des)colonial que, embora seja ainda considerada fronteira, não pode proibir, coibir ou impedir oportunidades de mudanças a essa comunidade (GUERRA, 2015), a saber, expressar-se via mídia, estudar em instituições fora da aldeia, posicionar-se criticamente, entre outras manifestações.

A discriminação manifesta pelo enunciador vem corroborar as múltiplas denúncias de agressões históricas (físicas, verbais, simbólicas) que a população Guarani Kaiowá concentrada no estado do Mato Grosso do Sul tem sofrido. São massacres, suicídios, agressões e discriminações ao lutar pelas terras. E, adiante, no enunciado: **Como diriam o Marechal Rondon e os irmãos Villas Boas, “Índio bom é índio morto”! “Matar, se preciso for, morrer, nunca!”**, o discurso do cronista retoma, irônica e parodicamente, já ditos: uma “tese” (equivocada e muito contestada) que, na contramão dos direitos humanos, circula na sociedade há muito – “Bandido bom é bandido morto” – e um dos princípios de Proteção aos índios “fundados” em 1910 e defendidos pelo Marechal Rondon e pelos irmãos Villas Bôas: “Morrer se preciso for, matar nunca.”

Explicamos. Os irmãos Villas Bôas (Orlando, Cláudio e Leonardo) , filhos de um advogado do interior paulista, decidiram partir para aventuras com o povo do Xingu e embarcaram em busca do desconhecido no Sertão após a segunda Guerra Mundial. Para conseguirem uma vaga na Expedição Roncador-Xingu, colocaram vestes de peão e se declararam analfabetos. Reprovados na primeira tentativa, foram aceitos na segunda. Ao longo dos anos, desenvolveram amizade com cerca de vinte povos, batalhando para marcar suas terras, prestar assistência à saúde e preservar sua cultura. Defendiam e respeitavam os costumes e comportamentos indígenas e, portanto, não queriam que fossem “integrados”, ou seja, que ficassem iguais à massa de brasileiros.

Esse discurso do cronista constitui-se interdiscursivamente, exigindo que o leitor evoque a memória discursiva, numa recuperação crítica de discursos já ditos, para compreender os dizeres **“Índio bom é índio morto”! e “Matar, se preciso for, morrer, nunca!”**, cuja distorção e atualização de sentidos articulada pelos processos de paródia e paráfrase permitem a reverberação de nuances polissêmicas do discurso de ódio no que concerne as etnias indígenas brasileiras, corroborando a ideia estereotipada de que o indígena é um ser humano inferior e, em decorrência disso, não deve ter seu direito a vida respeitado, deve ser banido do seio social, continuar a ser dizimado de forma violenta para imposição de uma cultura unilateral

No primeiro caso, o enunciador recorre à paródia por imitação, transferindo, para o seu discurso, a autoridade do gênero ou texto-fonte; no segundo, recorre à subversão, desqualificando a autoridade primeira e produzindo uma “paródia depreciadora”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 94). Observe-se que, ao substituir “bandido” (de efeito generalizante) por “índio”, o enunciador produz uma avaliação também generalizante (todo e qualquer índio) e negativa (índio é bandido) do indígena, ignorando também os direitos humanos. Por meio da atribuição do mesmo qualificador (“morto”) a bandidos e a índios, o enunciador situa-os em condição de igualdade, desvelando assim um discurso desvalorizante, constitutivo do discurso da colonização, que se desloca para o plano da “hostipitalidade” derrideana – o indígena estrangeiro em sua casa, em sua terra (DERRIDA, 2003) –, afetando também o estereótipo do “bom selvagem”. O discurso agora edificado subverte valores estabelecidos, pregando a realização de uma prática proibida por lei – transgressão, portanto –: matar e, mais que isso, matar indígenas.

No segundo caso, a paródia por subversão produz uma inversão radical de valores e de papéis, transformando em vilões sujeitos representados como heróis. Configura-se, no novo dizer, a contestação da autoridade do primeiro enunciador pela subversão dos valores estabelecidos: o sujeito da enunciação qualifica-se como autorizado a dizer, ao mesmo tempo em que desqualifica o outro e seu dizer. Importa comentar que a distorção e atualização de sentidos articulada pelos processos de paródia e paráfrase permitem a reverberação de nuances polissêmicas do discurso de ódio no que concerne às etnias indígenas brasileiras: surge a ideia estereotipada de que o indígena é um ser humano inferior e, em decorrência disso, não deve ter seu direito à vida respeitado; deve ser banido do seio social, continuar a ser dizimado de forma violenta para imposição de uma cultura unilateral.

Diante disso, o discurso de R6 remete-nos aos processos de exclusão e intolerância à diversidade, sustentando o imaginário das diferenças a justificar a desigualdade e os preconceitos. Carregado de intolerância e ódio, marcando um desejo de exclusão do sujeito outro, esse discurso evoca também o discurso de defesa da pureza da “raça” branca. A busca da pureza empoderada pelo branco, segundo Quijano (2005), dá força e poder sobre as novas distribuições racistas (índios, mestiços, negros), calando-os e anulando sua participação nas decisões da organização social e política. Uma nova forma de legitimar e empoderar o papel de protagonista da raça branca. Essa busca imaginária da homogeneização da população mascara a discriminação e exclusão do indígena, limitando-o à identidade branca.

Encontramos também, no conjunto das relações de sentido ali inscritas, a concepção lacaniana de fantasia: o sujeito enunciador representa seu desejo ideal na expressão **Índio bom é índio morto**. Segundo Lacan (1992), essa forma imaginária manifesta uma defesa inconsciente contra a angústia da inadequação entre o desejo e os objetos. Ao ser comparado ao indígena, ele primeiramente reage com um veemente Eu não!, para depois confessar seu desejo de violência: **“Matar, se preciso for [...]”**.

Dessa prática discursiva emergem efeitos de sentidos que engendram subjetividade, resultantes das relações de sujeitos e mundo, pois aquilo que se configura para o enunciador como real demanda interpretação do não simbolizado. O ódio é tão presente e constitutivo do sujeito que busca, no nó do discurso, afetar o outro no que o afeta. Para Lacan (2008), é o ódio de si que habita em cada um de nós. A propósito, a psicanálise define a violência como um modo paradoxal de satisfação pulsional que determina a constituição da subjetividade do sujeito da (des)construção da cultura nos dispositivos das relações humanas.

Vale dizer ainda que a violência, além de uma incoerência psicopatológica, é uma vicissitude da vida mental, que se modifica com a civilização proporcionando o gozo pulsional. A violência representa, pois, uma luta interna de integralização do sujeito em seu desejo, em que a “defesa” evoca a possibilidade de uma inadequação e pode estar sendo direcionada a outro sujeito. É a segregação lacaniana, que se manifesta, em geral, quando o sujeito inconscientemente acha que um estranho lhe está roubando algo, que, no caso, parece ser a identidade: ele não quer descender de um guarani-kaio

De acordo com Foucault (2007), o sujeito está envolvido numa rede de relações de poder, e esses micropoderes, perpassados pelas normas e conceitos na

sociedade hegemônica, resultam na mudança de comportamentos. Acrescente-se que o processo identitário é móvel, não estável (CORACINI, 2003, 2011). Assim, as estratégias de saber-poder que emanam das relações de força, instauradas nas formações discursivas machistas, colonialistas, nas quais os sujeitos-enunciadores estão inscritos, são determinantes nesse processo sempre instável de (des)identificações, de movências microcapilares de poder, de (re)ordenação da ordem do discurso, que mostramos até aqui.

Algumas reflexões que emergem desse gesto de interpretação

A partir dos gestos analíticos mobilizados neste trabalho, foi possível ressaltar que, com novos padrões e novas configurações sociais e históricas, o movimento capitalista atraiu atenção dos indígenas, e desenvolveram-se, na contemporaneidade, novos traços e novas configurações histórico-estruturais. E estes, apesar de oferecerem certo espaço para os indígenas, também os afetam negativamente, evocando uma memória discursiva de opressão, perseguições, violências, exclusão, lutas, silenciamentos, estereótipos e preconceito.

Ao identificar e problematizar representações sobre sujeitos indígenas produzidas na mídia jornalística, pode-se notar uma persistente violência de (in)exclusão, da/pela sociedade hegemônica, e as dificuldades desse sujeito indígena enfrentadas no mundo capitalista. Dessa forma, é possível perceber, na memória que atravessa o discurso sobre indígenas postados na mídia em pauta, que ocorrem manifestações de históricas formas de discriminação, preconceito e exclusão, veladas e/ou explícitas.

Na tentativa de responder aos inquietantes questionamentos iniciais da pesquisa, concluímos que os discursos postados por brancos dão forças para o sujeito hegemônico ignorar as diferenças: se o outro é diferente da minha ideologia, dos meus costumes e das minhas características fenotípicas, não merece meu respeito. Essa fronteira de ideologias, empoderamento e relações de poder reforçam a perseguição, anulação, violência e desrespeito à diferença.

O processo de urbanização dos indígenas e de aldeização das cidades é um fenômeno que também tem incomodado o sujeito branco, com as manifestações de mudanças e transformações dos sujeitos indígenas. Várias mudanças na legislação indigenista ocorreram ao longo da história, porém essas iniciativas não transformaram a visão estereotipada, cristalizada e, muitas vezes, agressiva da

sociedade hegemônica, dificultando a inserção do indígena em atividades fora das aldeias.

Na contramão desses processos, alguns povos indígenas têm participado de atividades na/da sociedade como um todo, deslocando-se para a região urbana e circulando em diferentes espaços (o acadêmico, o político e, por extensão, o mundo do trabalho), sendo reconhecidos em sua condição de cidadãos brasileiros. Sob o pressuposto de o indígena estar à margem da sociedade branca sofrendo violências, esta pesquisa concentrou-se na análise de discurso sobre o sujeito indígena produzido na mídia, buscando investigar como esse sujeito é representado pela sociedade hegemônica, em especial no que tange a sua inclusão social.

A partir dos resultados do gesto analítico empreendido, nessa visada discursiva e desconstrutiva, na interface com outras epistemologias críticas, pôde-se notar que a mídia difunde mudanças discursivas que afetam a subjetividade dos sujeitos, de modo a contrastar a identidade dos indígenas, refletindo as significações que atingem a classe operária, a adaptação ao capitalismo e a estereotipação, resultado de discursos colonialistas. Sabemos que a academia proporciona ao pesquisador essa busca do (des)construir, (re)significar, resvalando reflexões.

Por fim, esperamos que esse conhecimento, a partir dos sentidos da representação que o sujeito elabora sobre si e sobre o outro, no ciberespaço, da perspectiva discursiva, possa contribuir para a discussão de “novas” formas de exclusão e inclusão. O que vimos emergir na postagem e circulação de comentários são enunciados ofensivos, violentos e formatados contra indígenas. Marcados, visíveis, ou inscritos no silenciamento, caracterizam-se como cyberbullying, ou seja, uma nova forma de violência ou perseguição que busca uma excludente anulação do sujeito indígena, em favor da homogeneidade de uma raça.

Referências

- AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Trad. Cláudia R. C. Pfeiffer ET. AL. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARBAI, Marcos A. Palavra que pode ferir: O termo Bullying em dicionários de língua inglesa e na imprensa do Brasil. **Revista Signo y Sena**, número 27, junho de 2015, p. 89-106. Facultad de Filosofía y Letras (UBA). Disponível em: <http://revistas.flo.uba.ar/index.php/sys/index> Acesso em 02fev. 2017 às 23:00hs.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu et al. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORACINI, Maria J. **Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos e Editora Universitária, 2003, p. 267-268.
- _____. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- _____. Aspectos metodológicos e Análise do Discurso: migrantes em situação de rua, entre a Hos(ti)pitalidade e a anulação de si. In: TFOUNI, Leda V.; MONTE-SERRAT, Dioneia M.; CHIARETTI, Paula (Orgs). **A Análise do Discurso e suas interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2011, p. 165-175.
- DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade**. Trad. de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.
- DRUCKER, Peter. **Administração lucrativa**. Trad. Adolpho José da Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.
- AUTOR, Fabiana. **O indígena no mercado de trabalho: o cyberbullying e a (re)produção das identidades**. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2017, 117 f. (Dissertação de Mestrado).
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. **A microfísica do poder**. Trad. Maria T. Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal. 1998 [1979].
- _____. Método. In: FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [Trabalho original publicado em 1969], 2007.
- _____. **A ordem do discurso**. 24. ed. Trad. Laura F. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.
- FREUD, Sigmund. O ego e o id. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Trad. Jorge Salomão, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929), 1976 b, p.170.
- GUERRA, Vania. **O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais**. São Carlos: Pedro & João, 2010. 140p.
- _____. **Indígenas e identidades: um olhar discursivo sobre a luta pela terra**. In: ROSA, Andrea, M; MARQUES, Cintia N.; SOUZA, Claudete C. de; DURIGAN, Marlene (Org.). Povos indígenas: reflexões interdisciplinares. São Carlos: Pedro & João, 2012. p.43-68.

- _____. **Povos indígenas: Identidade e Exclusão Social.** Campo Grande: Editora UFMS, 2015.
- LACAN, Jacques. (1972-1973). **O Seminário, livro 20:** Mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LEVY, Pierre. **O que é o virtual.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 2001.
- MALDONADO, Maria T. **Bullying e Cyberbullying:** O que fazemos com o que fazem conosco? São Paulo: Moderna 2011.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/ Projetos Globais:** Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1988.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: _____. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2005.
- SILVA, Denise. **Povos Indígenas:** mitos, educação escolar e realidade histórico-cultural. Campo Grande, Editora UFMS, 2010. p. 117-130.
- SMITY, Peter, et al. **Bullying in different contexts:** Commonalities, differences and the role of theory. *Agression and Violent Behavior*, 2009, 14, p.146-156.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Almeida, Marcos Feitosa, André Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SITES CONSULTADOS

- <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/135301/lei-contr-o-assedio-moral-lei-12250-06> Acesso em: 09 out. 2016 às 21h.
- http://neppot.ufsc.br/?page_id=21. UFSC, Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho. Acesso em: 02 fev. 2017 às 23h.
- <http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria> Acesso em: 14 abr. 2017 às 21h.
- http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em: 12 fev. 2017 às 20h
- http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjeto_s/NETP/Relat%C3%B3rio.%20OIT%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 12 fev. 2017 às 14h

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?curso=CFS%202%202018 Acesso em: 02 fev. 2017 às 13h.

Artigo recebido em: 07/11/2017

Aprovação final: 14/05/2018

"NA MINHA TERRA SÓ TEM MACHO!" UM ESTUDO DO ESTEREÓTIPO DE GAÚCHO À LUZ DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Poliana Miranda Sampaio Almeida¹

Adilson Ventura²

Resumo:

Este trabalho filia-se à Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães. Esta teoria entende que a linguagem não é transparente, os sentidos não são fixos, pré-estabelecidos, mas se constituem no acontecimento. Considerando-se isso, o objetivo deste trabalho será analisar o modo como o(s) sentido(s) de gaúcho é constituído em piadas brasileiras, observando-se como a linguagem identifica o sujeito e contribui para a construção do humor e do estereótipo. A escolha deste tema se deu por se perceber que as piadas propagam, de forma lúdica, estereótipos de sujeitos. Os procedimentos enunciativos de produção de sentido – a reescrituração e a articulação – assim como a elaboração de um DSD (Domínio Semântico de Determinação) foram utilizados como procedimentos metodológicos neste trabalho.

Palavras-chave: *Piadas de gaúcho; estereótipo; memorável; sentido e acontecimento.*

Abstract:

This work is related to Semantic Event, developed by Eduardo Guimarães. This theory understands that language is not transparent, the meanings are not fixed, pre-established, but constitute themselves in the event. Considering this, the objective of this work will be to analyze the way gaúcho meaning(s) is constituted in Brazilian jokes, observing how language identifies the subject and contributes to the construction of humor and stereotype. The choice of this theme was given by the realization that jokes propagate, in a playful way, stereotypes of subjects. The enunciative procedures of meaning production – rewriting and articulation – as well as the elaboration of a DSD (Semantic Domain of Determination) were used as methodological procedures in this work.

Keywords: *Gaúcho jokes; stereotype; memorable; meaning and event.*

¹ Mestra em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - Vitória da Conquista/Ba). Professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Professor Alexandre Leal Costa (CEPALC - Barreiras/Ba). Contato: poliboquiera@gmail.com.

² Doutor em Linguística pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - Vitória da Conquista/Ba). Contato: adilson.ventura@gmail.com.

Introdução

“O humor é uma atividade ou faculdade humana cuja importância se deduz de sua enorme presença e disseminação em todas as áreas da vida, com funções que ultrapassam o simples fazer rir” (TRAVAGLIA, 1990, p.55). Considerando esta afirmação de Travaglia (1990), é necessário refletir sobre quão importante é o humor na vida das pessoas. O brasileiro, por exemplo, encara com criatividade e bom humor diversas situações ocorridas no cotidiano, abordando de forma lúdica os assuntos e os sujeitos que são retratados através de estereótipos em piadas produzidas aqui no Brasil. Mas, será que por trás deste “bom humor” está apenas o desejo de “fazer rir” ou pode haver aí uma forma de “agredir” os sujeitos ali retratados, propagando preconceitos?

Apesar de se reconhecer que há uma diversidade de textos humorísticos, para este trabalho, selecionou-se apenas o texto humorístico “piada”. Escolheu-se a piada por esta estar, com frequência, “na boca do povo”, pelo seu alto poder de difusão em todas as camadas da sociedade brasileira e por ela também trazer uma diversidade de estereótipos, podendo, a depender de como os sentidos se constituem e como circulam, propagar preconceitos.

A piada é, pois, uma importante ferramenta para entender questões linguísticas, ideológicas e culturais de uma determinada região. É também “(o humor) uma espécie de arma de denúncia” e “uma forma de revelar e de flagrar outras possibilidades de visão do mundo” (TRAVAGLIA, 1990, p.55) sendo assim, por trás dos estereótipos presentes em piadas, há também uma “revelação” de ideias pré-concebidas e, talvez, preconceituosas de sujeitos; “revelação” da visão da sociedade acerca dessas pessoas.

Entende-se aqui por piada³ “uma narrativa tendencialmente curta, com personagens fixos ou não. Possui necessariamente um desfecho inesperado, que leva a uma inferência e a um efeito de humor, construído dentro de um contexto social, cognitivo e interacional” (RAMOS, 2011, p.53). Desse modo, pode-se afirmar que o texto a seguir é uma piada. Observe:

³ Sabendo-se que há uma variedade de textos humorísticos, que trazem estereótipos, julgou-se necessário conceituar aqui *piada* por considerar importante especificar o objeto de estudo onde os sentidos de gaúcho seriam investigados.

O filho conta calmamente para a mãe:

- Mãe, hoje veio um ladrão aqui na nossa casa.

A mãe desesperada pergunta:

- Meu Deus! E o que ele levou?

O filho responde:

- Nada. Ele só veio pedir seu voto.

Considerando-se o conceito de piada de Ramos (2011) citado neste artigo, nota-se que o texto acima se enquadra nesta definição, isso porque é uma narrativa curta que possui personagens comuns (mãe, filho e ladrão). O diálogo entre esses personagens leva o leitor a subentender que o ladrão na verdade é um político quando o filho fala “Nada. Ele só veio pedir seu voto”. O efeito de humor, entendido como “oposição que gera um final inusitado, que leva ao humor” (RAMOS, 2011, p.52), presente aí se dá por associar a imagem de um político a um ladrão.

Como este trabalho está filiado à Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães, a noção de gênero textual não será considerada. Isso porque, quando se fala em gênero textual, pensa-se logo em um texto com uma estrutura padrão, relativamente estável e que tem uma finalidade específica no processo interacional. E a Semântica do Acontecimento preocupa-se em investigar “como” os sentidos se constituem no acontecimento e não a finalidade, o objetivo em se utilizar este ou aquele gênero textual no processo comunicativo. Por ora, o que será entendido como *piada* neste trabalho é um texto narrativo curto que utiliza de estratégias diversas, como a ambiguidade e um final inesperado, para construir o humor e o estereótipo dos sujeitos.

Delimitado isso, é importante ressaltar que muitos são os estereótipos de sujeitos veiculados em piadas. Quem nunca ouviu falar que a loira é burra? Que o político é corrupto? O baiano é preguiçoso? Neste trabalho, serão analisadas apenas piadas de gaúcho. Pretende-se observar, no *corpus* selecionado para este estudo, o modo como são constituídos o(s) sentido(s) de gaúcho dentro de piadas brasileiras, observando-se como a linguagem identifica o personagem e contribui para a construção do humor e do estereótipo.

Para embasar esta análise, serão utilizados os pressupostos teóricos desenvolvidos no interior da Semântica do Acontecimento. De acordo com esta teoria, os sentidos se constituem no acontecimento, interessando-se, pois, pelos modos como esses sentidos vão se constituindo dentro do texto. O importante aqui

não é saber “o que” essa ou aquela expressão linguística significa, mas sim “o como” ela adquiriu esse sentido.

Para observar “como” os sentidos de gaúcho vão se constituindo nas piadas selecionadas para este trabalho, serão utilizados os procedimentos enunciativos de produção de sentido – a reescrituração e a articulação – e a construção de um DSD (Domínio Semântico de Determinação); procedimentos esses desenvolvidos e propostos por Eduardo Guimarães para a análise de texto.

A seguir, serão apresentados os pressupostos teóricos e os procedimentos de análise da Semântica do Acontecimento.

1. Pressupostos teóricos

Muitas são as teorias que se interessam em investigar o sentido. Esse, por sua vez, assume concepções diversas a depender do autor que o emprega. Para ilustrar isso, será feita uma breve explanação sobre como a Semântica Formal, a Pragmática, a Semântica Argumentativa e a Semântica do Acontecimento compreendem a noção de sentido.

Para a Semântica Formal (Frege), a linguagem vai remeter ao referente, objeto real do mundo. O sentido de um nome, então, é o modo de apresentação de um objeto no mundo. Percebe-se aí a ideia da unicidade de sentido. A Pragmática (Grice), por sua vez, trará a ideia de que o sentido da língua tem relação com a intenção do locutor. Para atingir o que almeja, o sujeito, ao proferir algo, considera o contexto, a situação da enunciação, assim como o lugar de onde está falando. Já na Semântica Argumentativa, Ducrot nega que há relação direta da língua com o mundo, da unicidade do sujeito falante e traz o conceito de que a língua tem uma ordem própria e esta ordem é argumentativa, ou seja, para se chegar ao sentido, um segmento A orienta argumentativamente para a conclusão C. E por último, a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães, entende que não há sentido fixo, pré-estabelecido, mas sim um sentido que se constitui no acontecimento enunciativo.

Apesar de se reconhecer a existência de diversas teorias que tratam do “sentido”, neste trabalho, a concepção de *sentido* adotada será a empregada pela Semântica do Acontecimento. Sentido esse que, de acordo com Guimarães, deve localizar-se no estudo da enunciação, entendida como um acontecimento que instaura a própria temporalidade. Para Guimarães (2011, p.15, grifos nossos), “um acontecimento é distinto de outro acontecimento porque ele **recorta um passado**

de sentidos que convive com o presente da formulação do Locutor e assim **traz uma projeção de futuro de sentidos** que não significariam não fosse o acontecimento em questão”. Para se entender isso, observe a piada a seguir:

O gaúcho diz ao mineiro:

- Na minha terra só tem macho!

O mineiro responde:

- Uai sô, na minha terra é diferente. Lá metade é macho, metade é fêmea e nós tá muito feliz assim.

Na piada acima, é possível notar que a associação de “só tem macho” à “terra do gaúcho” traz a ideia de que gaúcho é homossexual, visto que se só tem macho, é possível concluir que macho se relaciona com macho; já a associação entre “lá metade é macho, metade é fêmea e nós tá muito feliz assim” à “terra do mineiro” traz a ideia que mineiro é heterossexual visto que ao dividir em “metade macho, metade fêmea”, entende-se que uma metade faz par com a outra metade, formando um casal (homem/mulher). Só é possível chegar a esta conclusão porque este acontecimento recorta um passado (rememoração de enunciações passadas) que traz o memorável de que “gaúcho é homossexual”, projetando um futuro de interpretação – a futuridade – que reforça este sentido. Pode-se depreender ainda que *mineiro* ocupa um lugar de esperto neste acontecimento. Isso ocorre porque, ao afirmar “Lá metade é macho, metade é fêmea e nós tá muito feliz assim”, além de provocar humor por conta da resposta inesperada, o mineiro deixa subentendido que o gaúcho é homossexual.

A investigação dos sentidos dentro do texto, para a Semântica do Acontecimento, não se limita ao fator *temporalidade*; se dá através dos procedimentos enunciativos de produção de sentido (a reescrituração e a articulação), próprios desta teoria, e através da elaboração de um DSD (Domínio Semântico de Determinação) que serão explicados a seguir.

2. Procedimentos de análise

Os procedimentos metodológicos que serão adotados neste trabalho para se analisar as piadas de gaúcho são os procedimentos enunciativos de produção de

sentido – a reescrituração e a articulação – e a construção de um DSD (Domínio Semântico de Determinação), procedimentos metodológicos próprios da teoria, instituídos no interior da Semântica do Acontecimento. Para se compreender como isso funciona, será tomado como exemplo a piada a seguir:

O mineiro vai e pede um copo de leite lá no buteco no Rio Grande do Sul. Aparece um gaúcho cheio de prosa e diz:

- Mas bah tchê, aqui no Rio Grande do Sul nós não gostamos de homem que bebe leite!

O mineiro prontamente responde:

- Uai sô, em Minas nós não gosta de homem de jeito nenhum!

Guimarães (2007, p.84) define **reescrituração** como “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado”. No texto acima, é possível observar a presença de dois personagens: *gaúcho* e *mineiro*. Nesse acontecimento, *mineiro* aparece reescriturado por “nóis” e de forma elíptica em “pede”; já *gaúcho* aparece reescriturado por “nós” e de forma elíptica em “diz”. Nota-se que, ao reescrever *mineiro* por “nóis”, “nóis” traz uma marca de linguagem regional que identifica o mineiro.

Quanto ao procedimento de **articulação**, Guimarães (2009, p.51) afirma ser um “procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade”. Assim, no texto em estudo, pode-se notar que *mineiro* aparece articulado a “um copo de leite” e “não gostamos de homem de jeito nenhum” e *gaúcho* aparece articulado a “cheio de prosa” e “não gostamos de homem que bebe leite”. Ao articular *gaúcho* a “não gostamos de homem que bebe leite” e *mineiro* a “não gostamos de homem de jeito nenhum”, nota-se que as relações semânticas relacionadas a *gaúcho* trazem a ideia de que gaúcho gosta sim de homem, excluindo apenas aqueles que gostam de leite; já o *mineiro* gosta de mulher, visto que exclui a possibilidade de gostar de qualquer tipo de homem: “nóis não gosta de homem de jeito nenhum”. A articulação com a palavra gaúcho, nesse acontecimento, também trará o memorável que “gaúcho é homossexual” em piadas brasileiras.

Outro procedimento importante para a análise de piada, utilizado por quem aplica a Semântica do Acontecimento, é a construção de um DSD. Segundo

Guimarães (2007, p.80), “as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que constituem no acontecimento enunciativo”, assim “**dizer qual é o sentido da palavra** é poder estabelecer seu DSD” (GUIMARÃES, 2007, p.80, grifos nossos).

Dessa forma, considerando-se a análise feita do texto acima, é possível chegar ao seguinte DSD:

cheio de prosa gaúcho não gosta de homem que bebe leite
⊥
homossexual

Observação: Os símbolos | | ⊥ significam “determina”.

No DSD acima, **gaúcho** aparece determinado por “cheio de prosa”. Essa articulação traz o sentido de “contar vantagem”, demonstrando orgulho por ser “macho”, ou melhor, ser “mais macho” do que o mineiro. Observa-se ainda que *macho* aparece em oposição a *homossexual*, e isso ocorre porque, ao atestar a sua masculinidade, o gaúcho afirma “não gostar de homem que bebe leite”. Essa afirmação trará a interpretação de que gaúcho gosta sim de homem, excluindo apenas um determinado tipo de homem: aquele que bebe leite. Dessa forma, a piada em estudo traz e reforça o estereótipo de que “gaúcho é homossexual”.

3. Análise

Nesta seção, serão analisadas duas piadas de gaúcho – “O carreteiro” e “Conversa entre gaúcho e mineiro” -, ambas retiradas da internet. Considerou-se, para a escolha destas piadas, tanto a questão da presença do estereótipo – “gaúcho é homossexual” – quanto a presença de uma linguagem regional, que serve para identificar o gaúcho. A seguir, serão feitas as análises:

Observe este texto:

O carreteiro

O gaúcho vinha em sua carreta todo faceiro pela estrada, quando de repente ele avistou um rapaz pedindo carona.

- Mas bah guri, tu tá indo pra onde, tchê?

- Estou indo pra Pelotas.

- Então suba aí, guri bom!

Então o gaúcho foi dirigindo sua carreta, quando avistou um restaurante e pensou “esse cara deve estar com fome” e perguntou todo empolgado.

- O amigo não se agrada de comer um carreteiro?

O rapaz olhou no olho do gaúcho e disse:

- Não, muito obrigado, amigo! É que acabei de comer um motoqueiro ali atrás.

A piada “O carreteiro” traz dois personagens principais: o *gaúcho* e o *rapaz*. A reescrituração destes termos associados à articulação relacionada a eles constituirão o sentido do gaúcho neste acontecimento. Isso ocorre porque, segundo Guimarães (2002, p.28), “o sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto”.

Pôde-se observar que *gaúcho* apareceu reescriturado por “ele, amigo”, de forma elíptica em “avistou, pensou, perguntou” e pela palavra “carreteiro”, no sentido de “aquele que tem como profissão dirigir uma carreta”. É possível chegar a este sentido, pois no enunciado “O gaúcho vinha em sua carreta”, *sua carreta* traz a ideia que o gaúcho é um carreteiro. Já a palavra *rapaz* aparece reescriturada por “guri, tu, esse cara, amigo” e de forma elíptica em “estou, disse, acabei”. Nota-se que ao reescrever a palavra *rapaz* por *guri*, aparece aí uma marca de linguagem regional que remete que o personagem que fala isso é gaúcho.

No entanto, será através da articulação das palavras *gaúcho* e *rapaz* que se terá uma ideia melhor do lugar ocupado pelo gaúcho em piadas brasileiras. Observe os enunciados a seguir:

(01) O gaúcho vinha em sua carreta **todo faceiro**.

(02) “esse rapaz deve **estar com fome**”.

(03) e perguntou **todo empolgado**.

Nos enunciados (01) e (02), *gaúcho* aparece articulado a “todo faceiro” e “todo empolgado”. As relações semânticas estabelecidas aí trazem um memorável de “felicidade”, “de pré-disposição a fazer algo”. Já no enunciado (02), o *rapaz* aparece articulado a “estar com fome” e isso contribuirá com a construção do humor e do estereótipo do gaúcho nessa piada visto que “estar com fome” foi empregada de forma ambígua nesse acontecimento.

Observe agora estes enunciados:

(04) O amigo não se agrada de **comer um carreteiro**?

(05) É que acabei de **comer um motoqueiro** ali atrás.

Nos enunciados (04) e (05), *rapaz* aparece articulado a “comer um carreteiro” e “comer um motoqueiro”. Nota-se que a aparente intimidade do gaúcho ao tratar o rapaz por “amigo” e por “guri bom” sugere uma intenção de “estreitar laços afetivos” com o rapaz desta enunciação que, associado a outros fatores, provocará a interpretação da fala de forma equivocada. Aí *comer* significa “manter relação sexual”, no caso da piada, com um carreteiro (04) e com um motoqueiro (05).

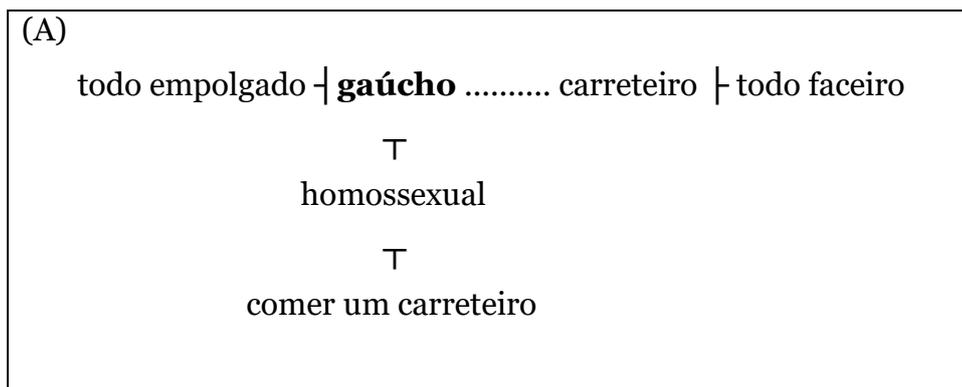
Ao agradecer o gaúcho pela oferta por já estar saciado - “*Não, muito obrigado, amigo! É que acabei de comer um motoqueiro ali atrás*” -, a fala do rapaz traz o memorável que gaúcho é homossexual em piadas brasileiras, visto que nesse acontecimento “comer um carreteiro” e “comer um motoqueiro” mostram que esta prática é comum em terras gaúchas.

Vale ressaltar ainda que a expressão “comer um carreteiro”, além de provocar humor por estar empregado de forma ambígua, traz uma marca de linguagem regional. Isso porque “carreteiro”, no sul do Brasil, é uma comida típica dessa região: é um arroz feito com diversos temperos, verduras e carne dentro.

É possível afirmar ainda que mesmo se na referida piada não aparecesse o nome “gaúcho”, ainda assim seria possível afirmar que se trata de uma “piada de gaúcho” por conta das marcas da linguagem regional presentes ali, tais como: “bah

guri, tchê, guri bom, comer um carreteiro”. Não se pode, entretanto, dizer o mesmo do outro personagem (rapaz). Isso porque em sua linguagem não aparece nenhuma marca regional, o que prova que a linguagem é importante para identificar um indivíduo, tornando-o pertencente deste ou daquele grupo.

Assim, pode-se observar o seguinte DSD:



No DSD (A), nota-se que **gaúcho** aparece determinado por “todo empolgado” e “todo faceiro”. Essas articulações trazem o sentido de que gaúcho é “fresco”, contrapondo-se a uma atitude comum de homem “macho”: bruto e sistemático. Associado a isso, gaúcho aparece em uma relação sinonímica com “carreteiro”, o que contribui para a construção do sentido de gaúcho nesse acontecimento, já que “comer um carreteiro” determinará o sentido de gaúcho nessa piada: “gaúcho é homossexual”.

Agora observe este segundo exemplo:

Conversa entre gaúcho e mineiro

Na lanchonete da esquina estava sentado um gaúcho e chega um mineiro, senta a sua frente e diz:

- *Estou com tanta vontade de comer que se possível comeria até um trem.*
- *Um trem? – disse o gaúcho.*
- *É, um trem, por quê?*
- *Piuí, tic tac, piuí, tic tac, piuí, tic tac.*

Considerando-se que “o sentido das expressões linguísticas tem a ver com os textos em que estão” (GUIMARÃES, 2011, p.40), para se compreender o sentido de

gaúcho no texto “Conversa entre gaúcho e mineiro”, serão utilizados os procedimentos enunciativos de produção de sentido, desenvolvidos no interior da Semântica do Acontecimento, assim como a noção de temporalidade.

O texto acima traz dois personagens – *gaúcho* e *mineiro* – que juntos constituirão o humor e a construção do estereótipo do gaúcho neste acontecimento. É interessante notar que *gaúcho* aparece aí reescriturado *apenas* por uma onomatopeia⁴, entendida aqui como “imitação aproximativa e já meio convencional de certos ruídos” (SAUSSURE, 2002, p.109), no final do texto: “Piuí, tic tac, piuí, tic tac, piuí, tic tac”; já *mineiro* aparece reescriturado de forma elíptica em “senta, diz, estou, comeria”.

Observe o enunciado a seguir:

(06) Estou com tanta **vontade de comer** que se possível **comeria até um trem**.

Em (06), *mineiro* aparece articulado a “vontade de comer” e “comeria até um trem”. Essas relações semânticas estabelecidas com a palavra “mineiro” associadas a palavra “lanchonete” presente no início da piada trazem o sentido de “comer comida”. Entretanto, a expressão “comeria até um trem”, utilizada pelo mineiro, acarretará uma resposta inesperada que provocará riso e humor ao texto. É importante notar ainda a presença do operador argumentativo, conceito desenvolvido por Ducrot em sua Teoria da Argumentação da Língua (TADL), *até*. Nesse acontecimento, a palavra *até* orienta argumentativamente para a conclusão “eu comeria qualquer coisa (= até um trem)”. Pressupõe-se⁵ que essa interpretação influenciou o personagem – gaúcho – a dar a sua resposta (inusitada).

A expressão “um trem”, para o locutor mineiro, é uma marca de linguagem regional do Estado de Minas Gerais que pode significar “qualquer coisa” ou “algo muito grande”. Contudo, a resposta do gaúcho no final da piada “Piuí, tic tac, piuí, tic tac, piuí, tic tac” demonstra que a compreensão do enunciado “comeria até um trem” significa outra coisa: manter relação sexual. Percebe-se isso pois “Piuí, tic tac, piuí, tic tac, piuí, tic tac” é uma onomatopeia, ou seja, é a tentativa de representar o som

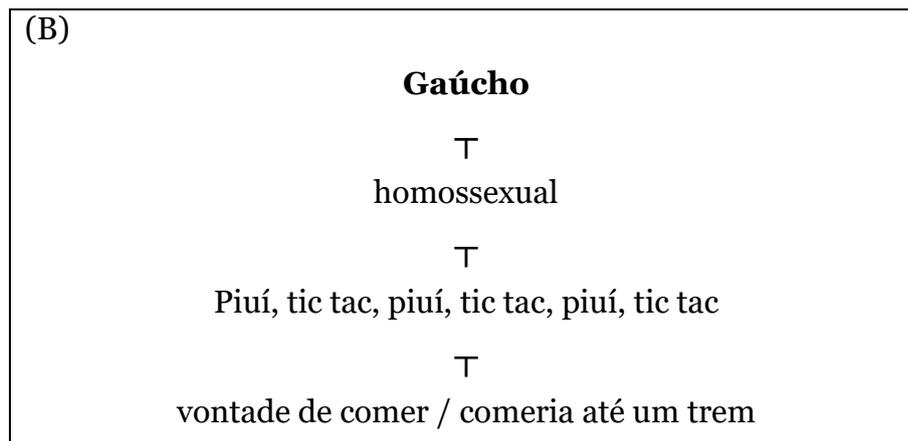
⁴ Essa reescrituração atribui um grande significado ao gaúcho nesse acontecimento, visto que recortará um passado enquanto memorável.

⁵ A palavra *pressuposto* empregada aqui leva em consideração o conceito de pressuposição desenvolvido por Ducrot (1987): “o pressuposto pertence antes de tudo à frase: ele é transmitido da frase ao enunciado na medida em que esse deixa entender que estão satisfeitas as condições de emprego da frase da qual ele é a realização” (p.33) e “a informação pressuposta é colocada à margem do discurso” (p.42). (DUCROT, Oswald. *Pressupostos e subentendidos (Reexame)*. In: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas-SP: Pontes, 1987. Tradução: Ana Maria Guimarães e Eleni Jacques Martins).

emitido pelo trem. Em outras palavras, ao dizer “Piuí, tic tac, piuí, tic tac, piuí, tic tac” complementando a fala do mineiro “eu comeria até um trem”, o gaúcho traz o sentido de que “Eu sou um trem, logo você pode me comer (no sentido de manter relação sexual)”. O efeito de humor encontra-se aí, nesse final inesperado, visto que “comer um trem” aparece de forma ambígua e recorta um memorável de que “gaúcho é homossexual” em piadas brasileiras.

É importante salientar que, mais uma vez, “comer” dentro de piadas de gaúcho produzidas aqui no Brasil traz um duplo memorável *comida x relação sexual*, reforçando o estereótipo que gaúcho ocupa um lugar de homossexual dentro de piadas. E isso é tão interessante que, na piada em estudo, não aparece nenhuma marca de linguagem regional que identifique o gaúcho – como ocorre com o mineiro – , mas, ainda assim, mesmo que o nome gaúcho não aparecesse no texto, seria possível dizer quem é o personagem, por conta do memorável presente aí.

Assim, é possível chegar ao seguinte DSD:



No DSD (B), pôde-se observar que **gaúcho** ocupa um lugar de homossexual. Isso ocorre porque “vontade de comer” assume aí um sentido de manter relação sexual, sentido esse que será reforçado pela articulação entre “comeria até um trem” e “Piuí, tic tac, piuí, tic tac, piuí, tic tac”. Isso projetará o sentido, trazido pelo memorável, de que “gaúcho é homossexual” em piadas brasileiras.

4. Considerações finais

Considerando-se que o sentido, para a Semântica do Acontecimento, é definido (ou se constitui) no acontecimento enunciativo, pôde-se perceber, através dos procedimentos enunciativos de produção de sentido – a reescrituração e a

articulação -, assim como da elaboração de um DSD que o gaúcho ocupa um lugar de homossexual em piadas brasileiras.

Notou-se ainda que a ambiguidade da palavra “comer” presente no texto 01, “comer um carreteiro” e “comer um motoqueiro”, e no texto 02, “comeria até um trem”, traz o memorável que gaúcho é homossexual visto que aí o que povoa o imaginário do leitor/ouvinte é o sentido de comer enquanto manter relação sexual. Associado a isso, foi possível observar ainda a presença de palavras regionais que serviram para identificar o sujeito – *gaúcho* (carreteiro) e *mineiro* (um trem) -, mas que ocasionaram uma dupla interpretação, gerando humor e contribuindo para a construção do estereótipo de gaúcho nesses acontecimentos.

O presente desses acontecimentos recorta o memorável “gaúcho é homossexual” e projeta um futuro de interpretações – a futuridade – que reforça esse sentido ocupado pelo gaúcho em piadas brasileiras. Assim em “Na minha terra só tem macho”, *macho* equivale a dizer “homossexual” visto que é esse o sentido que o gaúcho possui dentro de piadas produzidas e veiculadas aqui no Brasil.

Referências

DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos (Reexame). In: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Ana Maria Guimarães e Eleni Jacques Martins. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo & MOLLICA, Maria Cecília (orgs). **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos** 51. Campinas-SP: UNICAMP, jan./jun. 2009. p. 49-68.

_____. **Análise de texto**. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

RAMOS, Paulo. **Faces do humor**: Uma aproximação entre piadas e tiras. Campinas: Zarabatana Books, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28^a ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística.
DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada.
São Paulo, v.6, n.1, p.55-82, 1990.

Artigo recebido em: 14/11/2017

Aprovação final: 04/06/2018

SUJEITO, IDEOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA LETRA DE ROCK GERAÇÃO COCA-COLA, DE LEGIÃO URBANA

Anísio Batista Pereira¹

Resumo:

O presente estudo integra uma pesquisa de mestrado sobre identidades jovens construídas nos discursos do rock brasileiro da década de 1980, e se propõe a analisar a letra musical Geração Coca-Cola, da banda de rock brasileiro da década supracitada, Legião Urbana, objetivando problematizar o sujeito materializado no seu discurso. Para tanto, tomou-se como suporte teórico-metodológico conceitos como sujeito, discurso, sentido e formação ideológica, na concepção de Michel Pêcheux, este considerado o precursor da Análise do Discurso de vertente francesa. Assim, a análise pauta na problematização desses fatores ligados ao sujeito, o qual é materializado no discurso e resiste às formações ideológicas dominantes do período da ditadura militar, cujos valores não correspondem aos anseios da juventude vigente que apela pela revolução, ocorrendo uma espécie de desidentificação em relação às imposições políticas, sociais e culturais da época supracitada.

Palavras-chave: sujeito; discurso; ideologia; Legião Urbana.

Abstract:

The present study integrates a masters research on young identities constructed in the Brazilian rock discourses of the 1980s, and proposes to analyze the musical lyrics Coca-Cola Generation, from the Brazilian rock band of the decade mentioned, Legião Urbana, aiming to problematize the materialized subject in his speech. For this, concepts such as subject, discourse, sense and ideological formation were taken as theoretical-methodological support, in the conception of Michel Pêcheux, considered the forerunner of the French Speech Discourse Analysis. Thus, the analysis is based on the problematization of these factors related to the subject, which is materialized in the discourse and resists the dominant ideological formations of the period of the military dictatorship, whose values do not correspond to the yearnings of the youth in force that calls for the revolution, occurring a kind of disidentification in relation to the political, social and cultural impositions of the aforementioned time.

Keywords: subject; discourse; ideology; Legião Urbana.

¹ Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – UFG/RC/FAPEG. Contato: anisiopereira2008@hotmail.com.

Considerações iniciais

Pensando na crítica materializada nos discursos do *rock* brasileiro da década de 1980, este trabalho tem por objetivo problematizar o sujeito da letra musical *Geração Coca-Cola*, da banda Legião Urbana, de acordo com as concepções de Pêcheux, fundador da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. A letra foi tomada como enunciado, em que apresenta uma materialidade repetível (a língua), um suporte, uma data de produção, um campo associado e uma posição-sujeito. Assim, essa análise se fundamenta nas construções de sentido vinculadas à ideologia e à história, possibilitando problematizar esses conceitos na visão do supracitado teórico.

Atentando-se para a melhor forma de organizar as abordagens tendo em vista a própria extensão do artigo, este está dividido da seguinte maneira: em um primeiro momento, os conceitos ligados ao suporte teórico-metodológico foram problematizados e, em seguida, a análise da letra, elencando os resultados e as discussões, delineando para as considerações finais.

1. Sujeito, discurso, ideologia e sentido segundo Michel Pêcheux

O discurso pode ser entendido como a troca de sentidos entre sujeitos. Assim, não é possível entender o sujeito da linguagem desconsiderando a exterioridade, a memória, isto é, o interdiscurso. Para tanto, faz-se necessário perceber que além da língua propriamente dita, a ideologia é tomada por Pêcheux (1995) como elemento relevante do discurso, bem como considera Althusser (1970), no qual o primeiro autor se apoia para suas formulações sobre a teoria em questão.

Pêcheux (1995) revela que nas práticas discursivas, isto é, do que pode ser chamado de discurso, há de se considerar que além da materialidade linguística, existe também a interdiscursividade que diz respeito aos elementos sociais, vinculada às ideologias que acabam determinando o processo da linguagem. Essas considerações apontam para a constituição do sujeito ligada à historicidade, pelas relações com outros sujeitos, com discursos que remetem a outras produções discursivas anteriores, em que a memória pode ser tomada como aspecto da constituição de sentido do discurso.

A ideologia se constitui como elemento chave no processo da linguagem, pois “[...] a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos: [...] o indivíduo é interpelado

como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão” (PÊCHEUX, 1995, p. 124). Essas considerações evidenciam que o sujeito do discurso é social, marcado por ideologias e não individual.

Se por um lado o sujeito é interpelado por ideologia que o domina, por outro, é possível acionar o fator resistência, por exemplo, as lutas de classes, em que há confrontos entre classes dominantes e classes dominadas. Nessa vertente, considerando o que Pêcheux denomina de assujeitamento, pode ocorrer resistências, desidentificação por parte do sujeito que não se encaixa em determinada ideologia. Nesse processo de identificação e de resistência, o inconsciente ganha espaço, tendo em vista que esses fatores se ligam ao desejo como elemento integrante nessa moldura de forma-sujeito.

Nesse âmbito discursivo, pode-se estabelecer uma relação nítida entre discurso e sujeito, ambos se relacionam pela linguagem. Assim, de acordo com Orlandi (2007, p. 21), cujas formulações se baseiam em Pêcheux, “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

O discurso é produzido pelo sujeito que fala de um lugar social, fator que possibilita compreender, além dessas estruturas do discurso, o conceito de formação discursiva. Para entender mais nitidamente o conceito de sujeito segundo as concepções de Pêcheux (1995), faz-se necessário fazer um passeio pelo campo da formação discursiva, fator que está intimamente ligado ao discurso e ao sujeito. Segundo esse autor, entende-se por formação discursiva como aquilo que, em uma conjuntura dada, dentro de uma ideologia dada, é o que pode e deve ser dito em um determinado momento histórico. Assim, se um sujeito diz algo, suas ideologias e o momento histórico determinam que aquilo pode e deve ser dito. Se os sentidos estão intimamente ligados à ideologia, então vale destacar que os sentidos são dependentes dos sujeitos dos discursos, como condição da produção discursiva.

Diante do conceito de formação discursiva abordada por Pêcheux, vale ressaltar que se trata de uma formulação feita a partir da abordagem de Foucault (2009), que, em sua fase arqueológica [do saber], desenvolve essa questão, direcionando essa formação para os discursos com o mesmo sistema de dispersão. Além disso, esse filósofo aciona a formação social como elemento constitutivo da formação discursiva e Pêcheux acrescenta, no âmbito desse aspecto, a formação ideológica.

Essa formação ideológica abordada por Pêcheux na formação discursiva apresenta seu alicerce nas formulações de Althusser (1970), tendo em vista os aparelhos ideológicos do Estado, os quais influenciam as ideologias dos sujeitos e que, por sua vez, se ligam aos discursos. Esses aparelhos (escola, igreja, mídia...) acabam por dar ao sujeito uma formação, um direcionamento ideológico, aos quais esse sujeito se filia no sentido de dar permissão, legitimidade aos seus discursos. Nessa perspectiva, essas formações discursivas estão impregnadas nas formações ideológicas. Assim, “a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas [...] comportam uma ou várias *formações discursivas* interligadas (FUCHS, PÊCHEUX, 2010, p. 163-164, grifo dos autores).

Segundo Pêcheux (1995, p. 150):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito”.

Além desse processo de identificação apontado nas palavras citadas acima, outros pontos importantes são abordados, como formação imaginária, isto é, a visão que o sujeito do discurso apresenta em relação aos sujeitos receptores e vice-versa. Diante de tal questão, vale ressaltar que a leitura de determinado enunciado (discurso) pelo sujeito receptor, está intimamente ligada à sua ideologia, isto é, ao seu lugar social. O interdiscurso, considerando que seja o diálogo de um discurso com outro(s), é outro fator considerado por Pêcheux, já que todo discurso está ligado a outro, formando um entrelaçado, o pré-construído.

Esses apontamentos sobre os enunciados na perspectiva pecheutiana, podem ser relacionados às considerações de enunciado na visão de Foucault (2009), contidos na sua Arqueologia [do saber]. Nesse trabalho, Foucault aborda o enunciado como acontecimento, relacionando-o com a história, determinando as condições sócio-históricas para seu aparecimento e não outro em seu lugar. Ainda que apresenta um domínio de memória, isto é, em que um enunciado é originário de outro(s) já construídos anteriormente, essas condições históricas o tornam singular. Além disso, todo enunciado serve de base para a construção de futuros enunciados. Nessa perspectiva, Foucault (2009) denomina de arquivo todo o conjunto de

discursos produzidos em determinado momento histórico. Essa memória discursiva é entendida como “pré-construído” por Pêcheux (1995) e Maldidier (2003).

Assim, além desse efeito de memória, dado pela interdiscursividade, o efeito subjetivo também encontra sua importância nesse processo, tendo em vista a sua marca na linguagem. Assim, a formação discursiva, indo para além da materialidade linguística, sublinha os efeitos de sentido dos discursos, tendo em vista os traços sociais do sujeito produtor do discurso.

Tomando o enunciado na concepção de Foucault, na sua fase arqueológica, é possível considerar o discurso como acontecimento, entrando em consonância com Pêcheux (2008) quando também o considera na sua abordagem. Para este, o discurso envolve dois aspectos: a estrutura, que considera a língua como fator de materialidade do discurso; e o acontecimento, que se vincula ao fator histórico. Nessa direção, é possível afirmar que tanto a materialidade linguística quanto seus fatores externos apresentam sua relevância discursiva, em que os dois autores destacados consideram o fator histórico como elemento decisivo no processo.

Nessa direção, o discurso está intimamente ligado à ideia de sentido. “O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 47).

Aliada à ideia de formação do sujeito está a ideologia, considerada como posição do sujeito do discurso. Em relação à ideologia, é possível afirmar que a mesma se dá pelo sujeito pertencente a um grupo social, assumindo as mesmas posições (crenças, convicções, traços culturais, dentre outros fatores) dentro da esfera social.

Linguagem e ideologia estão diretamente ligadas, uma vez que a ideologia é materializada na linguagem. Dessa forma, estão presentes nos discursos, os quais se dão por meio da linguagem, a(s) ideologia(s), já que todo enunciado é produzido por um sujeito ideológico, tendo em vista sua inserção social e o contexto histórico. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2007, p. 46).

Dessa forma, tomando por base as considerações dessa referida autora, o sujeito é formado no âmbito da linguagem, marcada pela ideologia, isto é, esta última é responsável por inscrever o indivíduo na condição de sujeito. E é por meio dessa ideologia que o discurso é produzido, materializado na linguagem. Além disso, sobre a relação ideologia-discurso-língua, Orlandi (2007, p.17), em leitura de Pêcheux,

aborda que, “partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia”.

As palavras da autora apontam para a relação fundamental entre alguns elementos no processo de produção do discurso pelo sujeito, em que um depende do outro. Diante de tais afirmações, é possível afirmar que todo discurso é produzido por um sujeito, o qual não o diz de um lugar qualquer, mas indica seu lugar social, o qual é marcado por ideologias. Assim, a materialização desse discurso se dá por meio da língua, a qual possibilita a produção dos discursos. Nesse raciocínio, tomando as formulações de Pêcheux (1995) no que tange ao sujeito e sua influência na semântica do discurso, afirma-se que o lugar sócio-histórico do sujeito influencia na produção dos discursos e dos sentidos.

Diante dessas considerações acerca do discurso, o qual se dá com vistas à ideologia e por meio da linguagem, é possível estabelecer uma ponte entre esses conceitos e a letra musical *Geração Coca-Cola*, interpretada pela banda Legião Urbana. Sob essa ótica, faz-se necessário o reconhecimento de que as definições e esses discursos têm por objetivo, antes de qualquer outra função, destacar algumas possibilidades acerca dos posicionamentos dos sujeitos, suas formações ideológicas e efeitos de sentido materializados na letra.

2. Análise de *Geração Coca-Cola*

De acordo com Dapieve (1995), a letra da música *Geração Coca-Cola*, interpretada pela banda Legião Urbana, pertence ao álbum homônimo da banda, lançado em 1985, de autoria do integrante Renato Russo. O que se percebe nessa letra é um discurso que aponta para uma juventude revolucionária que foge do comodismo e apela por algo diferenciado, novas formas de práticas culturais, novas ideologias.

Geração Coca-Cola	
(Renato Russo)	
Quando nascemos fomos programados	Depois de 20 anos na escola
A receber o que vocês	Não é difícil aprender
Nos empurraram com os enlatados	Todas as manhas do seu jogo sujo
Dos USA, de nove às seis	Não é assim que tem que ser
Desde pequenos nós comemos lixo	Vamos fazer nosso dever de casa
Comercial e industrial	E aí então vocês vão ver
Mas agora chegou nossa vez	Suas crianças derrubando reis
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês	Fazer comédia no cinema com as suas leis
Somos os filhos da revolução	Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião	Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação	Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola	Geração Coca-Cola
	Geração Coca-Cola
	Geração Coca-Cola
	Geração Coca-Cola

Quadro 1: Letra do rock em análise.

Escrita em primeira pessoa do plural, a letra estabelece uma dicotomia entre os termos “nós” e “vocês”, como marcas linguísticas utilizadas para demarcar duas categorias de sujeitos que se confrontam, isto é, duas ideologias que se contrastam, como se percebem nos enunciados abaixo. Por outro lado, os termos no plural apontam para o sujeito da linguagem que não assume caráter individual, mas coletivo, tendo em vista que o discurso se vincula ao social.

Algumas marcas linguísticas merecem destaque nesses enunciados. “Quando” refere-se a uma marca temporal, termo que indica a presença do sujeito no discurso, localizando-o no tempo/espço, ideologia na linguagem. O sujeito do presente faz um relato que apresenta seu início em tempos remotos, reforçado por “Desde pequenos”, traçando um percurso do nascimento, vivência escolar, enfim influências vindas de outro lugar. Posteriormente ao relato do passado, o sujeito dá início à contraposição ao “vocês” (geração militar) com a expressão “Mas agora”. Essa expressão aponta para uma reação, no presente, em relação à vivência no passado.

Além do exposto, pode-se tomar a letra *Geração-Coca-Cola*, para leitura, sob o ponto de vista de aspectos históricos e sociais, tendo em vista as influências norte-americanas no modelo educacional e consumista brasileiros. Essa geração referida, da década de 1980, jovens que tiveram suas infâncias nas décadas anteriores, viveu

esse modelo educacional baseado nos moldes dos EUA, pelo acordo entre o Brasil e o referido país (MEC-USAID, década de 1960), na época da ditadura militar. Além disso, o consumismo se dá com base nos produtos consumidos pelos norte-americanos que são adotados no nosso país. Nessas circunstâncias, os jovens, que viveram sua infância na década de 1970, época do regime político militar e que houve esse acordo educacional com os EUA, vivenciaram essa educação e consumo importados, servindo como base para a construção dos discursos que se percebem nos enunciados da letra. Daí é possível detectar os efeitos de sentido na expressão “Geração Coca-Cola”: crítica ao modelo educacional norte-americano adotado pelo Brasil e o consumismo, isto é, gosto dos brasileiros pelos produtos importados do referido país norte-americano. Assim, esses efeitos de sentido são produzidos, no discurso, pelos e para os sujeitos (ORLANDI, 2007).

Esses aspectos materializados na letra musical apresentam as construções de sentido pautadas em uma memória, isto é, o chamado pré-construído (MALDIDIER, 2003), sugerindo a implantação desse novo modelo educacional no Brasil e o sujeito, representando sua geração, vivencia desde a infância essas imposições ideológicas. Nessas circunstâncias, esses sujeitos se constituem pela interpelação de uma ideologia baseada no consumo de produtos industrializados, pela censura cultural e de outras formas de expressões, bem como a formação escolar pautada no modelo norte-americano. Assim, o discurso é baseado em uma memória que serve de pano de fundo para a construção dos sentidos do discurso, cujo sujeito, apesar de sua condição burguesa, se contrapõe às ideologias impostas e apelam para outras formas de valores, outras ideologias. Além disso, tal memória se filia a ideia de tomar o discurso como acontecimento, tendo em vista seus fatores externos que se relacionam à história e são materializados na língua (Pêcheux, 2008).

Percebe-se um espírito de reação do(s) sujeito(s) em relação às imposições que sempre aconteceram, ao que tudo indica, dos governantes, em relação ao consumo pautado pelas importações dos Estados Unidos (“Nos empurraram com os enlatados dos USA, de nove às seis”), impondo aos sujeitos uma ideologia baseada na cultura de consumo pautada nos produtos norte-americanos. São evidenciadas as relações ideológicas entre os sujeitos do discurso, isto é, “nós” e o “vocês” (provavelmente os governantes) para quem o discurso é dirigido. Isto é, “nós” refere-se ao grupo jovem, nascidos e criados na época da ditadura militar e “vocês” a própria geração militar.

Nessa direção, trata-se de classificações de sujeitos, se encaixando no conceito de identificações grupais, em que o sujeito se identifica por uma ou por outra

ideologia (PÊCHEUX, 1995). Nessa perspectiva, a luta desses sujeitos jovens do discurso, marcados por uma formação ideológica imposta pelo Estado, se baseia na perspectiva de conquista de mais espaços na sociedade, de ter direito de vivenciar suas próprias ideologias, tendo em vista suas aspirações no momento histórico dado.

O recorte enunciativo aponta para a formação de uma ideologia consumista imposta de acordo com os moldes norte-americanos, bem como é evidenciado pelos termos “programados” e “empurraram”, dada pelo consumo dos produtos importados, bem como pelo modelo educacional vigente (inserção da Língua Inglesa no Ensino Fundamental, retirada de disciplinas como Sociologia e Política). A marca linguística “Mas agora” indica reação, mudança de posicionamento do sujeito, que sai do conformismo para uma possível mudança identitário-ideológica, de acordo com seus anseios. “Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês” sugere inversão de posicionamentos entre os sujeitos, que desde sempre mantiveram as posições ideológicas bem demarcadas: dominantes x dominados. Essas diferenças em relação às ideologias, bem como se percebem nos termos “nós” e “vocês” apontam para a constituição de discursos ideologicamente contrastivos, possibilitando relacioná-los ao que Pêcheux (1995), em uma releitura de Althusser (1970), denomina de luta de classes, em que há demarcações de sujeitos que se apresentam formações e posicionamentos opostos em relação aos segmentos sociais ou frente às temáticas vigentes. Nesse contexto, vale destacar a escola como aparelho ideológico do estado como fator de influência à ideologia estabelecida aos sujeitos.

Tomando os enunciados dessa letra musical como discurso que revela posição-sujeito de acordo com as considerações de Pêcheux (1995), é possível relacionar tais posições com a ideologia. Nessa direção, afirma-se que o sujeito em questão pertence à classe burguesa, que, historicamente, trata-se da classe dominante brasileira. Porém, o discurso é dirigido a outro sujeito, governante (ditadura militar), tendo em vista a censura e imposições que aniquilam a liberdade do sujeito enquanto cidadão pertencente a uma sociedade de ideologia contrária aos valores impostos na época.

“Somos os filhos da revolução” sugere o caráter de herança do sujeito, burguesia ditatorial, bem como pela repetição do termo “somos” que reforça essa tese, tendo em vista que as mudanças sociais significativas também podem vir da classe burguesa. Nesse contexto, vale ressaltar que boa parte dessa geração ligada ao *rock* eram filhos de classe média, com poder aquisitivo. Além disso, o discurso de promessa de mudança se projeta para o futuro (“Somos o futuro da nação”).

No enunciado “Todas as manhas do seu jogo sujo” o que predomina é a ideia de que o aprendizado das regras ensina a jogar. Nessa direção, entra em cena a premissa de que o sujeito só pode questionar ou propor mudanças se conhecer o jogo que se joga. Assim, nessa perspectiva, percebe-se uma espécie de resistência do sujeito em relação à geração militar.

O enunciado que “brinca” com a linguagem metafórica pode ser percebida em “Fazer comédia no cinema com as suas leis”, efeito de sentido que sugere que as leis não dão conta da realidade. Esse discurso metafórico traz à tona o jogo de que se aprende a jogar jogando, assim como se aprende uma tarefa escolar, essa geração, com desejo de revolução, aprendeu com os políticos como fazer a revolução social, inclusive podendo ser entendida como a derrubada da ditadura e a conquista da democracia.

A ideologia expressa pelo sujeito dá lugar à inquietação, sendo ideologizado, no passado, pelo que lhe é imposto, atizando o inconformismo, recorrendo à revolução como prática capaz de realizar a mudança de lugares desses sujeitos. Dessa forma, se até então essa classe pertencente ao sujeito fora interpelada por uma ideologia dominante, considerando-se que o sujeito é interpelado pela ideologia (FUCHS, PÊCHEUX, 2010), agora emerge a resistência a essa formação ideológica em busca de outra(s). Funda-se, assim, uma forma-sujeito marcada entre a ideologia e o desejo (PÊCHEUX, 1995).

3. Considerações Finais

Pelas análises da letra musical *Geração Coca-Cola*, percebe-se um sujeito pertencente a uma classe burguesa, bem como materializado no discurso da letra e perceptível pela própria juventude ligada ao *rock* brasileiro da supracitada década que era na sua maioria filhos de classe média alta, sobretudo os integrantes das bandas. Porém, afirma-se que a ideologia defendida pelo sujeito vai ao encontro dos anseios de toda a classe populacional, sobretudo a mais baixa, que também integra os sujeitos representados pelo sujeito do discurso. Assim, o que se percebe é uma contestação em relação às ideologias impostas pela classe governante, cujos sistemas de consumo, bem como educacional e formas de se governar da época não correspondem aos anseios da juventude representada pelo sujeito do discurso. Nessa direção, esse choque ideológico pautado no discurso, entre os sujeitos (jovem rico e/ou pobre e classe política) se fundamenta na história, já que se trata de imposições

historicamente marcadas e a ideologia revolucionária vem à tona frente ao sistema governamental vigente.

Discografia

RUSSO, Renato. Geração Coca-Cola. Intérprete: LEGIÃO URBANA In: LEGIÃO URBANA. *Legião Urbana*. Rio de Janeiro: EMI, p1985. 1 LP. Faixa 6.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1970.

DAPIEVE, Arthur. **Brock: o rock brasileiro dos anos 80**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADER, Françoise; HAK Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani [et al.]. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-250.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Artigo recebido em: 06/12/2017

Artigo aprovado em: 25/04/2018

REFLEXÕES ACERCA DA “MULHER DE SORTE” E DO “HOMEM DE SORTE” NA PUBLICAÇÃO “BELA, RECATADA E DO LAR”

Karla Roberta Neumann¹

Vivian Elis Golfetto Ramos²

Resumo:

Esse trabalho objetiva compreender os efeitos de sentido das expressões “mulher de sorte” e “homem de sorte” no texto publicado pela revista Veja, “Bela, recatada e do lar”, à luz da teoria da Análise de Discurso de linha francesa. Os efeitos de sentido da “mulher de sorte” presentes na publicação retornam algumas memórias com relação à história de lutas das mulheres pelos seus direitos, com relação à independência e à visão da mulher como símbolo de beleza, mas também apontam para os não ditos com relação ao contexto político no momento do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O efeito de sentido possibilitado pela expressão “homem de sorte” indica que casar com uma mulher bonita e mais nova, bem como cuidadora do lar, é o ideal e, no caso de Michel Temer, ter sorte é também ter assumido a presidência da república sem ter sido eleito diretamente.

Palavras-chave: Análise de discurso; Efeitos de sentido; Memória; Mulher de sorte e homem de sorte.

Abstract:

This paper is aimed at understanding the meaning effects of the term “lucky woman” and “lucky man” in the text published by “Veja” magazine, entitled “Bela, recatada e do lar” [a woman who is beautiful, demure and a housewife], according to the French Discourse Analysis theory. The meaning effects of “lucky woman” present in the publication bring back memories regarding the history of women’s struggle for their rights, independence, and how the woman is seen as a symbol of beauty, but also reveal what is unspoken in relation to the political context of President Dilma Rousseff’s impeachment. The meaning effects enabled by the term “lucky man” reveals that marrying a beautiful and younger woman, who takes care of the home, is the ideal and, to Michel Temer, being lucky also means becoming the President of the Republic without being directly elected.

Keywords: Discourse analysis; Meaning effects; Memory; Lucky woman and man.

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Londrina, especialista em Alfabetização e Letramento, pela Faculdade Eficaz, graduada em Letras Português/Inglês, pela Universidade Estadual de Maringá. Contato: karlaneumann2@gmail.com.

² Mestranda do programa de Pós-Graduação em Letras, pela Universidade Estadual de Maringá, graduada em Letras Português/Francês, pela Universidade Estadual de Maringá. Contato: vivian_elis@hotmail.com.

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar os efeitos de sentido das expressões “mulher de sorte” e “homem de sorte” no texto publicado pela revista Veja, “Bela, recatada e do lar”³. O interesse pelo tema surgiu após a repercussão da reportagem, em que Marcela Temer é colocada como um exemplo a ser seguido pela mulher brasileira. Observou-se grande polêmica em torno da coluna da jornalista Juliana Linhares, a qual descrevia o cotidiano e as qualidades da futura primeira-dama do Brasil. Nesse sentido, considera-se de suma importância para os estudos da Análise de Discurso a reflexão que o material proporciona, acerca de seus efeitos de sentido e de que forma eles se direcionam às diversas formações discursivas.

A interpretação do objeto de análise realiza-se por meio dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa, de acordo com Michel Pêcheux. Foram mobilizados alguns conceitos, no que diz respeito aos efeitos de sentido, memória discursiva e os jogos parafrásticos e polissêmicos, para que se pudesse interpretar os ditos, já-ditos e não-ditos sobre o que a primeira e a última afirmação do texto: “Marcela Temer é uma mulher de sorte” e “Michel Temer é um homem de sorte”.

Além disso, foi necessário recorrer a estudos históricos relacionados à representatividade da mulher no Brasil, em que se optou por trazer o estudo de Mestre (2004) e, também, leituras sobre a política brasileira e a trajetória da revista Veja, bem como críticas publicadas sobre o periódico, como no estudo de Makhoul (2009).

Essa transição entre as diversas áreas é justificada, pois a Análise de Discurso de linha francesa se constitui enquanto uma “área transdisciplinar”, que caminha entre linguística, materialismo histórico e psicanálise. Orlandi (2005) confirma que

A Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise (ORLANDI, 2005, p. 20).

Dessa forma, na “análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral,

³ Reportagem publicada na versão digital da revista Veja: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 15). Assim, a ideia de percurso, de movimento, é o que mobiliza questões que, muitas vezes, podem estar cristalizadas nas formações da nossa sociedade. Orlandi (2005) também ressalta que

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento (ORLANDI, 2005, p. 31).

1. “Bela, recatada e do lar”.

A reportagem foi publicada na revista *Veja*, em sua versão digital, no mês de abril de 2016, na categoria “Brasil”, com o título “Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar’”. A linha fina da matéria trazia a seguinte informação: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”. Após essa introdução, uma foto de Marcela Temer estampa a coluna:



Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos (Bruno Poletti/Folhapress)

Imagem 1: Fonte: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

Com um papel descontraído, típico de revistas femininas do início do século XX, a revista trouxe outros vieses com essa reportagem, visto que as colunas e notícias sempre se mostram voltadas para o contexto das bases políticas no Brasil. No entanto, o tom em que o cotidiano de Marcela Temer foi relatado e detalhado causou revolta a boa parcela de mulheres, já que traz a até então vice-primeira-dama como um ideal a ser seguido, devido à sua beleza, sua discrição ao se vestir e sua dedicação para cuidar da casa, segundo a revista.

Esse relato sobre Marcela Temer pode ser visto como algo mais que uma simples base informativa do que faz a até então vice primeira-dama. Na semana em que ela foi lançada, culminava no país um fervor acerca do possível *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Em certa ocasião, foram feitos adesivos para carros contendo uma montagem de uma foto sua com as pernas abertas na tampa da entrada da bomba de combustível, mostrando mais uma vez o desrespeito não somente contra ela, mas contra todas as mulheres. Mulher, sem marido e com aparência fora dos padrões estabelecidos pela sociedade e pela mídia, Dilma sempre foi alvo de piadas. Logo após sua reeleição, essa intolerância teve um destaque maior, devido a insatisfação dos opositores políticos, fazendo com que as pessoas ocupassem as ruas em protesto. No entanto, de acordo com Sargentini (2017), em sua pesquisa sobre a intolerância no discurso político contemporâneo, “a intolerância sexista também ocupa as ruas em cartazes como: ‘Não deixe ela se safar! Nem quem a vaca tussa!’ Ou simplesmente, ‘Dilma, sua vaca.’ Foram muitos os insultos expostos em cartazes ou vociferados em protestos de rua” (SARGENTINI, 2017, p. 288). Para a pesquisadora, esses insultos representam um momento de ódio e intolerância em que o país se encontrava/encontra e, também, compreende que há um sexismo no meio político, em relação à mulher.

Marcela Temer não tem uma carreira na política e sua vida profissional consiste em pequenos trabalhos como modelo, como afirma a própria reportagem. Entretanto, a mídia já vinha tentando dar um destaque à vice primeira-dama⁴, como uma mulher, esposa e mãe ideal, gerando revolta nas redes sociais, já que sua rotina é uma exceção, devido ao seu nível social.

Assim, faremos uma reflexão que nos permite uma leitura mais profunda do conteúdo disposto, isto é, não apenas na sua superficialidade, mas uma leitura de acordo com os gestos de interpretação possibilitados.

⁴ Algumas reportagens entre o final do ano de 2015 e o começo de 2016 trouxeram notícias de que Marcela Temer estaria grávida, entre outras notícias para se destacar a importância do papel da vice-primeira-dama como mulher influente na sociedade e intelectual:

<<https://vejasp.abril.com.br/blog/terraco-paulistano/marcela-temer-esta-gravida-do-segundo-filho/>>

<<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/12/mulher-de-temer-da-dicas-de-leitura-ao-vice-presidente.html>>

2. Mulher de sorte e homem de sorte

A reportagem foi publicada na versão eletrônica da revista *Veja*, no dia 18 de abril de 2016, de autoria da jornalista Juliana Linhares. A jornalista em questão já é conhecida no universo feminista por publicar matérias que produzem discursos penderes para a formação discursiva machista, como chamar as atrizes de *Hollywood* de “mimadas”, quando pediram igualdade de salários⁵.

A revista *Veja* constantemente é alvo de críticas nas redes sociais e em outras redes de notícias, além de em trabalhos acadêmicos, em virtude de uma possível imparcialidade com relação à política, o que põe em dúvida sua credibilidade. Fábio Jammal Makhoul, em sua dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fez um estudo sobre a cobertura da revista *Veja* acerca de uma passagem da política, em que houve o escândalo do mensalão, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como conclusão, Mackhoul mostrou os dois lados, tanto da revista, quanto do governo em questão, mas também destacou a questão da parcialidade, com base em outro estudo feito:

Um levantamento das capas de *Veja* feito pelo jornalista Anselmo Massad (*Revista Fórum*, edição 29, agosto de 2005) mostra como o semanário protegeu o presidente Fernando Henrique dos escândalos de seu governo. Em 1997, um ano antes da reeleição do tucano, FHC se via envolvido numa série de escândalos, como o caso da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição e as denúncias de corrupção nos processos de privatização. Naquele ano, apenas uma capa foi feita sobre o assunto, com o rosto de Sérgio Motta, então ministro-chefe da Casa Civil, e a chamada “Reeleição” e “A compra de votos no Congresso”, em letras menores. A palavra corrupção não aparecia em destaque como ocorreu com o governo Lula (MAKHOUL, 2009, p. 204-205).

Com isso, Mackhoul confirma algumas críticas, as quais denunciam que os colonistas da revista publicam matérias que se mostram ao lado de setores conservadores e elitistas da política brasileira.

A reportagem sobre Marcela Temer parece representar o mesmo tom das revistas femininas do início do século XX, as quais traziam “dicas” para o público

⁵ A reportagem de março de 2015, sob o título “Vamos perguntar a elas?”, ironiza o discurso da ganhadora da categoria Atriz Coadjuvante, no Oscar 2015, Patrícia Arquette, que criticava a disparidade salarial entre homens e mulheres nos EUA, especialmente na indústria do entretenimento.

feminino. O texto começa afirmando que Marcela é uma mulher de sorte, depois discorre sobre o porquê disso.

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no toailete, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. [transcrição nossa] [grifos nossos] (LINHARES, 2016).

3. O que significa ter sorte?

Com a publicação da reportagem, houve um interesse da pesquisadora em entender qual seria a definição das expressões “mulher de sorte” e “homem de sorte”, fora desse contexto da reportagem, sem que as pessoas soubessem sobre o que se trata. Como uma tentativa de compreender, mesmo que superficialmente, como pensa a sociedade do século XXI⁶ acerca do assunto, também foi feita uma pesquisa informal para perguntar o que as pessoas acham que seria uma mulher de sorte e um homem de sorte.

Para se ter ideia da opinião das pessoas sobre o que seria ter sorte, lançamos o seguinte questionamento, por meio de uma pesquisa rápida, na rede social *Facebook*: “para você o que é ser uma mulher de sorte?” A intenção dessa pesquisa não era obter dados formais, como seria em uma entrevista, por exemplo.

Busca-se ressaltar que essa pesquisa é apenas um paralelo ao estudo da reportagem, visto que no decorrer das leituras da base teórica e das releituras do material de análise, essa ideia emergiu para acrescentar como um comparativo dessas duas afirmações em questão.

⁶ Não cabe a esse trabalho generalizar o pensamento de toda sociedade por meio de uma pesquisa informal em rede social. No entanto, a pesquisa teve o intuito de ilustrar como uma expressão pode ser cristalizada em certos grupos sociais.



Imagem 2: perfil pessoal da rede social Facebook e aplicativo Messenger.

Obtivemos as seguintes respostas, agora transcritas:

Comentário 1: “Ganhou na mega sena rrsrrs”.

Comentário 2: “é aquela que é feliz, seja qual for o momento o qual vive. Mulher independente e que batalha dia-a-dia”.

Comentário 3: “Magra rrsrrs”.

Comentário 4: “A palavra sorte me incomoda”.

Comentário 5: “Sorte é quando a oportunidade encontra uma mente bem preparada. Mas eu acho que é aquela que acha dinheiro no bolso da calça”.

Comentário 6: “mulher de sorte é aquela que alcança seus objetivos apesar do pouco esforço/dedicação; ou... aquela que consegue obter algo que, embora inesperado, a realiza de uma ou outra forma”.

Comentário 7: “Aquela que tem dinheiro para pagar uma empregada doméstica”.

Comentário 8: “[...] Enfim, é difícil dizer tudo em poucas palavras, mas o que me vem à cabeça agora é que uma mulher de sorte é aquela feliz por ser independente nos sentidos que desejar, confiante sobre seu lugar na sociedade, seu corpo e suas ideias, “livre”, rodeada de uma sociedade que a valoriza e a trata como ser humano digno... E concordo com o pessoal acima, ao menos em partes (encontrar dinheiro na calça, principalmente pra pagar a empregada, é uma baita sorte)”.

Comentário 9: “É aquela que olha pra si mesma e gosta do que vê e tem a liberdade e a coragem de buscar e lutar pelos seus ideais e decidir o seu destino”.

Dentre esses comentários, apenas um homem respondeu, que é referente ao comentário 5. O discurso marcante nas respostas, quase que em sua totalidade, relaciona “sorte” como conseguir ser bem-sucedida, o que não tem relação com enriquecer, mas ser resolvida independente do *status* social, e ter independência.

Essa pergunta também foi respondida pelo aplicativo *Messenger*, vinculado ao *Facebook*, seguindo um discurso diferente:

Resposta: “Sorte é ter algo que você não espera ter, ganhar um sorteio, num jogo, etc. Ter liberdade, controle sobre si, são direitos, os quais a sociedade nos dá e nos tira. Quando a mulher consegue transgredir essas regras, ela é considerada de sorte. Mas é numa visão equivocada. Não é sorte, é direito. Só que muitas vivem distante disso, pois está no patriarcado”.

Para essa mulher, a leitura que ela fez da questão foi além das respostas naturalizadas. No entanto, vale destacar que ela faz parte de um grupo de estudos culturais, de pós-graduação, voltado para a pesquisa da diversidade de gênero.

A definição do dicionário traz que “sorte” é

1. Aquilo que determina a vida de alguém ou algo; destino, fado: *Ele foi uma vítima da sorte.*
2. Aquilo que acontece de uma forma casual; coincidência; causalidade: *Encontrei a loja por sorte.*
3. Boa estrela, felicidade, ventura: *Não estudou, mas, por sorte, passou no concurso.*
4. Fim, termo: *Ele não teve boa sorte.*
5. Espécie, tipo: *O bar era frequentado por gente de toda sorte* (ABL, 2008, p. 1199).

“Sorte”, em um de seus significados “primários”, ou seja, no sentido de que é a definição que inicialmente se encaixa com a definição do dicionário, está relacionada a ganhar algo, um prêmio num sorteio. Tanto que várias respostas trouxeram, em um tom de humor, que uma mulher de sorte é aquela que ganha na “megasena”.

De acordo com a Análise de Discurso, o sujeito é interpelado pela ideologia e, desse modo, se inscreve em uma determinada Formação Discursiva (FD). O sujeito é constituído pelo e no discurso, não sendo origem do sentido nem autor do seu dizer. Essas mulheres que responderam rapidamente a essa pesquisa representam sujeitos que parecem estar inseridos em uma FD considerada conservadora. Por isso, explica-se a latente resposta de independência relacionada à sorte.

A Análise do Discurso leva em conta as condições de produção, que são pensadas em seu sentido estrito, que é o contexto imediato da enunciação, e o sentido amplo. No sentido amplo, para Orlandi (2005, p. 30-31), as condições de produção referem-se não apenas ao contexto sócio-histórico, mas também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória, que a autora chama de interdiscurso.

Assim, a formação discursiva se constitui por meio do interdiscurso, que seria o já-dito que sustenta todo o dizer. O interdiscurso

[...] longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-aforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (ORLANDI, 2005, p. 158).

Quanto a isso, Orlandi se refere aos esquecimentos: o esquecimento nº 1, que é a ilusão que se origina de um apagamento, “o sujeito tem a impressão (a ilusão) de que é ele próprio a fonte desse sentido, isto é, ele se representa como criador absoluto de seu discurso. Esse apagamento é um apagamento total e podemos chamá-lo inconsciente, ideológico” (ORLANDI, 1988, p. 10); e o esquecimento nº 2 é parcial e semiconsciente, ou seja, o sujeito imagina que tem o domínio de seu dizer, selecionando e excluindo algumas palavras em detrimento de outras. “Esse esquecimento dá ao sujeito a impressão, a ilusão de realidade do pensamento, ou seja, o discurso se apresenta como reflexo de seu conhecimento objetivo da realidade” (ORLANDI, 1988, p. 10-11).

Esse discurso acerca da mulher de sorte relacionado à independência, liberdade, é algo que está naturalizado no universo feminino como algo que precisa ser alcançado e conquistado. Esse “esquecimento”, que é de ordem do interdiscurso, produz no leitor a “impressão da realidade do pensamento” (ORLANDI, 2005, p. 35), que seria a ilusão referencial. Nesse sentido, entende-se que o esquecimento está

relacionado com o que Pêcheux chama de memória discursiva. A memória discursiva, diferente da memória da “lembrança”, não deve ser entendida como “memória individual”, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Ou seja, é essa memória que possibilita que os discursos já ditos sejam “atualizados” por meio de outros discursos.

Retomando discursos cristalizados na sociedade, do que era aceitável ou não para as mulheres, até o início do século passado, podia-se considerar que as “mulheres de sorte” eram aquelas que encontravam um bom partido. Mas, quem era bom partido? Um homem rico – branco –, de família tradicional e, se possível, famosa na sociedade.

Pode-se observar esse conceito no estudo de Mestre (2004) que, em sua tese de doutorado, pesquisou sobre a vida das mulheres do século XX, na cidade de Curitiba, “como representam suas experiências e como, durante seus depoimentos, o filtro da memória mostra o arraigamento ou metamorfoses dos modelos que cada época ou sociedade veicula e, assim, permitem a construção de identidades” (MESTRE, 2004). Quando se trata de casamento, a autora afirma que

[...] constituir uma família, a conjugal, poderia ter como fim outras possibilidades, outras finalidades, tais como: constituir prole ou garantir companhia permanente. Poderia também servir como fuga de uma vida enfadonha e solitária ou de um ambiente adverso e sufocante. Ou ainda ser produto da crença que esse fosse o único caminho de vida disponível para elas em face do discurso ao qual estavam submetidas, pelas mais diversas instituições sociais: Estado, Igreja, família, escola e até pela medicina. (MESTRE, 2004, p. 56).

Uma das entrevistadas feitas por essa pesquisadora confirma em sua fala a questão do “bom partido”.

Eu, para me safar, aceitei namorar o velho. Coitado, ele era bonzinho, me dava joias, cuidava bem de mim, fazia minhas vontades e meu pai e mãe me pressionando, resolvi casar. Aceitei, pois achava que ninguém mais ia me querer, depois do que o da janela tinha dito. Eu era burra e pateta, queria escapar daquele horror; ele dizia que a família era isso e aquilo, gente grande, fazendeiro no interior e advogado. Era mesmo, mas a família nem queria saber dele, queriam era se livrar dele e eu fui nesse embrulho. Vi aí a oportunidade de subir, de sair de lá. Me enganei. Foi horrível. Quem não conhecia pensava mesmo que iria ser um mar de rosas. Fui empurrada para ele... (MESTRE, 2004, p. 29).

4. Gestos de interpretação

Retornando para o cotidiano de Marcela Temer, em uma primeira leitura, é possível compreender que, para o sujeito-autor, Marcela é uma mulher de sorte por ser casada com um homem bem mais velho, rico e poderoso, que chega a fechar um restaurante finíssimo apenas para os dois, protegidos por seguranças presidenciais. Marcela, nesse caso, teria conseguido um bom partido. Por outro lado, se tomarmos o conceito inicial de sorte, que seria ganhar um prêmio ou acontecer algo que muda seu destino, pode-se também conceber que o sujeito-autor considera essa situação um “achado” para Marcela Temer. Ou seja, seria o mesmo que ganhar na loteria, devido à mudança de vida que isso lhe proporcionou.

Isso confronta com algumas das opiniões das mulheres da pergunta lançada no *Facebook*, as quais entendem que ser uma mulher de sorte é ter independência financeira e ser bem-sucedida na carreira, por exemplo. No entanto, vale ressaltar que essas características de independência feminina são nada mais que direitos. As mulheres têm o direito de trabalhar, para ter independência financeira, e têm o direito de estar em qualquer cargo. Porém, no seu discurso, essas mulheres se marcam como sujeitos que precisam de sorte para ter liberdade de escolha, uma característica ainda de dependência ao patriarcado. Isso pode ser pautada no que Davallon (1999) afirma sobre a memória

[...] lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e sobretudo grupal entre eu e os outros específica, diz-nos Halbwachs, a memória coletiva. Mas a contrapartida seria que a memória coletiva “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém. Por definição, ela não ultrapassa o limite do grupo (DAVALLON, 1999, p, 25).

Ou seja, para o grupo, para a memória coletiva, a mulher ainda precisa ter a sorte de conseguir a liberdade, a independência.

Orlandi (2005) retoma a questão da paráfrase: “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2005, p. 36). Ser uma “mulher de sorte”, então, remete a sentidos outros que, na relação da paráfrase com a polissemia “o que temos é deslocamento, ruptura

de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 2005, p. 36). Melhor dizendo, temos um processo de assimilação entre as palavras e a memória: sorte > ganhar dinheiro> ganhar um jogo (mega-sena); ou: sorte > “ganhar” dinheiro > independência financeira; ou: sorte > ganhar dinheiro > conseguir um bom partido.

O fato é que a formação discursiva presente nas falas dessas mulheres, agentes na sociedade contemporânea, não encaixa no discurso pregado pela reportagem, pelo viés de um conteúdo julgado como “machista”, apesar de ter havido uma “contra revolta” no momento de sua publicação, pois, enquanto muitas mulheres se revoltavam com a reportagem em si, outras se mostraram contra essas revoltas, afirmando que tinham “orgulho em ser do lar”⁷. Mas, ainda que estejamos em uma sociedade pós-moderna⁸, essa memória coletiva, de que a sorte para a mulher está relacionada com questões de independência, ainda é um resquício de um passado não muito distante.

Como dito anteriormente, a revista é conhecida por assumir o lado da política conservadora, mesmo que tente adotar uma postura neutra. Deduz-se que a maioria dos homens do mundo dos negócios ou da política tem esposas que não trabalham. Seriam as mulheres de sorte. Considerando o momento em que uma mulher estava para ser tirada do poder, a reportagem veio para afirmar que mulher tem que ficar em casa cuidando dos filhos, não na política. Ou seja, sorte de Marcela Temer, que não é presidenta e sim primeira-dama. E é esse o outro sentido que essa palavra produz ao leitor.

Dilma Rousseff teve uma longa carreira política e militante, o que acabou levando-a à prisão no passado.

Livre da prisão, foi morar em Porto Alegre em 1973 e ingressou na faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, começou a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho e concluiu o bacharelado de economia em 1977. Em 1990, volta à FEE como presidente da instituição.

[...]

No início da década de 80, ajuda o ex-governador Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do

⁷ Nas redes sociais, dois lados se instauraram em consequência da reportagem: mulheres que defendiam a independência, entre outras características de liberdade feminina e mulheres que não se sentiam ofendidas pelo tom da reportagem, afirmando ter orgulho em serem recatadas e do lar.

⁸ Para Stuart Hall (2014), a identidade do sujeito é composta por várias identidades que, em alguns casos, podem ser até contraditórias. Esse processo de fragmentação produz o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa, o sujeito desarticula suas identidades estáveis do passado e abre o espaço para a criação de novas identidades culturais.

Sul, assessora a bancada trabalhista na Assembleia Legislativa e a convite do prefeito Alceu Collares, também do PDT, assume a Secretaria Municipal da Fazenda em Porto Alegre. Eleito governador em 1993, Collares a leva para a Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação.

Em 1998, Dilma inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. Permanece secretária de Energia quando, em 1999, Olívio Dutra toma posse como governador eleito numa coligação PT-PDT e, em 2000, Dilma filia-se ao Partido dos Trabalhadores.

[...]

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no ministério com a criação do chamado marco regulatório (leis e normas técnicas que regem as relações do Estado com as empresas do setor) e prepara o País para evitar a repetição de desabastecimento de energia em caso de novas crises hídricas. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos.

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo o ministério em 2005.

[...]

No dia 3 de abril de 2010, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa sua candidatura. No segundo turno das eleições, a 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, aos 63 anos, é eleita Presidenta da República Federativa do Brasil. É a primeira mulher a chegar ao Palácio do Planalto, como já fora a primeira mulher secretária da Fazenda de Porto Alegre, a primeira secretária estadual de Energia, a primeira ministra de Minas e Energia, e a primeira chefe da Casa Civil.

Em 2014 é candidata à reeleição [...] (PLANALTO, 2015).

O ponto é que, ainda para a política brasileira, composta em sua maioria por homens, brancos e ricos, ainda não se admite uma mulher em cargos de autoridade. Mulher tem que estar em casa, cuidando dos filhos. A carreira de Dilma Rousseff e o fato de ter chegado à presidência gera certo desconforto a alguns homens e também a algumas mulheres pertencentes a um grupo de formações ideológicas conservadoras.

No primeiro parágrafo, em que é proferida a frase “Marcela Temer é uma mulher de sorte”, a autora discorre uma explicação, que se resume a um exemplo do quanto Michel Temer, vice-presidente até então, é romântico, levando a vice-primeira-dama para jantar. A reportagem é sobre Marcela Temer, mas há vários não ditos entre os dizeres que se seguem acerca da presidenta Dilma e do vice-presidente Michel Temer, tornando Marcela como uma espécie de “bode expiatório”. Para Orlandi, “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1992, p. 12). Essa referência ao Michel Temer já no primeiro parágrafo surge como uma possível tentativa de dar credibilidade ao futuro presidente da nação.

O trecho da reportagem “[...] continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país” aparece para caracterizar Michel Temer como um homem amoroso acima de tudo, que não deixa de agradecer à esposa por causa de política. Isso poderia ser visto como uma estratégia de “pacificação” da nação, mesmo que por alguns instantes, pois muito comum são casos em que pessoas perdem amizade ou se desentendem com algum familiar por terem opiniões contrárias, por exemplo. O relato da demonstração de afetos entre o casal quase presidencial daria uma “quebrada” na tensão política do país. Outro trecho que procura mostrar essa afetuosidade seria no apelido carinhoso que a autora faz questão de relatar, “Mar e Mi”, criando no leitor uma espécie de proximidade.

Esse relato procura criar uma imagem de Michel Temer diferente do que estava circulando naquele determinado momento, devido ao processo de *impeachment*. A esquerda política trata esse processo como um golpe dado pela oposição em conjunto com o vice-presidente, que é do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), partido que tinha o maior número de deputados. Desse modo, Michel Temer foi visto como um “vilão” e “traidor”, por isso precisava melhorar sua imagem diante do povo, já que Dilma Rousseff, devido a seu histórico e com apoio do ex-presidente Lula, tinha um governo que se diz a favor do povo.

Ao final, a reportagem traz a frase “Michel Temer é um homem de sorte”. Seria uma estrutura estratégica? Primeiro, relata-se porque Marcela Temer é uma mulher de sorte, pois tem um marido romântico. Por último, Michel Temer é um homem de sorte, mas com um ponto final. Deixaria para o leitor deduzir que Michel Temer é um homem de sorte por ter uma mulher como Marcela, “Bela, recatada e do lar”. Pêcheux reflete que

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1997, p.160).

Por isso, compreende-se que, em uma primeira leitura, percebe-se um efeito de sentido no discurso do sujeito em trazer o “homem de sorte” como uma referência por ter Marcela como o ideal de esposa.

Quando fizemos a mesma pergunta na rede social: “para você, o que é ser um homem de sorte?”

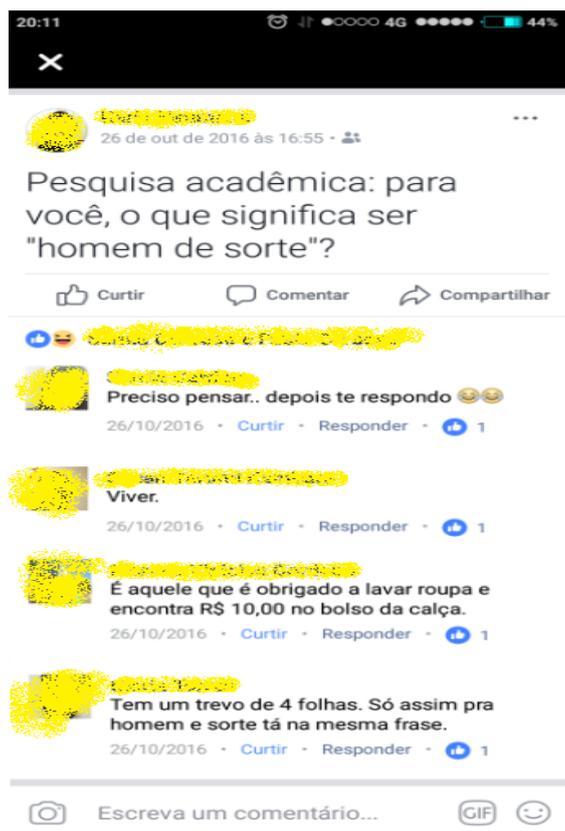


Imagem 3: perfil pessoal da rede social Facebook.

As respostas giraram em torno de observações acerca do significado “primário” de sorte, como no dicionário. Exemplo disso está nos dois últimos comentários: encontrar 100 reais no bolso da calça; ter um trevo de 4 folhas.

Não houve o mesmo impacto quando fizemos essa pergunta referindo-se a mulher de sorte, o que se insere em uma compreensão de que o homem não precisa de sorte, de que tudo o que ele quer, já está conquistado. Em outras palavras, o homem não precisa de sorte para ter liberdade, independência financeira, como a mulher.

O fato é que essa estratégia se mostra, novamente, como uma ligação ao momento histórico pelo qual o Brasil estava passando. Michel Temer estava a poucos dias de se tornar o presidente do país, sem passar por uma eleição para isso. Pela terceira vez, um político do mesmo partido se tornaria presidente sem eleição. O primeiro foi José Sarney, que assumiu a presidência depois da morte de Tancredo Neves; segundo, Itamar Franco que assumiu após o *impeachment* de Fernando Collor (MADEIRO, 2016). Nesse caso, Michel Temer seria um homem de sorte porque: não precisou de eleição para chegar à presidência e tem o apoio da maioria dos deputados; ele não é a Dilma Rousseff, pois tem uma família tradicional, ocultando-

se o fato de que ele tem outros filhos de outro casamento e um filho com o qual pouco tem contato⁹, enquanto Dilma se casou duas vezes e está divorciada; tem sorte por ser homem, já que ainda se vive em um universo com poucas oportunidades para mulheres, principalmente dentro da política; tem sorte por ser rico e, apesar da diferença de idade, casado com uma mulher linda e perfeita, de acordo com a mídia, como Marcela Temer.

Considerações Finais

Os efeitos de sentido possibilitados pela publicação, sobre o que seria uma mulher de sorte, retornam a algumas memórias com relação à história de muitas lutas pelas quais as mulheres precisaram passar para que não fossem vistas apenas como um símbolo de beleza e cuidadora do lar. Apesar disso, discursos naturalizados de que a independência está relacionada com algo que se ganha, como um prêmio na loteria, mostram que a formação discursiva própria do patriarcado ainda é representativo para a sociedade.

Muitos não-ditos com relação ao contexto político do momento também são sinalizados nessas marcas linguísticas em que, tentando exaltar a imagem de Marcela Temer, aproveitava-se o momento em que a popularidade da mulher que representava o Brasil, no papel de presidenta, estava bastante baixa, sendo alvo de piadas machistas nas redes sociais e constantemente rechaçada pela mídia.

O homem de sorte, Michel Temer, viria em seguida para representar o Brasil, com o que a esquerda brasileira chamaria de “golpe”, assumindo o cargo de presidente da república sem passar por uma eleição. Da mesma forma, a publicação mostra que Michel Temer tem muita sorte em ter uma mulher como Marcela ao seu lado, servindo como exemplo para muitas mulheres brasileiras, ou seja, as mulheres devem apoiar seus maridos, ficando ao lado deles, e não assumindo cargos importantes.

Muitos dizeres permeiam diversas polêmicas para tentar desviar o foco do que convém à população. A revolta que a reportagem causou talvez tenha atingido seu objetivo ao ascender a discussão sobre o que é o ideal de mulher a ser seguido. Porém, mais do que falar em discursos machistas ou feministas, devemos ir além da leitura que está sendo primariamente conduzida, isto é, ver além do que está posto.

⁹ Informação extraída do site <http://odia.ig.com.br/brasil/2016-04-19/michel-temer-vai-ser-pai-pela-sexta-vez-em-agosto.html>

Muitos não-ditos estão presentes entre os dizeres que se mostram intencionalmente conduzidos pela reportagem, os quais dariam um longo trabalho.

Referências

ABL, Academia Brasileira de Letras. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Companhia Editora Nacional, 2008.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória. In: ACHARD, Pierre *et alii*. **Papel da memória**. Trad. e intr. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Editora Lamparina, 2014.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: Bela, recatada e do Lar**. Abril de 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 10 jul 2016.

MADEIRO, Carlos. **Sem ganhar nenhuma eleição, PMDB emplaca terceiro presidente em 30 anos**. Maceió, maio de 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/com-temer-terceiro-vice-peemedebista-chega-a-presidencia.htm>. Acesso em 16 out 2016.

MAKHOUL, Fábio Jammal. **A cobertura da revista Veja no primeiro mandato do presidente Lula**. 2009. 216 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica De São Paulo - PUC-SP. Disponível em: https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/fabio_jammal_makhoul_1.pdf. Acesso em: 20 ago 2016.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alves. **Mulheres do século XX: memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000)**. Disponível em: http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2290/marilsa_final.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jul 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós? In: Orlandi, Eni (Org.). **Sujeito e Texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

_____. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre *et alii*. **Papel da memória**. Trad. e intr. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PLANALTO. **Conheça a trajetória da presidenta Dilma Rousseff**. Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>. Acesso em 16 out 2016.

SARGENTINI, VANICE. Da ordem da língua à ordem do discurso a Intolerância no discurso político contemporâneo. In: **Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa – 2017**. Simpósio 13 - O sujeito e a língua sob determinações do discurso e da história, p. 281-292. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/dvaf/issue/view/1483>. Acesso em 30 abr 2018.

Artigo recebido em: 22/01/2018

Artigo aprovado em: 18/05/2018

RATOS GOVERNADORES? MEMÓRIA DISCURSIVA, POSIÇÕES -SUJEITO E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS NUMA CHARGE POLÍTICA

Dalexon Sérgio da Silva¹

Resumo:

O presente trabalho promove uma análise discursiva de uma charge política sobre a posição-sujeito dos governadores Anthony Garotinho e Sérgio Cabral, que foi publicada no dia 18 de novembro de 2017 no site do Jornal do Commercio de Pernambuco. Desse modo, propõe investigar e tecer considerações acerca do acionamento da memória discursiva, do funcionamento da ideologia na língua e da tomada de posição-sujeito presentes nesta charge. Para tal, assume os postulados teóricos e analíticos defendidos pela Análise do Discurso de linha francesa (AD), baseado nos estudos de Pêcheux (1969; 1999; 1997; 1993), na Europa, de Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2003; 2005; 1987), no Brasil e demais estudiosos, para promover um gesto de leitura de como essa materialidade discursiva produz efeitos de sentido e deslocamentos, funcionando como unidade de sentido em relação à situação.

Palavras-chave: Posição-sujeito; memória discursiva; charge política.

Abstract:

The present work promotes a discursive analysis of a political cartoon about the subject position of governors Anthony Garotinho and Sérgio Cabral, which was published on November 18, 2017 on the website of Jornal do Commercio de Pernambuco. In this way, it proposes to investigate and make considerations about the activation of the discursive memory, of the functioning of the ideology in the language and of the subject position-taking present in this cartoon. To that end, it assumes the theoretical and analytical assumptions defended by the French Speech Discourse Analysis (AD), based on the studies of Pêcheux (1969, 1999, 1997, 1993) in Europe by Orlandi (2012, 2007, 2006; In order to promote a gesture of reading how this discursive materiality produces effects of meaning and displacements, functioning as a unit of meaning in relation to the situation.

Keywords: Subject-position; discursive memory; political charge.

¹ Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco em Programa de doutorado-sanduíche no exterior - PDSE, na Universidade de Lisboa - Portugal. Membro do Centro de literaturas e culturas lusófonas e europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) - Portugal. Contato: dalexon@uol.com.br.

Introdução

Segundo Maringoni (1996, p. 85), “a sátira, o comentário e a banalização dos fatos cotidianos e da política nacional fazem parte da prática do chargista”. Assim, produzir charge está intimamente atrelado à necessidade do ser humano em gerar críticas, principalmente, ao sistema sócio-político no qual se encontra inserido, especialmente, no atinente àqueles que detêm o poder político e/ou econômico.

Desse modo, as charges trazem a movência das práticas sociais. De acordo com Torres (2001), essas práticas sociais apresentadas nesse universo chargístico são marcadas pelas formas como os sujeitos as representam socialmente.

Acerca disso:

O termo charge é francês, vem de *charger*, carregar, exagerar e até mesmo atacar violentamente (uma carga de cavalaria). Este tipo de texto tem caráter temporal, pois trata do fato do dia. Dentro da terminologia do desenho de humor pode-se destacar, além da charge, o cartum (satiriza um fato específico de conhecimento público de caráter atemporal), a tira, os quadrinhos e a caricatura pessoal. A charge será alvo do estudo por trazer, em uma análise superficial, implícita a história e a presença do interdiscurso. Ela é o local escolhido pela ironia, metáfora (transferência), pelo contexto, pelo sujeito, para atuar. Por ser combativa, tem lugar de destaque em jornais, revistas e na Internet. Portanto, ampla poderá ser a leitura interpretativa por nela se constatar a presença da linguagem, da história e da ideologia (SILVA, 2004, p. 13).

Partindo desses postulados a respeito das charges, este artigo buscará analisar, na charge publicizada em jornal acerca dos ex-governadores do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e Anthony Garotinho, a presença de uma rede de memórias na constituição de sentidos acerca da mudança de posição-sujeito de governadores, função político-administrativa humana, para ratos, uma expressão animalesca desta função, desses sujeitos políticos citados. Assim, essa tomada de posição-sujeito é mostrada nesta imagem chargística mobilizando sentidos cristalizados, que têm sido muito proliferados em nossa atual sociedade sobre os políticos, principalmente acerca dos sujeitos deputados em Brasília. É desse modo que a charge aponta para um discurso que apresenta uma regularidade sobre o imaginário social da posição-sujeito ocupada pelos políticos brasileiros.

Assim sendo, este artigo pretende investigar, no funcionamento da ideologia, o acionamento da memória discursiva e a tomada de posição-sujeito analisadas nessa charge política que foi publicizada pelo Jornal do Commercio de Pernambuco. Para

tanto, este texto trafega sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa (AD), segundo os fundamentos de Pêcheux e seguidores.

1. Sujeito e ideologia na Análise do Discurso de linha francesa

Já se tornou uma máxima na Análise do Discurso de linha francesa a citação de Pêcheux (1969) de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua produz sentidos, que são apreendidos por esses mesmos sujeitos. O discurso é, nessa movência, uma prática social determinada por uma formação ideológica. É ressaltante pontuar que essa determinação é histórica e não um determinismo biológico, por exemplo, tendo em vista que tanto pode haver a reprodução quanto a ruptura, pois há formulações novas que apontam para a compreensão de que o sentido sempre pode ser outro. Logo, é porque há uma determinação histórica que os sentidos permanecem, mas também é porque a determinação é histórica que eles podem mudar.

Do exposto, o sujeito discursivo da AD é visto como cindido, clivado, heterogêneo e passa a assumir diversas posições-sujeito, constituindo-se como um sujeito social, que se coloca numa posição, assumindo um lugar para enunciar um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Assim, “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza” (BRANDÃO, 2004, p. 37). Isto é, um dos aspectos materiais da existência material das ideologias. Nesse item, a linguagem passa a ser entendida não tão somente como formação linguística, que exige do falante uma competência linguística para compreendê-la, mas também como formação ideológica, que exige do falante uma competência sócio-ideológica. Desse modo, discurso e ideologia são conceitos que passam a ser constitutivos.

Em seus estudos, Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2003; 2005; 1987) também compreende que a ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos dos sentidos. De acordo com a autora, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. Desse modo, entende-se como objeto simbólico tudo aquilo que funciona como unidade de sentido em relação à situação, enquanto condições verbais de existência, analisados por meio de um gesto de interpretação. É nesse viés que a AD é uma disciplina da interpretação. É nessa movência no entremeio de sujeito e ideologia que os sentidos

se movem e se posicionam sempre em relação a algo, ou alguém. Logo, não há sentido sem interpretação, portanto não tem como o sujeito não ser atravessado por uma ideologia.

Ainda de acordo com Orlandi (2012), a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Nessa diretriz, é ressaltante pontuar que a AD não trabalha com a ordem da intencionalidade no sujeito, mas com a ordem da constituição dos sentidos, do modo como a memória do dizer se instaura no dito. É nesta constituição entre sujeito e ideologia que Pêcheux (1969) concebe seus estudos acerca do discurso. Segundo Orlandi (2005), etimologicamente, a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento. Assim, o discurso é a palavra em movimento, de modo que o estudioso do discurso observa o homem falando em um processo de historicização contínuo.

O discurso para Pêcheux (1995, p. 15): “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação. O autor ainda salienta que o discurso é estrutura e acontecimento. Nesse item, o discurso se define para Pêcheux como um subconjunto, situado em um nível irredutível tanto aos elementos individuais que a ele pertencem quanto ao conjunto mais amplo que o contém. Assim, o discurso é definido como um fenômeno constituído não apenas por elementos linguísticos, mas por elementos “extralinguísticos”.

Pêcheux (1999; 1997) atesta que pelo fato de os discursos terem sua legitimidade assegurada no já-dito, na memória, eles não são fixos, mas se transformam e assumem outros valores, de acordo com a época, o lugar e a ideologia vigente. Assim, o discurso está em íntima relação com uma série de conceitos da teoria marxista: estrutura da formação social, ideologias, posições de classe. Destes, o conceito de ideologia é aquele com que o discurso mantém uma relação mais direta. Logo, o discursivo é entendido como uma das formas da materialidade das ideologias. Assim, a Análise de Discurso, pensada por Pêcheux e estudiosos, compreende o sujeito como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente. Desse modo, o seu sujeito não é *uno* ou do *cogito*, mas é considerado um sujeito descentrado, cindido, clivado. Ele não se constitui na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, pois, esses processos são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante se inscreve, embora esse sujeito possua a ilusão de ser a fonte ou origem do seu discurso.

De acordo com Mussalim (2003), a AD inscreve-se num terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. De fato, é inserido nessa concepção de que o sujeito não é o senhor de sua vontade, levando-se em consideração que ele sofre as coerções de uma Formação Ideológica e Discursiva, ou é submetido à sua própria natureza inconsciente, que emerge a questão da interpelação ou do assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, que consiste em fazer com que cada sujeito, sem que ele tenha consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é o senhor de sua própria vontade, seja levado a ocupar seu lugar social em um dos grupos ou classes de uma determinada sociedade. Assim, O sujeito fala a partir de uma posição, de um lugar social. Nessa guisa, o sujeito está sempre interpretando e ao interpretar produz sentidos, identificado à formação discursiva a partir da posição-sujeito que enuncia.

2. O papel da memória discursiva

Orlandi (2005; 2006) aborda em seus estudos que, na maioria das vezes, os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois os dizeres não são, apenas, mensagens a serem decodificadas.

Orlandi (2003; 2007) ainda salienta que as condições de produção compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória 'aciona', faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental. É nesse ponto que o sentido não existe em si, sendo parte constitutiva das condições históricas de produção. Ele é determinado pelas posições ideológicas em que as palavras são produzidas e de que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam inscritos numa formação discursiva. Do exposto, é pertinente ressaltar que a relação de sentido postula que não há discurso original - todo discurso faz parte de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos. É nessa diretriz que este artigo assume o conceito de memória discursiva defendido por Pêcheux, ao apontar que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer

dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Isso posto, para Pêcheux (1969; 1995; 1997), todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse item, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não conseguimos recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente. Dessa forma, a memória é o saber discursivo, o já-dito, os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão em nós, sem pedir licença. A memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. Pêcheux (1993) também compreende a memória discursiva enfatizada, nesse ponto, como interdiscurso. Dito de outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido e corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos. Em razão disso, a memória e, conseqüentemente, o interdiscurso, são responsáveis diretos pela constituição do sentido, como também atenta Orlandi (2001, p. 33): “a constituição determina a formulação, levando-se em consideração que só se pode dizer (formular), colocando-se na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso)”.

Para Pêcheux (1990; 1999) a memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos disjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo o momento, fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir. Logo, é cabível reforçar que a memória de que se ocupa a Análise do Discurso de linha francesa, não é de natureza cognitiva nem psicologizante. A memória, neste domínio do saber, é sempre social.

3. A presença da memória discursiva, as mudanças de posições-sujeito e o funcionamento da ideologia nesta charge política.

O universo deste artigo foi constituído por uma charge extraída do site do Jornal do Commercio de Pernambuco, que foi publicizada e acessada no dia 18 de novembro de 2017. Na imagem se pode verificar a presença de um desenho do Cristo Redentor segurando a imagem de dois sujeitos, que misturam feições de ratos e

humanas e, de semelhanças com os ex-governadores do Rio de Janeiro: Anthony Garotinho e Sérgio Cabral. Conforme outrora citado, a charge será analisada à luz da perspectiva teórica e analítica da Análise do Discurso de linha francesa.



Figura 1. Charge. Disponível em: <http://jconlineinteratividade.ne10.uol.com.br/charge/2016,11,18,index.html>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

Orlandi (2012) explica que o conceito de materialidade não deve ser banalizado, sendo referido apenas à natureza dos objetos, ou aos suportes textuais distintos, como vem sendo mencionada. A autora afirma que a forma material carrega em si os preceitos do materialismo histórico e do materialismo dialético que apontam para os conceitos de ideologia e história. Pêcheux (1969) ao articular ideologia e inconsciente na linguagem, revela que os sentidos são constituídos historicamente por meio dessa relação simbólico/ideologia/inconsciente. Assim, é a materialidade que permite entender o funcionamento da ideologia pelo inconsciente. Lagazzi (2010) compreende a materialidade significativa que envolve essa relação, apresentada acima, como algo que se mostra “nem abstrata, nem concreta, nem empírica, mas matéria simbólica”.

Desse modo, ao apresentar a charge, acima, como materialidade discursiva, este artigo, baseado, principalmente, nos estudos de Pêcheux (1969; 1999; 1997; 1993), Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2003; 2005; 1987) e Lagazzi (2010), analisa a materialidade chargística que faz ressignificar e promove uma movência na rede de filiação dos sentidos, atravessada pela ideologia presente na língua,

apontando para a exterioridade, inscrita na historicidade, constituída nessa relação entre paráfrase e polissemia, que aciona a memória discursiva na produção de efeitos de sentido, que promovem movências e se deslocam, pois o sentido está sempre em relação a algo ou a alguém.

Assim, a charge aqui não é vista apenas como algo físico, um desenho ou algo imagético, compreende-se que ela se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha ao ser constituída neste campo discursivo, pois é atravessada e formulada pela linguagem. Conforme contribui Lagazzi (2010), este artigo assume a compreensão da noção de materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula. Nesse viés, a língua é o lugar de inscrição do discurso, pois o discurso se materializa na língua, inscreve-se nela e determina o seu funcionamento. Nesse ponto, essa charge apresenta, apenas, a linguagem não-verbal, ao se constituir como texto, pois de acordo com Orlandi (2007), um texto é tudo aquilo que funciona como unidade de sentido em relação à situação. Assim, importa o seu funcionamento. Vista como texto, ela produz discursividade, ao se relacionar com elementos extralinguísticos, pois promove a inscrição dos efeitos da língua na história.

Nesse ponto, essa charge apresenta um discurso sobre um evento social, que envolve os dois ex-governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e Sérgio Cabral, presos na penitenciária de segurança máxima em Bangu – RJ no ano de 2017, acusados de terem cometido crimes na esfera política. Nela, vê-se a imagem do Cristo Redentor segurando, numa das suas mãos, duas imagens que possuem traços que provocam o efeito de sentido de semelhança entre os dois ex-governadores outrora citados. Contudo, ocorre uma mistura com traços que também provocam o efeito de semelhança aos de camundongos, invocando assim uma rede de memórias. Assim, a charge funciona discursivamente como estrutura, pois sua imagem intervém como pressuposto e aponta para a exterioridade e, como acontecimento por promover o encontro de uma atualidade (ex-governadores capturados) inscrita numa rede de memórias (submundo dos ratos X submundo político brasileiro).

É desse modo que a memória discursiva na língua é acionada e ocorre o que bem defende Pêcheux (1969) ao dizer que alguma coisa fala antes em outro lugar independentemente e diferentemente. Assim, o interdiscurso é acionado nessa relação constitutiva na historicidade, pois a charge significa ao apresentar traços de camundongos e de humanos, provocando deslocamento de sentidos ao enunciar, inscrevendo-se numa memória. Logo, pode-se dizer que essa memória se diz na

charge, que nas condições de produção do discurso funciona como unidade de sentido em relação à situação. Há, nessa rede de memórias, sentidos cristalizados que produzem efeitos metafóricos nessa relação entre políticos e ratos, que não destroem o queijo, mas a economia brasileira, roendo o dinheiro público dos impostos do trabalhador brasileiro, além disso, pode-se dizer que os ratos são retomados nesta charge, pois sempre estiveram presentes na historicidade humana. Logo, pela memória discursiva ocorre esse processo imaginário que provoca efeitos metafóricos dos sujeitos ex-governadores em ratos ligados a questões como sujeiras, pragas, submundo, ações furtivas, bem típicos do ambiente das ratazanas. Nesse item, a charge faz mobilizar efeitos de sentidos negativos do lugar social ocupado pelos sujeitos políticos.

Numa retomada de valores, práticas e representações sociais, ao apresentar os sujeitos envolvidos, noutra lugar social, diferente da posição-sujeito de ex-governador, (ex-governadores sendo presos em Bangu - RJ), a charge imprime aos principais sujeitos características de elementos de animais inferiores, por meio de traços identitários dos ratos. Assim, os ex-governadores são vistos bem orelhudos. Esses traços passam a ser responsáveis pelo deslocamento de sentido atribuído aos ex-governadores, provocando, dessa forma, a polissemia. Desse modo, produz-se efeito de sentido humorístico. A charge retoma a característica principal dos ratos, que é possuir os rabos longos e, desse modo, constrói outra referência para os sujeitos governadores, que passam a ser pegos pelos rabos, capturados na cidade do Rio de Janeiro. Assim, é preciso conhecer tais marcas (paráfrase), para que os sentidos aqui sejam constituídos nessa relação entre paráfrase e polissemia, como compreende Pêcheux (1969).

É também pelo acionamento da memória discursiva que a ideologia se materializa nessa charge, pois é a ideologia que naturaliza o sentido do que é ser um governador e ser um rato. Assim, a instauração de sentidos na charge se dá por meio da retomada de uma prática cultural, através da qual os sujeitos capturam os ratos dos ambientes ao segura-los pelos rabos, provocando o efeito de sentido de nojo, da não aproximação ao que causa ojeriza na sociedade. Contudo, percebe-se que os discursos retomados desses eventos são reatualizados. Do exposto, observa-se que, por meio da retomada dos dizeres é possível estabelecer diferenças no discurso a partir de um desnivelamento originado entre o dizer que se “apaga” e o dizer que sugere e sustenta novos atos de discursivização, tendo em vista que os sujeitos governadores são inseridos em um novo acontecimento discursivo. As características

deles assumem outra significação, ao serem mostrados com orelhonas, patas e rabos grandes de ratos, havendo, desse modo, uma aproximação entre a posição de governador e o lugar social de ratos. Assim, nos entremeios desses lugares sociais (mundo humano e mundo dos ratos) o sujeito discursivo ex-governador é visto como cindido, clivado, heterogêneo entre as ações humanas e sua animalização ratazana (ratos governadores, governadores ratos).

A memória discursiva é acionada para que se estabeleçam novos dizeres, pelo interdiscurso, pela compreensão do já-dito. De acordo com Orlandi (2012, p. 31) “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Dessa forma, os sujeitos governadores não são apresentados vestidos de paletós e gravatas em nenhum palácio, mas sendo segurados de cabeça para baixo, provocando também o efeito de sentido de humilhação, de descontrole e impotência. Desse modo, o acionamento da memória discursiva funciona como um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido e correspondam a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo já dito acerca dos ratos e dos políticos brasileiros. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental na mobilização de sentidos nessa charge.

Outrossim, é pelo funcionamento da ideologia nessa charge que se pode observar que um dos sujeitos ratos apresentados possui em sua boca o desenho de uma imagem que provoca o efeito de evidência de que se trata de uma chupeta, pois é a ideologia que provoca o efeito de naturalidade e diz que se trata de uma chupeta e que a mesma é objeto usual da criança. Isto é, de um garotinho, num efeito polissêmico com a posição-sujeito de uma criança e a posição-sujeito do ex-governador Anthony Garotinho, produzindo efeitos de sentidos irônicos em relação à situação. Desse modo, a ironização faz circular essa principal característica presente na prática social chargística, pois Maringoni (1996), afirma que a sátira, a ironia e a banalização dos fatos cotidianos, bem como da política nacional fazem parte da prática do chargista, todavia, é preciso pontuar que nesse efeito polissêmico, as características desse garotinho inscrevem-se em novos sentidos, pois, trata-se de um garotinho com semelhanças de um rato (orelhonas, patas e cauda) e que está sendo capturado no Rio de Janeiro pelo sujeito Cristo Redentor. Assim, é apresentado um garotinho ressignificado, favorecendo a proliferação de sentidos da personagem para com o seu apelídeo.

Também é possível observar uma outra possibilidade de deriva de sentidos, pois as feições entre o sujeito político Garotinho e o sujeito ratazana se misturam, encaixam-se de tal forma, que se torna necessário, como efeito de busca de completude um objeto que fará uma interpelação direta entre o sujeito iconizado na charge e o sujeito que ocupa um lugar social de político. Desse modo, torna-se possível, por meio das formações imaginárias observar uma marca "inconfundível" e distinguível para se mostrar ao público quem é essa personagem cristalizada, pois há, presente na charge, uma regularidade sobre o imaginário social da posição-sujeito ocupada pelos políticos brasileiros.

É interessante também observar que essa tomada de posição de sujeitos governadores para o lugar social dos ratos se dá numa relação afetada pela posição-social de quem enuncia na charge. Dito de outro modo, a própria imagem do Cristo Redentor assume uma posição-sujeito para enunciar de um lugar, formado pelo imaginário social, que lhe credencia e lhe outorga poder para enunciar, pois o Cristo é o maior símbolo do Rio de Janeiro e um ícone constituído como uma das sete maravilhas do mundo atual. Desse modo, os ex-governadores passam a ser capturados pelo maior representante social do Estado do Rio de Janeiro, o Cristo Redentor. Esta relação do texto com seu acontecimento faz com que o sentido anterior seja desautorizado, instalando-se um outro sentido que segue a proposta de textualização mostrada na provocação do humor, na relação (o já-dito) e a polissemia (o novo acontecimento desse já-dito). Logo, os governadores que deveriam manter a ordem no Estado do Rio de Janeiro numa boa governabilidade, passam a ser capturados no Estado pelo maior ícone do Rio.

Nessa relação de forças, os sentidos provocados pelas imagens são regulados de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito Cristo Redentor. Nesse item, Pêcheux (1990) tece seus estudos observando que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras. Assim, segundo Orlandi (2001; 2003; 2007) e Pêcheux (1969; 1999), pode-se dizer que nessas condições de produção do discurso apresentado nessa charge, não é o lugar empírico que funciona, mas o lugar social passado pelo imaginário, pois é o imaginário desse lugar que socialmente funciona, não sendo, apenas, o sujeito que funciona no discurso. Logo, nesse lugar ocupado pelo Cristo Redentor, há formações imaginárias que projetam esse lugar com a força que ele tem e lhe possibilitam enunciar, com autoridade, para capturar no Rio de Janeiro, os ratos governadores que corroem suas riquezas, produzindo,

desse modo, efeitos metafóricos, ao mostrar, dessa forma, que a força está na posição ocupada pelo sujeito discursivo.

Ainda se torna interessante analisar o posicionamento da imagem do Cristo Redentor apresentado nesta charge, pois tal posicionamento se dá de costas para os sujeitos ratos governadores, provocando os efeitos de sentido de rejeição, de indiferença aos dois. Entretanto, o discurso religioso que atravessa o Cristo, é o discurso do acolhimento, da aceitação a todos e de perdoar os pecadores, sempre os recebendo de braços abertos. O Cristo é atravessado pela ideologia cristã e é inscrito num imaginário social que o projeta como um ícone do Rio de Janeiro a abençoar a “Cidade Maravilhosa”, atraindo visitantes do mundo inteiro como adeptos da sua grandiosidade.

Desse modo, pode-se dizer que há um deslocamento de sentidos, provocado pela determinação histórica acerca do Cristo Redentor, como compreende Orlandi (2000; 2012), ao dizer que essa determinação é histórica e não um determinismo, tendo em vista que tanto pode haver a reprodução quanto a ruptura, pois há formulações novas que apontam para a compreensão de que o sentido sempre pode ser outro. Logo, é porque há uma determinação histórica que os sentidos permanecem, mas também é porque a determinação é histórica que eles podem mudar.

Nesse ponto, o Cristo Redentor provoca uma ruptura no discurso religioso da aceitação e do perdão, ao ser mostrado de braços abertos, não mais para abençoar e aceitar, mas para capturar, prender no Rio de Janeiro dois ratos que roeram e devoraram a sua economia e que contribuíram para a situação emergencial calamitosa que se encontra o Estado na atualidade. É o Cristo Redentor assumindo a posição-sujeito atravessada pelo discurso do capitalismo, constituído pela forma-sujeito capitalista, como compreende Orlandi (2012), ao dizer que a partir do princípio discursivo do trabalho do político, deve-se levar em consideração o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição; havendo simbolização das relações de força, de poder, que se estabelecem na divisão própria à sociedade capitalista. Desse modo, estão presentes estas três noções: o político, o histórico (o Outro, a memória, o interdiscurso) e o ideológico, nessas relações que são de natureza político-social, simbolizadas.

Há ainda outros efeitos de sentido presentes na associação entre Cristo, que pertence ao plano divino, ao Jurídico-político, forma material e simbólica em que as

ideologias dominantes e dominadas se confrontam suas contradições. Dito de outro modo, Cristo é mostrado capturando os ratos políticos/políticos ratos (pragas, personagens de submundo, de rapinagens furtivas etc.). Essa associação retomada pelo imaginário mostra que as condições de produção compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação (políticos inscritos no submundo dos ratos, capturados, pegos e ratos inscritos no submundo político brasileiro com feições humanas). Nesse ponto, coloca-se em correlação a justiça, que de fato prendeu os políticos, em detrimento ao poder divino. Um apagamento entre o que é da esfera divina, religiosa e o que é da ordem das divisões burguesas de poder. Há, assim, duas ordens de poder. Um discurso que provoca um efeito de evidencia e coloca em pé de igualdade, apagando diversas contradições, que a justiça é terrena e divina e divina e terrena, numa relação de filiação, identificação e igualdade de poderes e de ações, sob o iluminismo da lei e é desse modo que essa charge produz efeitos de sentido ao apresentar a movência das práticas sociais.

Considerações finais

De acordo com Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2005; 1987), é pelo gesto do analista que são feitas as análises, pois diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. É nesse viés que a AD é uma disciplina da interpretação. Dito isso, promoveu-se, aqui, um gesto de interpretação acerca de uma charge política publicada no *Jornal do Commercio de Pernambuco*.

Assim, o artigo em questão discorreu acerca da representatividade social do gênero charge, que de acordo com Torres (2001), as práticas sociais apresentadas no universo chargístico são marcadas pelas formas como os sujeitos as representam socialmente. Do exposto, é pertinente ressaltar que a charge é compreendida neste artigo como materialidade discursiva, de acordo como compreende Orlandi (2007) e Brandão (2004), baseadas nos estudos de Pêcheux (1969), que entende o discurso como uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza. Dito de outro modo, é um dos aspectos materiais da existência material das ideologias

Nesse viés, este artigo mostrou a presença de uma rede de memórias presentes na língua acerca do lugar social no qual o sujeito político Anthony Garotinho e Sérgio Cabral foram mostrados em suas posições de ex-governadores do Rio de Janeiro, inscritos nessa rede de memórias acessadas nesse universo chargístico. Contudo, os

sentidos cristalizados sobre esse lugar social de políticos brasileiros, logo foram reverberados, pois houve uma tomada de posição-sujeito, ao trazê-los inscritos no lugar social de ratos capturados, no Rio de Janeiro pelo Cristo Redentor, como bem compreende Indursky (2004), ao dizer que o discurso é acontecimento porque promove o encontro de uma memória atual e de uma rede de memórias. Desse modo, o processo discursivo de homens para ratos não se mostrou apenas como troca de posição-sujeito, mas sim como representação ideológica do outro.

Assim, é possível perceber que a charge continua sendo uma rica fonte de estudos da atualidade, com as contribuições da AD, pois segundo Orlandi (2007), as charges envolvem o sujeito e a situação nas condições de produção do discurso atravessadas pelo funcionamento da ideologia. Por isso, o Cristo Redentor, como lugar de poder no Rio de Janeiro, pode enunciar em sua posição-sujeito, ao não ser mostrado imóvel, como uma estátua e sim, como um sujeito que move seus braços nessa movência de sentidos que lhe outorga poder em seu lugar social para capturar os “roedores políticos”, que sob efeitos metafóricos, pode-se compreender estarem a roer as riquezas desse Estado do Brasil.

Do exposto, o sujeito religioso Cristo Redentor favoreceu um deslocamento de sentidos, pois houve o silenciamento do Cristo que, constituído pelo discurso religioso, ampara, abençoa e protege os sujeitos, para a ressignificação do Cristo que se projeta como aquele que captura sujeitos políticos roedores. Desse modo, nesses efeitos de sentido, há marcas que apontam também para o sujeito cartunista que inseriu esta charge nesse deslocamento de sentidos produzidos pela imagem do Cristo Redentor, conforme compreende Orlandi (1987) em seus estudos acerca do discurso religioso, ao dizer que do ponto de vista da Análise do Discurso, Deus ocupa o espaço da onipotência do silêncio e o homem precisa desse espaço para por uma sua fala específica. Logo, o sujeito cartunista está presente nessa produção de sentidos também.

Nesse ponto, esse artigo buscou compreender como o sujeito é constituído, simultaneamente, pela memória discursiva atravessada pela ideologia, bem como, a movência de sentidos que se dá ao se mudar de posição-sujeito inscrevendo-se numa memória para significar nesse tipo de gênero. Dito de outro modo, como sujeito e sentido se constituem mutuamente para reverberar, para favorecerem esse processo entre paráfrase e polissemia, contribuindo para a ressignificação. Que efeitos de sentido estão presentificados nesse tipo de produção?

Nesse aporte, Orlandi (2012) afirma que a relação dialética entre língua e história faz com que os dizeres sejam demarcados por uma ordem discursiva que estabelece os limites do discurso, pois é por meio do discurso, lugar constitutivo de enfrentamento teórico, que sujeitos e sentidos se constituem.

Por isso, de acordo com Lagazzi (2009), para a compreensão do sujeito discursivo torna-se necessário analisar seus discursos, delimitando o lugar social que sua voz ocupa, entrecruzada por vozes integrantes de dada realidade social, no processo enunciativo. Nesse aspecto, este artigo estudou uma materialidade discursiva que explicita discursos historicamente marcados, materializados em uma unidade discursiva que possibilita o já-dito ser inscrito em um outro acontecimento, promovendo interpretações e reflexões sobre o objeto de análise deste artigo: uma charge política inscrita na historicidade e que aponta para a exterioridade.

Referências

- BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 2004.
- LAGAZZI, S. **Linha de Passe: a materialidade significativa em análise**. RUA [online] – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>, n. 16, v. 2, 2010, acessado em 01 de dezembro de 2016.
- _____. **Recorte significativo na memória**. Em: INDUSRKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.
- _____. **Análise de discurso: a materialidade significativa na história**. Em: DI RENZO, A; MOTTA, An L. A. Rodrigues; OLIVEIRA, T. P. (Orgs.). *Linguagem, História e Memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.
- MARINGONI, G. **Humor da charge política no jornal**. Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- MUSSALIM, F. BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, E.P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2007.

- _____. **A Linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. **Discurso & leitura.** São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Discurso e texto:** formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Discurso Fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. 3 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- _____. **Ler a Cidade:** o Arquivo e a Memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Para uma Enciclopédia da Cidade. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003, p. 07- 20.
- _____. **Palavra, fé, poder.** Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. (1969). In: GADET & Hack. **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. **Papel da memória.** In: ACHARD, P. et AL. (Org.). Papel da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi (et al), 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **O discurso:** Estrutura ou acontecimento. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso:** atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.
- SILVA, C. L. M. **O trabalho com charges na sala de aula.** Pelotas, RGS: UFRGS, 2004.
- TORRES, C. A. (2001). **Democracia, educação e multiculturalismo.** Dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis: Vozes.
- Charge do Dia.** Disponível em:
<http://jconlineinteratividade.ne10.uol.com.br/charge/2016,11,18,index.html>.
Acessado em 18 de novembro de 2017.

Artigo recebido em: 02/02/2018

Artigo aprovado em: 14/05/2018

AS PALAVRAS DE ORDEM E A CENA PÚBLICA

Luciana Nogueira¹

Resumo:

O artigo apresenta parte de uma pesquisa de iniciação científica sobre palavras de ordem que circulam na cena pública, a partir de uma perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, estabelecendo relações com a Análise de Discurso. Analisa-se as palavras de ordem como acontecimento enunciativo e discursivo, levando em conta a argumentação e o político como conceitos centrais para compreender o funcionamento enunciativo das palavras de ordem, pelos porta-vozes, na cena pública.

Palavras-chave: Palavras de ordem; Porta-voz; Acontecimento; Político; Cena pública.

Résumé:

L'article présente une partie d'une recherche d'initiation scientifique sur mots d'ordre qui circulent dans la scène publique, à partir d'une perspective de la Sémantique Historique de l'Énonciation, en établissant des relations avec l'Analyse du Discours. On analyse les mots d'ordre comme événement énonciatif et discursif, en tenant compte de l'argumentation et le politique comme concepts centraux pour comprendre l'opération énonciative des mots d'ordre, par les porte-paroles, dans la scène publique.

Mot-clé: Mots d'ordre; Porte-parole; Événement; Politique; Scène publique.

Considerações iniciais

A partir do trabalho de iniciação científica desenvolvido por mim no curso de graduação em Letras, na UFSCar, e que teve como título “Argumentação e Acontecimento nas Palavras de Ordem”², apresentarei, neste artigo, apenas uma

¹ Doutora em Linguística pela Unicamp e docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Univás. Contato: lulunog@yahoo.com.br

² Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica iniciado em agosto de 2003, financiado pelo CNPq e de novembro de 2003 a abril de 2005, financiado pela FAPESP (processo nº 02/14215-4) e realizado no curso de Letras da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob orientação da Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva.

parte dele, como um relato de pesquisa, mais precisamente como é que analisei o funcionamento da palavra de ordem na cena pública, a partir de uma perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, estabelecendo relações com a Análise de Discurso. Esse trabalho foi desenvolvido no período de 2003 a 2005. O que apresento, então, é um trabalho bem inicial mesmo, no sentido de que foram os primeiros passos no mundo acadêmico-científico. Portanto, optei por manter o texto muito próximo ao que fiz naquele momento de descoberta científica. Um gesto de retorno ao que considero meu primeiro trabalho acadêmico, de retorno às minhas primeiras questões de pesquisa, as quais (me) deixam ver a relação de afeto e prática que tenho com a política, com o movimento social e com a linguagem.

Neste trabalho de pesquisa sobre palavras de ordem, tratei da enunciação como acontecimento, ou seja, como fato discursivo, observando o movimento da enunciação na relação com o interdiscurso e os enunciados que se entrecruzam em um momento dado e, nesse sentido, o conceito de acontecimento é o que me permitiu analisar a temporalidade da palavra de ordem. Ao trabalhar com o conceito de acontecimento discursivo e enunciativo, com um trabalho de interpretação, estabelecendo relações com o conceito de pré-construído, busquei me diferenciar assim da pragmática.

Esse estudo privilegiou a relação língua, enunciação e história e, a partir disso, mobilizei vários conceitos que interferem nessa relação para trabalhar com meu objeto de análise: as palavras de ordem. Os conceitos e noções mais mobilizados foram: argumentação, língua, acontecimento, enunciação, pré-construído, porta-voz, arquivo, antecipação, história, ideologia, designação, político, reescrita, cena enunciativa e cena pública. Ainda que de maneira inicial e breve, fizemos também alguns apontamentos sobre a relação entre real da língua e real da história.

As palavras de ordem que constituíram os recortes do corpus da pesquisa foram: “Não à ALCA!”, “Diga não à ALCA!”, “Não pagar a dívida e(x)terna!”, “Legalize já!”, “Verba pra educação, pra dívida externa não!”, “Abaixo o imperialismo!” e “Fora o FMI!”.

O conceito de arquivo, conforme propõe Pêcheux (1997), foi muito importante para a nossa leitura do corpus, pois o funcionamento do arquivo não é dado numa primeira leitura, ele é opaco. O trabalho de leitura do arquivo é constituído pela relação língua/discursividade e, nesse sentido, procurei estudar as relações entre o conceito de arquivo e o de pré-construído para fazer os recortes e análise das palavras de ordem. Iniciei o trabalho de análise pela palavra de ordem “Verba pra educação,

pra dívida externa não!” como uma negação polêmica e para isso me apoiei no trabalho de Indursky (1990), para quem:

a negação polêmica permite que se expressem, simultaneamente, no mesmo enunciado os pontos de vista antagônicos de dois enunciadores: o enunciado positivo é imputado a um primeiro enunciador; enquanto o negativo é atribuído a um segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica para opor-se ao primeiro (INDURSKY, 1990, p. 118).

Em “Verba pra educação, pra dívida externa não!” se confrontam dois pontos de vista incompatíveis, produzidos por enunciadores antagônicos. Para o primeiro a verba deve ser utilizada para pagar a dívida externa. Para o segundo enunciador a verba arrecadada no Brasil deve ir para a Educação, ou então, deve-se ter mais verba para a educação. Então, o enunciador dessa palavra de ordem mobiliza dois pontos de vista divergentes e, ao fazer isso, ele se identifica com o segundo para refutar o primeiro. É este procedimento que instaura a negação polêmica neste discurso. Por isso é que não temos aqui uma denegação, já que não há a ocorrência de ocultação de um comportamento admitido pela formação discursiva a que o enunciado está vinculado, como seria se fosse uma denegação. Ao contrário, são mobilizadas duas formações discursivas em que há o confronto entre as posições-sujeito.

Fizemos, ao longo da pesquisa, um estudo sobre a figura enunciativa do porta-voz na relação com o conceito de antecipação. Procuramos tratar do funcionamento interpretativo proposto, levando em conta a ideologia, sempre tendo como norte a argumentação no discurso. Para a análise do corpus, tivemos como procedimento estabelecer as designações e paráfrases das palavras de ordem, para compreendê-las como acontecimento, observando o político, que é constituído na divisão dos sentidos.

Na última etapa da pesquisa é que fizemos um estudo sobre a cena pública, ampliando a compreensão do conceito de político com Corten (1999) e estudando também a presença do político na narrativa jornalística, considerando a noção de cena pública. Apontamos relações com o estudo e a classificação das palavras de ordem de Moreno, como apresentarei brevemente adiante, e para isso o conceito de cena enunciativa de Guimarães (2002) foi central. Por último, trabalhamos com os documentos de proposta de implantação da ALCA. Para essa análise operamos principalmente com o conceito de político de Guimarães (2002), observando o confronto que se dá entre normatividades e a divisão do político.

1. Alguns elementos teórico-metodológicos da pesquisa

Com o conceito de argumentação, na Semântica, compreendi, neste trabalho, que é pela apreensão da direção argumentativa que as palavras de ordem produzem seus efeitos na mobilização social. Como metodologia de análise procuramos estabelecer a relação entre designações, analisando as reescritas e mobilizando o conceito de político. O conceito de político foi primeiro trabalhado na perspectiva de Orlandi (1998a), na qual o político é o fato de que todo sentido é sempre dividido e, mais ao final da pesquisa, momento em que já formulava um projeto de mestrado para analisar os documentos que propunham a criação da ALCA, trabalhei mais com o conceito de político de Guimarães (2002), tratando do confronto entre as normatividades. Para ele “*o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.*” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Depois, mais especificamente para o estudo da cena pública, é que trouxemos o conceito de político de Corten (1999), para quem o político é tratado como representação, que só se dá na cena pública, onde circula o litígio.

Com relação à palavra de ordem “Não à ALCA!”, fiz uma análise de recortes dos documentos das quatro Cúpulas das Américas sobre a constituição da ALCA³. Com essa análise, vimos que há a contradição de uma normatividade que estabelece uma divisão do real, de modo desigual, e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos, pois a palavra de ordem “Não à ALCA!” se representa como resistência a certa normatividade. O Enunciador Coletivo dos documentos da ALCA é um enunciador universal. Há várias divisões do político. Essas divisões se dão nos agentes de mobilização, nos participantes da mobilização, nos governos. A divisão do político ocorre pelas predicções determinadas pela antecipação da legalização que propõe o documento de criação da ALCA, isto é, a instalação de uma determinada normatividade.

Já com a palavra de ordem “Diga não à ALCA” trata-se de uma enunciação de ordem individual marcada pelo *diga*, cujo interlocutor é quem precisa ser mobilizado. Quando pensamos nas condições de produção dessa enunciação, nos deparamos com

³ Posteriormente, esses mesmos documentos constituíram o corpus do meu trabalho de Mestrado em que analisei as palavras “integração” e “progresso”, pela perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação e Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães, no IEL/Unicamp.

o contexto do plebiscito que aconteceu no ano de 2002, em que os brasileiros teriam que votar contra ou a favor da ALCA (Área de Livre Comércio entre as Américas). Então, os locutores da mobilização dizem: no plebiscito, na votação, diga não à ALCA! Assim, pode ser uma palavra de ordem tanto para o governo, que deve dizer não à ALCA, quanto para as pessoas, os brasileiros dizerem não à ALCA. Ao dizer “diga não à ALCA”, o enunciador se dirige mais diretamente ao seu interlocutor (no caso, o povo brasileiro). Ou seja, dizer “Não à ALCA!” é diferente de dizer “Diga não à ALCA” e o deslocamento aqui é determinado pelo acontecimento e esse movimento de enunciação se dá na relação com a exterioridade. O funcionamento da palavra de ordem é constituído na relação com os agentes de mobilização.

Quanto à enunciação, nós a compreendemos conforme a define Guimarães (1999, p. 21): “enunciação é por-se a língua em funcionamento, movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito.” Sobre essa questão de que a enunciação é que põe a língua em funcionamento, esta é uma elaboração que vem de Benveniste. Essa consideração é fundamentada no conceito de que a língua é movimentada pelo interdiscurso, por isso não tem como alguém se apropriar dela; além disso, é materialmente histórica. A todo momento essa historicidade é posta em relação com a ordem do discurso, à interdiscursividade. É devido a esse movimento que ela funciona. A enunciação produz sentidos e, de acordo com Guimarães (1995, p. 70), o sentido “são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.”

O acontecimento da palavra de ordem é mobilizado por uma relação com a exterioridade, sendo o acontecimento apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1993) e mesmo o cruzamento de discursos diferentes num texto (GUIMARÃES, 1995), ainda que se tratem de diferentes ordens de acontecimento, nós trabalhamos no entremeio dessas noções, nessa pesquisa de iniciação científica. A temporalidade da palavra de ordem parece estar próxima do fato, mas o funcionamento é constituído na relação com agentes de mobilização, como, por exemplo, partidos políticos, movimentos sociais, comitês de luta, setores da igreja, sindicatos, etc.

Com relação às análises propriamente ditas das palavras de ordem, mais pormenorizadas, eu as publiquei em Cadernos de Pesquisa da Unidade de Pesquisa em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem – UEHPOSOL, do Departamento de Letras da UFSCar.

2. Uma política para as palavras de ordem

Na última etapa da pesquisa de iniciação científica, procurei estabelecer uma relação entre a análise que desenvolvi e o que Nahuel Moreno,⁴ um destacado dirigente trotskista da América Latina, elabora sobre as palavras de ordem. Para isso, fiz alguns recortes de seu livro, intitulado: “Teses para Atualização do Programa de Transição⁵” (1992) e o texto “A Traição da OCI(u)”, de 1982, publicado em português no livro “Os governos de frente popular na história”, em 2003. Nesses dois documentos, ele trata da questão das palavras de ordem e propõe uma categorização entre as palavras de ordem que seriam mobilizadoras e as que seriam agitativas. Com isso, pude compreender um pouco a diferença que há entre a análise da política das/nas palavras de ordem e a análise do político nas palavras de ordem. Moreno propõe uma certa categorização das palavras de ordem, a partir da análise da conjuntura, com o método do materialismo histórico dialético. Na tese XXXV, Moreno trata do papel das palavras de ordem (propaganda, agitação e ação). Para ele “o aspecto que apresenta maiores dificuldades para o marxismo é formular essas frases ou palavras de ordem” (MORENO, 1992, p. 134). E acrescenta que:

Assim como nós, procurando mobilizar a classe operária, elaboramos frases que sejam compreensíveis para as grandes massas, os aparatos contra-revolucionários fazem a mesma coisa: formulam palavras de ordem, frases compreensíveis para as grandes massas, mas com o objetivo oposto ao nosso: desmobilizá-las (MORENO, 1992, p. 134).

Desse modo, as palavras de ordem são de dois tipos: algumas são somente para se dialogar com o movimento de massas, ainda que não haja possibilidades imediatas de se passar à ação e outras são para a ação e mobilização do movimento de massas. A palavra de ordem, nessa perspectiva, deve ser uma síntese das necessidades imediatas e da consciência imediata do movimento de massas, com o objetivo de se alcançar uma mobilização. Ao falar da importância de adequar as palavras de ordem à situação imediata da luta de classes e das tarefas de um partido trotskista, Moreno afirma que: “Todo partido trotskista que, nesta hora de mudanças

⁴ Nahuel Moreno (Argentina, 1924-1987) foi um dos principais dirigentes do trotskismo da América Latina, dedicando praticamente toda sua vida a acompanhar as lutas operárias e populares e a impulsionar a construção de partidos socialistas revolucionários leninistas.

⁵ Moreno escreveu essas teses com a finalidade de servirem de base para o programa da IV Internacional – Comitê Internacional de Reconstrução (QI – CI). É uma organização surgida em 1980, como resultado de uma união de duas correntes, nas quais uma era liderada por Nahuel Moreno (Argentina) e a outra por Pierre Lambert (França). Nessas teses, temos pelo menos dois capítulos que são dedicados especificamente à questão das palavras de ordem.

ininterruptas na luta de classes, continua com as mesmas palavras-de-ordem e análises, está equivocado” (MORENO, 1992, p. 137).

Assim, nós teríamos algumas categorias de palavras de ordem, que podem se combinar, segundo Moreno:

- palavras de ordem somente para dialogar com o movimento de massas;
- palavras de ordem para a mobilização do movimento de massas;
- palavras de ordem para a ação do movimento de massas;
- palavras de ordem para a agitação;
- palavras de ordem de propaganda.

De maneira que teríamos enunciações direcionadas ao efeito do diálogo, da mobilização, da ação, da agitação e da propaganda. Esses enunciados então é que compõem a política da palavra de ordem do locutor-dirigente do movimento/organização (Moreno) em que a conjuntura conta fundamentalmente.

Do ponto de vista da teoria com que trabalhamos, o momento em que as palavras de ordem são enunciadas nos interessa enquanto condições sócio-históricas de produção do discurso, enquanto interdiscurso, enquanto cena enunciativa, enquanto memoráveis que são recortados, etc. De acordo com Guimarães (2002), os memoráveis são recortes do acontecimento que são dados pelo próprio acontecimento da enunciação. Por outro lado, sem a noção de acontecimento, tal como na Análise de Discurso, não poderia analisar as palavras de ordem dessa perspectiva discursiva, pois é nos cruzamentos de discursos, através das análises das designações que fiz, que é possível ver o acontecimento da palavra de ordem enquanto um enunciado discursivo.

Ao tratar da política da palavra de ordem, Moreno mostra as diferentes “categorias” delas para o movimento, mesmo porque se trata de uma definição da política da palavra de ordem e não de uma análise linguística/enunciativa. Para o autor, vale dizer, as palavras de ordem podem ter o papel de desencadeamento de um movimento social. A palavra de ordem passa do anonimato para a enunciação coletiva. Ela sozinha não é nada. É o dizer coletivo que a faz e assim a palavra de ordem só se dá no acontecimento.

A designação é do âmbito do político. E o político, segundo o que propõe a teoria da Semântica do Acontecimento, conforme Guimarães (2002), é a contradição que instala o conflito no centro do dizer. Considerando isto, analisei cada palavra de ordem que tomei como recorte fazendo a relação entre designações, por meio de suas reescritas e também observando as divisões que se dão no processo de argumentação

pelo conceito de político de Guimarães (2002). Em todas as palavras de ordem analisadas, observamos que há uma discursividade contra um certo discurso dominante, presente nos locutores da mobilização, os enunciadores das palavras de ordem.

3. O Porta-Voz

As palavras de ordem circulam pelos/nos agentes de mobilização. A partir disso, busquei compreender como é que funciona a figura do porta-voz em mobilizações sociais e como o porta-voz instaura o confronto na mobilização. Pêcheux (1990) afirma que o porta-voz é, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento:

o efeito que ele [o porta-voz] exerce falando “em nome de ...” é antes de tudo efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

O porta-voz, assim, dá visibilidade e concretiza o momento em que o invisível do acontecimento se torna visível, por um efeito visual. Na enunciação sempre temos um movimento. Esse movimento caracteriza uma diferença e uma divisão de sentidos num conflito estabelecido no dizer. O porta-voz é então aquele que fala *em nome de* e se constitui num enunciador, que não é universal nem individualizado; o porta-voz, em nossa compreensão, é um enunciador historicizado. É o porta-voz que dá visibilidade ao conflito que, por sua vez, vai culminar em um confronto. Quando temos a enunciação da palavra de ordem, temos o confronto estabelecido no dizer e na sociedade, na história.

Ao analisarmos o papel do porta-voz, se colocou então a questão da antecipação, que se dá através de relações imaginárias no processo de argumentação no discurso. Esse conceito de antecipação, mais a questão da evidência (o funcionamento da ideologia como produção de evidências) tratada na Análise de Discurso e as relações imaginárias, vão possibilitar uma relação a ser pensada entre a palavra de ordem, o real e o “estado de mobilização”. O mecanismo de antecipação

(ORLANDI, 2002) consiste em que todo sujeito pode se colocar no lugar de seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem e isso é constitutivo de todo discurso.

O porta-voz instaura o confronto por meio da enunciação da palavra de ordem. Esse confronto só funciona na cena pública ou no “estado de mobilização”. Os agentes de mobilização, enquanto locutores porta-vozes, administram os conflitos. A questão que se colocou então foi: qual é o sentido de repetir a palavra de ordem no confronto que se dá na cena pública?

Manoel de Barros, com sua brilhante poesia, em “Uma didática da invenção”, indica um caminho possível:

Repetir repetir – até ficar diferente.

Repetir é um dom do estilo.

4. A Cena Pública

As palavras de ordem circulam pelos/nos agentes de mobilização, trabalhando nas posições antagônicas para a cena pública, quando é confronto. Os agentes de mobilização antecipam a cena pública, ou seja, o confronto. Assim, temos o locutor L1 = representantes dos agentes de mobilização, que coincide com o enunciador E1 = porta-voz. E temos o locutor L2 = povo, que coincide com o enunciador E2 = enunciador coletivo = participantes da mobilização. O L1 é um locutor coletivo, que é dividido. Os representantes dos agentes de mobilização são os representantes de partidos políticos, associações, sindicatos, correntes políticas e outras organizações de movimentos sociais. E1 é porta-voz do Locutor 1. O Locutor 2 (L2) = povo, que são os participantes da mobilização e são divididos em: participantes envolvidos com a mobilização; participantes dos partidos e lideranças; e mesmo aqueles que podem desconhecer os motivos da mobilização.

Os agentes de mobilização têm o Lugar Social e o Lugar do Dizer. A função do enunciador E2 é de dar visibilidade ao acontecimento. Isto se dá no movimento, na mobilização. No Lugar do Dizer dos agentes é que temos as posições sujeito antagônicas contra o governo e o FMI, como no caso que analisamos das palavras de ordem: “Fora o FMI” e “Não pagar a dívida e(x)terna”. Diante dessa reflexão temos então uma outra divisão que é: i. agentes da mobilização e ii. participantes da mobilização. Nessa divisão temos o político. Cada uma dessas divisões se constituem em espaços divididos, que são espaços de enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

Assim, Guimarães (2002) considera que o espaço de enunciação é um espaço político. Na cena enunciativa, a divisão que se põe de direito à fala é administrada por um Locutor Coletivo, no sentido de que nem todos os agentes de participação estão diretamente envolvidos com a organização da mobilização, e o modo de dizer é universal. Alguns apenas participam como agitadores ou como quem adere à manifestação. O direito à fala é o direito de repetir. O direito à fala, na palavra de ordem, é dividido. Assim temos: direito de agente participante mobilizado e direito de agitador, participante que *repete*. Temos então, graus diferenciados de envolvimento com a mobilização. O que dá o sentido à palavra de ordem é a divisão na repetição. A quantidade de mobilizados e os graus de envolvimento com a mobilização constituem a cena pública. Não pretendemos esgotar aqui a discussão da repetição das palavras de ordem, mas já visualizar como é que funciona a repetição da palavra de ordem enunciativamente e discursivamente.

A voz coletiva que repete está sempre repetindo um já-dito e isso se inscreve na ordem do ideológico. Os sujeitos que repetem se colocam como autor da enunciação de repetição, no caso da palavra de ordem. Existe um “acordo”, uma adesão política, um laço entre os que repetem as palavras de ordem. É por isso mesmo que esse mecanismo de repetição se inscreve na ordem do ideológico.

Quando vamos para a cena enunciativa, podemos dizer que temos o Lugar Social “agentes da mobilização” e o Lugar Social “participantes da mobilização”. Porém, os lugares de dizer dos enunciadores das palavras de ordem são igualmente universais. O enunciador da palavra de ordem toma sempre a forma da coletividade. O sujeito se transforma em um *nós* que lhes é incomum, tanto aos agentes da mobilização quanto aos participantes da mobilização.

Considerando a questão da produção de sentidos das palavras de ordem no movimento, na mobilização, buscamos então compreender como é que funciona a interpretação no discurso e na relação que isso tem com os sujeitos da mobilização. Para tanto, me apoiei no trabalho de Orlandi (1998) sobre a questão da leitura e da

interpretação. Para a autora, a interpretação é função da historicidade. Não se analisam os textos, mas sim, como os textos produzem sentidos.

De acordo com Orlandi (1998), o interdiscurso se localiza na constituição do discurso e é da ordem do repetível. Não é no interdiscurso que o analista de discurso tem acesso direto, mas no intradiscurso, onde há a formulação no aqui e agora do sujeito. Ela afirma que há o fato de que é pelo intradiscurso que o sujeito intervém no repetível, porém é o interdiscurso que regula os deslocamentos dos limites de cada formação discursiva, incorporando os efeitos do já-dito.

Nos interessou compreender, nessa perspectiva, algo sobre a “consciência do falante”. Tratamos de falante aqui, não na perspectiva de Saussure de falante e ouvinte, mas sim de falante enquanto uma categoria enunciativa. De acordo com Orlandi (1998, p. 16), “a previsibilidade, a regularidade não são fatalidades mecânicas. São parte da história, ou melhor, das histórias dos sujeitos e dos discursos”. Para ela, determinar não é antever, não é fixar, nem prever num sentido conteudístico, mas sim conhecer o princípio de funcionamento. É conhecer, dessa forma, quais são as condições de realização.

Sobre a condição do sujeito no discurso, Orlandi afirma que:

O que temos a dizer é que reconhecer que o jogo da palavra é fortemente administrado e explicitar a organicidade desse poder dizer não significa poder ‘dominá-lo’. Ao contrário, o que a Análise de Discurso mostra é a equivocidade desse poder, o fato de que ele está à cavalo sobre a língua e a história, entre a estabilidade e a movência, entre a vontade e a indiferença. Não há nem um agente onipotente na origem e nem um poder institucional todo poderoso no fim (ORLANDI, 1998, p. 17).

Nesse sentido, o sujeito (e aqui não é falamos em “falante”) se constitui num movimento de entrega e de resistência. O processo de resistência é “estabelecer um outro lugar de discurso onde se possa (re)significar o que ficou 'fora' do discurso.” (ORLANDI, 1998, p.17).

Ao repetir a palavra de ordem, o sujeito se expõe à historicidade. Há um deslocamento aí que é produzido pela exposição do sujeito à historicidade. Nessa perspectiva, a interpretação não é algo transferível. Ela pode ser trabalhada, transformada, pois, como afirma Orlandi, “cada um tem seu gesto que só faz sentido no seu evento.” (ORLANDI, 1998, p. 21).

No decorrer desse trabalho sobre a cena pública, me pareceu importante pensar sobre a “necessidade” da cena pública, de sua constituição e, nesse sentido,

tentei dar resposta às seguintes questões: por que os agentes de mobilização antecipam a cena pública? E ainda, uma pergunta que antecede é por que é preciso instaurar a cena pública? Pensando nessas questões é que podemos dizer que não há um espaço de enunciação onde os interlocutores têm o direito de participar, ou não está constituída a cena enunciativa no caso da palavra de ordem. Há os que ficam de fora. Só enquanto cena pública é que temos o conflito. A antecipação do conflito é para não aceitar uma normatividade. A partir do momento em que não há esse espaço para as diferentes posições dizerem igualmente, é preciso então que se crie esse espaço para dar visibilidade ao confronto, como resistência à normatividade que divide desigualmente o real.

Nesse sentido, o conceito de político de Corten (1999) e de cena de representação me ajudou a formular algumas questões acerca da cena pública. “Por cena de representação, não se deve, portanto, compreender uma cena que refletisse outra coisa. É o discurso em sua circulação que constrói a montagem e delimita o fechamento da cena”. (CORTEN, 1999, p. 37).

Ou seja, o que Corten apresenta na citação acima diz respeito à circulação do litígio. Essa circulação do litígio se dá na cena pública, ou nesta cena de representação da qual ele fala. Na circulação do litígio nós temos o Locutor da Manifestação e o Locutor da Não Manifestação. A cena pública ou de representação é o espaço que é constituído para a circulação do litígio.

Corten afirma que o político é em si mesmo uma representação. Ele também fala da divisão e da relação que existe entre a cena e o real. A relação mostra a divisão. Aí está o político, ou a representação do político, para o autor. Para ele, a cena apresenta a ficção do “príncipe possível”. E essa ficção, por sua vez, é o político (uma representação). Onde existe o político, esse “príncipe possível” não pode dispensar esse relato e, nessa medida, “o próprio ‘príncipe real’ não pode dispensar a ficção do ‘príncipe possível’.” (CORTEN, 1999, p. 38).

Em seguida, o autor trata da questão da representação das forças políticas e aí se tem que o poder, tal como é concebido (o “príncipe possível”), é produzido pelo relato de poder. O que nos interessou saber é em que medida a cena pública seria esse espaço de representação do político?

Quando Corten trata dos locutores autorizados do discurso político, ao analisar o exemplo paradigmático do historiógrafo real, em que discute o relatório de Pellisson endereçado a Colbert, expondo um projeto de historiografia de Luís XIV, nos pareceu interessante observar o fato de que, de acordo com Corten, Pellison

transforma o rei em sujeito obrigatório da cena de representação por ele constituída. Nesse mesmo sentido, consideramos que na palavra de ordem “Não à ALCA!” na cena pública o governo é transformado em sujeito obrigatório da cena de representação constituída pela manifestação ou pela mobilização.

É nesse sentido que dialogamos com Corten, a partir do conceito de cena pública. O que nós estamos tratando de cena pública, Corten trata como cena de representação do político. A cena de representação só existe na cena pública. E, para tratar de representação numa cena, vemos que o conceito de cena enunciativa, já abordado anteriormente, é fundamental no procedimento das análises, pois interessa saber quem é o sujeito, ou melhor, quem são os sujeitos da cena pública onde se dá o confronto. A partir disso, podemos pensar no que é que precisa ser representado na cena. O que precisa ser representado é o confronto que se dá entre sujeitos ou práticas discursivas sociais distintas. Esse confronto passa a ser representado pela posição que têm os manifestantes do assunto em questão. Leva-se essa posição para o conhecimento público através do confronto na cena pública.

No que diz respeito à língua política, o autor afirma que ela é proliferação de “enunciados transformadores”. E nessa perspectiva a língua só é política na relação com o efeito de relato. Ela se apresenta como sentido na representação das forças políticas. Daí que essa cena não é regida por regras. A língua política seria então “a expressão condensada do caráter aleatório do acontecimento discursivo, o efeito de relato seria, se assim se pode dizer, um macro-acontecimento discursivo. Ele não vem nem de cima, nem de baixo.” (CORTEN, 1999, p. 50).

É nessa linha de pensamento que Corten diz que os discursos políticos se inscrevem no campo da persuasão. Os discursos políticos sempre se referenciam na cena de representação.

Para Corten (1999), o político é uma representação que se dá no espaço de enunciação, cujo acontecimento é público. Esse conceito de cena pública possibilita a criação mesmo do confronto e aqui considere necessário analisar o conflito que se põe para tratar das contradições com a normatividade já posta. O político está no centro do dizer, no direito ou não-direito à fala, na constituição da mobilização.

A argumentação na cena pública é tratada nas divisões na relação com as determinações pelas predicções no interdiscurso. Também a antecipação na palavra de ordem funciona na direção de *não legalizar a ALCA*, conforme vimos em nossas análises da palavra de ordem “Não à ALCA!”. E então o litígio é antecipado na cena pública.

Considerações finais

Começamos nossas análises da cena enunciativa a partir de Guimarães (2002), com sua elaboração sobre a cena enunciativa, o político e o espaço de enunciação. Estes conceitos foram mobilizados para compreendermos, nessa pesquisa de iniciação científica, as categorias do sujeito da enunciação. Porém, ao tratar das palavras de ordem na perspectiva enunciativa, além do conceito de cena enunciativa, considerando que há instauração do confronto público de um modo muito específico, é que procuramos trabalhar com a noção de cena pública, pois a palavra de ordem se dá nesse espaço enunciativo: a cena pública. Daí é que o conceito de representação do político de Corten (1999) nos interessou. Para o autor, a representação do político se dá somente na cena pública.

Com relação à argumentação, nossa análise apontou para que a palavra de ordem “Não à ALCA!”, na relação com a divisão dos locutores no espaço de enunciação e na divisão que é legalizar e deslegalizar ou não-legalizar, argumenta para a *deslegalização*, determinada pela negação das reescrituras dos verbos predicados para a “ajuda”, que a ALCA promoveria⁶. O litígio é antecipado na cena pública. A argumentação contra se dá na relação com todas essas divisões. As divisões sustentam a deslegalização, pois tratamos da argumentação no acontecimento.

A palavra de ordem traz o movimento que vem da mobilização para o confronto. A palavra de ordem não tem a possibilidade do litígio no jurídico. No caso das palavras de ordem, ela só se dá na cena pública porque é necessário o embate público para negar uma determinada normatividade. A cena pública é caracterizada pelo acontecimento na relação com as antecipações e o interdiscurso. É o dizer coletivo que faz a palavra de ordem e o dizer coletivo se dá no acontecimento. Mesmo no dizer coletivo, observamos que há a divisão entre agentes da mobilização e participantes da mobilização. O conceito de político possibilita a análise dessa divisão. A partir dos graus diferenciados de envolvimento com a mobilização, temos um modo específico do direito à fala como o direito de repetir. A voz coletiva que repete está repetindo um já-dito e esse processo é ideológico. O sujeito que repete se

⁶ Nossa análise dos verbos que predicam a ALCA, como criar, elevar, incluir, promover, reduzir (a pobreza), melhorar, etc. nos possibilitou compreender como esses verbos são modos de reescrever o bem-estar social promovido pela ALCA, determinando a argumentação favorável à sua aprovação. Cada uma dessas reescritas designam o que seja a ALCA. Ao designar o objetivo da ALCA, são representadas diferentes operações enunciativas com os verbos de ajuda. A cada vez que se reescreve, se cria diferentes sentidos para a ALCA. Os diferentes modos de se (re)significar os sentidos da ALCA se dão através das operações enunciativas dos verbos.

expõe à historicidade e se desloca numa posição sujeito de repetir a palavra de ordem. Porém, a repetição não é só repetição porque há a interpretação também, conforme Orlandi (1998).

É com a cena pública que podemos mostrar que o funcionamento da palavra de ordem é constituído na relação com agentes de mobilização. A cena pública é interessante para pensar a enunciação coletiva (as palavras de ordem), pois os sentidos delas se constituem na cena pública, que é caracterizada pelo acontecimento e pelas condições sócio-históricas de produção do dizer, do discurso.

Referências

- CORTEN, A. Discurso e representação do político. In: Indursky, F. e Ferreira, M. **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 173-186.
- GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 163-183.
- GUIMARÃES, E. **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. Interpretar Língua e Acontecimento. Artigo publicado na **Revista Brasileira de Letras – UFSCar**, vol. 1, n. 1, 1999, p. 19-23.
- _____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas – SP: Pontes Editores, 2002.
- INDURSKY, F. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: **Caderno de Estudos Linguísticos 19**. Campinas. IEL/UNICAMP, 1990, p. 117-122.
- MORENO, N. A Traição da OCI(u). [1982]. In: **Os governos de frente popular na história**. São Paulo: Sundermann, 2003.
- MORENO, N. **Teses para Atualização do Programa de Transição**. São Paulo: CS Editora, 1992.
- ORLANDI, E. Observatório do político. **Fórum Linguístico**, Fpolis, n. 1, 1998a, p. 73-81.
- _____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: Orlandi, E. (org.) **A Leitura e os Leitores**. Pontes, Campinas, 1998b, p. 7-24.
- _____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PECHÊUX, M. (1990). Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Orlandi, E. e

Geraldi, J. (orgs.) **Cadernos de Estudos Lingüísticos 19**: O Discurso e suas análises. Campinas: UNICAMP, p. 7-24. Traduzido por José Horta Nunes.

_____. **O Discurso - estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes. Tradução: Eni P. Orlandi. 1997.

Resenha: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas; Pontes, 1999.

UMA LEITURA PELOS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Jéssica Vidal Damaceno*

Renata Maira Tonhão Bolson**

Symone Angélica Cezar da Silva Augusto***

Introdução

O livro “O papel da Memória”, publicado no Brasil pela editora Pontes em 1999, contou com a importante participação de José Horta Nunes na tradução e introdução. A obra traz quatro textos de uma sessão temática no colóquio intitulado “História e Linguística”, realizado em 1983 na Escola Normal Superior de Paris.

Os artigos refletem, de diferentes maneiras, sobre os acontecimentos históricos, midiáticos e culturais e como a memória pode reverberar produções de sentidos a partir da estruturação do discursivo, ou seja, a forma como a memória social se (re)produz. De que modo os acontecimentos inscrevem-se no espaço da memória – no interior ou exterior a ela? –; Como é compreendida pelas respectivas áreas de estudo e quais as possíveis relações que estabelecem entre si para, ao final, ter-se um possível entendimento do discurso que, ao materializar-se pelo acontecimento, desloca e desregula os implícitos. Os temas abordados pelos autores podem remeter a diversas reflexões e caminhos interpretativos.

*Licenciada em Química pela Universidade de São Paulo USP-RP, membro do Gepalle - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização, Leitura e Letramento; jessicavidaldamaceno@hotmail.com

**Mestranda em Educação pelo Programa de pós-graduação da FFCLRP-USP, membro do Gepalle - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização, Leitura e Letramento; renatabolson@usp.br

***Mestranda em Educação pelo Programa de pós-graduação da FFCLRP-USP, membro do Gepalle - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização, Leitura e Letramento; symoneaugusto@usp.br

O fio condutor de toda obra permite o entrecruzamento das discussões sobre a imagem, o texto e os discursos, e nos “conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio à uma memória” (ACHARD et al., 1999, p. 49-50). A discussão sobre o papel da memória busca os acontecimentos que ocorrem em um dado momento sócio-histórico-ideológico objetivando compreender os sentidos enquanto efeitos da discursividade, do simbólico, da significação e do mítico, e como se organiza a linearidade entre o passado, presente e futuro, para uma coerência interna dos acontecimentos.

Os questionamentos trazidos na introdução do livro são essenciais e apontam caminhos para a compreensão desse complexo dispositivo discursivo. Seguimos com as questões: O que é memória?; Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, deslocada, restabelecida?; De que modo os acontecimentos – históricos, midiáticos, culturais – são inscritos ou não na memória?; Como são absorvidos?; Produzem uma ruptura? A partir dos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador.

A memória não se produz, mas é produzida pelos acontecimentos sociais que se inscrevem pela língua e na história. Precisa ser analisada na materialidade complexa, na relação do texto com a imagem, ou seja, transitar do visível para a materialidade da língua (discurso). O trabalho da memória apenas se efetiva se houver uma negociação entre o dispositivo e o acontecimento histórico. A partir desse processo, os sentidos, imprevisíveis, produzem deslocamentos interpretativos, que podem afetar as significações de compreensão do sujeito em uma sociedade. A memória não comporta um sentido único e homogêneo, mas possibilita polêmicas, tensões, réplicas e contra-discursos. Para analisá-la criticamente precisamos questionar, estranhar os discursos e acontecimentos para romper com os sentidos que tendem a se naturalizar. Caso contrário, se a memória for apenas absorvida, estaremos reproduzindo o que se institui como verdade.

Apresentamos a seguir, separadamente, as inquietações da cada autor sobre a memória.

2 MEMÓRIA E PRODUÇÃO DISCURSIVA DO SENTIDO

Pierre Achard contribui esclarecendo que os implícitos constituem a memória por meio do discurso. Ele considera que o implícito trabalha com hipóteses que circulam a partir do já-dito, como a paráfrase ou os genéricos discursivos, por exemplo, e que formam a base de um imaginário memorizado, um consenso. Os implícitos compõem, estruturam o discurso, formam a materialidade de uma memória social. Essa materialidade enunciativa é permeada de implícitos que não são passíveis de explicação, justamente pela sua falta. Mas de onde vem esse consenso? Quem disse? A própria ausência do que não foi dito o (re)constrói, segundo Achard et al. (1999), “sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase”(p. 13). Os implícitos não são fáceis de serem localizados, porque eles estão “ausentes por sua presença” (p. 52).

Tomemos como exemplo o jargão comumente presente no discurso pedagógico escolar: “o professor dá aula”. Um discurso fortificado pela regularização e repetição. Como se o trabalho docente fosse um material concreto, como uma caneta, que pode ser dada a alguém. É, sim, um trabalho político-pedagógico que exige competências e saberes.

Para avançar, é necessário lembrar sobre os elementos enunciativos dos implícitos (conteúdo da enunciação do discurso). Eles funcionam (regulam e retomam) quando imersos em uma situação, pois trabalham “mediando as reformulações que permitem reenquadrá-los no discurso concreto” (ACHARD et al., 1999, p. 14). A dialética com a prática social nos conduz à repetição e regularização que não podem ser deduzidas do *corpus*, mas são hipóteses do analista. A cada nova ocorrência possibilitam novos contextos e/ou outros sentidos. O discurso é “objeto de retomada” e, conseqüentemente, a memória é reconstruída na enunciação (p.17).

Para Achard, a regularização produz um efeito de sentido que confere legibilidade e estabilidade. É passível de rupturas a partir de um novo acontecimento discursivo (retomada), deslocando a memória. Nesse processo, é estabelecido um jogo de forças, de um lado a regularização para manter o pré-existente (paráfrase) e do outro a (des)regulação dos implícitos. Caso o analista afaste-se das evidências propostas pela enunciação; das estabilidades oferecidas pela paráfrase, ele pode interrogar os efeitos dos possíveis sentidos, por saber que a questão da interpretação é incontornável e sempre retorna.

Nesse momento de explanação sobre o papel da memória, queremos pensar a educação como um processo sócio-histórico, por oferecer condições e mecanismos que se inscrevem no espaço da memória produzindo sentidos. Espaço que repousa no

acontecimento para o mesmo ou para o diferente, para a paráfrase ou para a metáfora.

3 A IMAGEM, UMA ARTE DE MEMÓRIA?

Jean Davallon foi professor em semiótica e sociosemiótica, diretor de pesquisas e responsável pela Escola Doutoral Espaço, Tempo e Poderes, Práticas Culturais, na Universidade de Avignon, França. Desenvolveu pesquisas sobre o patrimônio, as instituições culturais e os processos comunicacionais de produção e recepção de cultura. Foi membro do Laboratório Cultura e Comunicação, além de desenvolver uma abordagem sociosemiótica dos fenômenos comunicacionais dos museus.

“A imagem, uma arte de memória?”, é o terceiro capítulo do livro, contribuição de Davallon, que traz interpelações relativas ao aparecimento da imprensa e o provável desuso dos registros da imagem e do som, sendo substituídos pela modernidade das mídias, expressando a ideia de que a “memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos das mídias” (ACHARD et al., p. 23). Desse modo, o autor nomeia tal concepção de “tecnicista” e a divide em dois questionamentos: 1) o que é preciso para que um acontecimento constitua uma memória?; 2) frente a uma redução tecnicista, como fica a coesão social e a instituição societal¹, as relações políticas e sociais.

Segundo o autor, “O registro do ‘acontecimento’ deve constituir memória, quer dizer: abrir a dimensão entre o passado originário e o futuro, a construir, de uma comemoração” (p. 24), podemos entender que, entre o fato acontecido - realidade - e a significação do fato, há uma formação de memória, como fato social.

Davallon registra que “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (p.25); acontecimentos sociais marcantes engendram uma rede de sentidos e tramas sociais evocando assim, uma dimensão simbólica de imagens do acontecimento histórico.

¹ Relativo à sociedade, sobretudo considerada do ponto de vista da sua estrutura, organização ou função; próprio da vida em sociedade

A imagem opera na memória, pois representa a realidade, mas também pode conservar a força das relações sociais. A eficácia simbólica da imagem pode evidenciar duas características semióticas:

1) A instância textual e enunciativa. Na publicidade usa-se a relação de cor ou certo contraste de forma que retém o olhar e, ao mesmo tempo, quer nos dizer da qualidade que distingue um produto dos outros. Então, a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação.

2) A imagem como um operador de simbolização. É como se a imagem integrasse os elementos que a compõem em uma totalidade, portanto estaríamos sob a evidência desse efeito formal e estético.

Por fim, Davallon segue ressaltando que cada leitor fornece à imagem sua razão de ser, que está fora do espaço e da imagem, assim como, o acontecimento memorizado.

4 MEMÓRIA GREGA

Jean-Louis Durand, autor do quarto capítulo, efetuou pesquisas semióticas sobre o gestual na antiguidade ateniense clássica, mostrou como a epopeia heróica grega fazia irrupções nas cenas visuais da democracia ateniense (em particular as cenas funerárias), por meio de telescopias burlescas por seu anacronismo.

O autor aborda a cultura grega clássica, uma cultura de práticas próprias e fechadas, não permitindo que novos acontecimentos entrassem para a memória, baseando-se nos mitos e na epopeia de Homero.

Durand relata que, para a cultura grega clássica, existe uma hierarquia de enunciação, sendo o poeta aquele autorizado a enunciar. Dessa forma, a produção do memorável terá sempre, naquela sociedade, a rivalidade e a nostalgia do épico. E é aí que a imagem entra com uma vantagem fundamental, pois representa e ao mesmo tempo produz sentido.

O autor traz a informação de que a imagem tem um valor metafórico e é assim assinalado do interior do próprio dispositivo, encenando os personagens épicos, memoráveis fundadores, e a eles associando as novas discursividades, (re)constituindo-se como formadores de discursos e (re)atualizando a memória. Durand afirma que a imagem pode praticar uma política de memória um pouco mais

flexível, uma vez que as questões de enunciação não se colocariam no interior do novo conjunto de condições específicas de produção, mas na vinculação entre o novo e o antigo.

Podemos relacionar tais informações com as reflexões de Alarcão (2001), quando se refere às estruturas físicas da escola atual. Os edifícios escolares são lugares defasados em relação às concepções de formação, às formas de gestão curriculares e às exigências do relacionamento interpessoal neste início de milênio. Podemos analisar alguns espaços escolares com estruturas épicas, antigas e sem nenhuma modernização. Edifícios com salas de aula sem espaços de convívio, desporto, cultura, de trabalho em equipe, de inovação e experimentação.

Relacionamos então, à nostalgia do épico, apresentada por Durand, com a nostálgica estrutura escolar, refletida por Alarcão.

5 PAPEL DA MEMÓRIA

Michel Pêcheux foi uma das figuras mais importantes para a Análise de Discurso de matriz francesa. Dedicou seus estudos a compreender como a linguagem é interpelada pela ideologia e como esta se materializa no discurso dos sujeitos, entre tantas outras contribuições.

Neste livro, o autor inicia seu texto retomando os temas apresentados nos capítulos anteriores, com o objetivo de revelar a importância do papel da memória. Para isso, o autor situa as exposições anteriores no contexto das pesquisas em Análise de Discurso e mostra, por fim, como a memória permitiu que temas, a princípio diferentes e circundados de tensões textuais, pudessem encontrar-se e proporcionar discussões que se estenderam desde as disciplinas de interpretação até a relação do texto com a imagem.

Nessa perspectiva, o autor propõe que a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (ACHARD et al., 1999, p. 50). Considerando que tais sentidos culminam em uma memória, percebemos que pode existir certa dificuldade para que o acontecimento se inscreva nesse *espaço* devido à grande diversidade de condições que supostamente se apresentam para o sujeito.

Passamos a trabalhar com a ideia de fragilidade; de que a memória é um espaço em constante contradição, retomadas e desdobramentos e, por isso, o autor

“procura compreender, junto a linguistas, semioticistas e historiadores, a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (p. 50). O autor revela que essa dificuldade precisa ser confrontada, pois é ela que rodeia esse campo de pesquisa que se afasta cada vez mais do explícito, trilhando caminhos por entre a língua, a discursividade e o simbólico. Em outras palavras, tudo o que toca as disciplinas de interpretação.

Na tentativa de compreender a relação entre memória e forma como o acontecimento inscreve-se nela, Pêcheux propõe que tal processo ocorre com dupla forma: 1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se; 2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido.

Alguns acontecimentos podem escapar à inscrição porque não são narrados, relatados ou porque foram silenciados de alguma forma. Em contrapartida, outros aparentam não ter ocorrido, porque não há tomada de posição ou interpretação. Pensemos por exemplo, no acontecimento ‘tecnologia digital’ que se apresenta(ou) para milhares de sujeitos-professores nas salas de aula, mas é(foi) absorvido na memória como se não tivesse ocorrido, pois vem acompanhado de certo mascaramento e proibições.

Retomando as ideias que Davallon apresentou, Pêcheux mostra como a imagem sendo considerada como um operador da memória social é capaz de revelar um percurso “escrito discursivamente em outro lugar”, em outras palavras, o autor utiliza a imagem para exemplificar a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva. Nesse sentido, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (ACHARD et al., 1999, p. 52).

Percebe-se assim, que a maior dificuldade é saber onde residem esses implícitos, que estão *ausentes por presença* na leitura da sequência. Esses implícitos estariam disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta?

A partir dessa questão, e de uma série de retomadas, Michel Pêcheux possibilita uma diferenciação entre a Análise de Discurso e a Análise de Conteúdo, ambas apresentadas nas disciplinas de interpretação (ROCHA; DEUSDARA, 2005). Quando consideramos a imagem, por exemplo, como algo pronto ou acabado alimentamos uma ilusão de totalidade ou transparência que nos leva a apreender apenas os sentidos que o artista pretendeu expor, podemos concluir que se trata de

uma Análise de Conteúdo, na qual o objetivo é desvendar um único significado ou única interpretação daquilo que foi apresentado.

Por outro lado, quando pensamos em Análise de Discurso, consideramos a historicidade, a trajetória, a memória discursiva, as formações ideológicas, as condições de produção, o discurso e os gestos interpretativos. Com isso, este tipo de análise trabalharia com a imagem como sendo uma materialidade discursiva, pois um discurso a atravessa e a constitui, podendo o sujeito, de acordo com suas formações ideológicas e discursivas, atribuir sentidos a ela e tecer alguns ou vários gestos interpretativos. Como disciplina de interpretação, ela possui caráter aberto e heterogêneo, o que pode possibilitar ricos diálogos com o campo da arte, também constituído, essencialmente, pela heterogeneidade e deriva de sentidos (MORENO, 2016).

Retomando o exemplo do acontecimento ‘tecnologia digital’, podemos (re)pensar nossas práticas como sujeitos professores, pois a prática docente requer tomada de decisão num terreno complexo, incerto, com conflito de valores e singularidades. Por isso, o acontecimento não pode se inscrever no espaço da memória como se nunca tivesse ocorrido (PIMENTA, 2012).

6 MAIO DE 1968: OS SILÊNCIOS DA MEMÓRIA

Maio de 68 constituiu um acontecimento histórico na França, no qual estudantes e operários se uniram em uma onda de protestos contra o governo francês. Entretanto, Eni Orlandi escreve esse texto para refletir sobre as relações de memória, silêncios e censura frente ao contexto de ditadura militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, sendo a primeira versão do texto apresentada em 1998 no Colóquio “Utopias e Distopias” em Santa Maria (RS).

Eni Orlandi é professora de Linguística e dedica-se aos estudos sobre Análise de Discurso (AD). Dentre suas muitas contribuições, destaca-se a interpretação e a relação sujeito-sentido-história-sociedade.

Em suas reflexões, a autora traz à tona, no capítulo, importantes conceitos da AD, tais como, memórias de sentido e acontecimento discursivo.

O analista de discurso trabalha com a historicidade e não com a história ou os fatos em si. Dessa forma, quando Orlandi retoma o acontecimento *ditadura militar*, a autora fala de história e política, mas a partir da sua posição, ou melhor, da sua formação discursiva e com isso nascem os gestos interpretativos (ASSOLINI;

SOARES, 2013). Para refletir sobre memória em um contexto que inclua a discursividade é preciso relembrar a concepção de memória de sentidos. Portanto, uma memória “feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ACHARD et al., 1999, p. 59).

A autora busca aprofundar o acontecimento não apenas na perspectiva da violência, tortura e agressão, mas sim passando a considerá-lo como acontecimento discursivo, visto que o fato desencadeou um processo de produção de sentidos que, reprimidos, culminaram em efeitos metafóricos, nos quais é preciso (re)conhecer os vestígios e indícios para interpretar o sentido.

Buscando delimitar a forma como o acontecimento se inscreve na memória, ela se apoia nos dizeres de Pêcheux (apud) para concluir que sua reflexão aponta para um nuance entre memória e censura em geral.

Para compreender essa relação temos um aporte teórico que se inicia no assujeitamento, ou melhor, o sujeito é afetado pelo simbólico em sua ideologia e a partir de então se “permite” submeter à língua. Quando submetido a essa língua que pode ser a língua materna ou a língua vernácula (CORACINI, 2007), ele é afetado pelo simbólico tornando-se sujeito que produz uma materialidade discursiva pautada na língua capaz de se inscrever na história desde que não seja interdita.

Entretanto, esse sujeito já constituído pela língua, história e ideologia é afetado pelos processos de socialização por meio das diferentes formas de poder e então prevalece a individualidade, pois quanto mais categorizado, mais fácil para visualizar e controlar (FOUCAULT, 1987). “É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência” (ACHARD et al., 1999, p. 61).

Na sequência vemos o conceito de interdiscurso na perspectiva da AD, pois ao falar inconscientemente esquecemos alguns sentidos registrados na memória para que novos surjam. Mas considerando a relação com a censura temos também os designificados (sentidos evitados ou apagados por um processo de silenciamento) que sempre envolvem relação de poder.

Pensando nas lutas que se formaram diante do acontecimento Maio de 68, vemos a escrita se inscrever na história por meio de formulações metafóricas que buscavam anunciar a palavra *liberdade*. Frases como “*Faça amor e não faça guerra*” e “*É proibido proibir*” ganharam dimensões além do continente francês e repercutiram nas lutas contra a ditadura militar no Brasil, porém com metáforas ainda mais fortes que buscavam fugir da interdição política.

Sofremos até hoje reflexos dessa formação discursiva com formulações como “*Keep calm and...*”, mas que ao longo do processo de produção foi sofrendo um esvaziamento de sentido capaz de reduzi-las a simples *slogans* comerciais. Se pensarmos pelo viés da psicanálise, Lacan dizia que a escrita não precisa ser tão pensada como algo ideal, mas por outro lado, na perspectiva de resto, resíduo ou algo que sobra, então isso aponta para o fato de que a reescrita produz outra significação, e, assim, nos processos de produção de sentidos, existem diferentes versões. Daí a importância da historicidade e do interdiscurso no processo de reflexão sobre o papel da memória.

Pensemos nas vezes em que somos interditados pelas relações estabelecidas no ambiente de trabalho ou então pela atual condição política do país. Essas interdições naturalizam-se e diminuem o estranhamento por parte do sujeito a ponto de restringir alguns sentidos que revelam-se como impossíveis.

Por fim, Orlandi responde o que representa maio de 68 hoje, definindo memória discursiva como “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo o dizer” (ACHARD et al., 1999, p. 64). Dessa forma selecionamos nossas palavras para que ganhem novos sentidos a partir do interdiscurso que possuímos e, para isso, retomamos um espaço de deslocamentos e conflitos que é a memória (ACHARD et al., 1999). Nesse espaço pode haver faltas, mas não falhas, pois o sentido falta se houver apagamento, proveniente do silenciamento ou da interdição, mas não falha porque é decorrente de um acontecimento que rompe com o real, que marca.

A autora finaliza o texto com a importante conclusão, “o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites” (ACHARD et al., 1999, p. 67).

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas; Pontes, 1999.
- ALARCÃO, I. (Organizadora). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Art Med, 2001.

- ASSOLINI, F. E. P.; SOARES, E. J. P. ; **Histórias, e suas reverberações nas memórias e sentidos da leitura para sujeitos-professores:** formação inicial práticas pedagógicas. Plures Humanidades, v. 14, p. 164-190, 2013.
- CORACINI, M. J. R. F. **Pós-modernidade e novas tecnologias no discurso do professor de língua.** Alfa (ILCSE/UNESP), v. 50, p. 07-21, 2007.
- FOUCAULT, M.; **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MORENO, C. da C. **Leitura de imagens na Educação Infantil:** análise discursiva. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
- PIMENTA, S. G.; **Saberes Pedagógicos e atividade docente.** Cortez, 8ª ed.; São Paulo; p. 33; 2012.
- ROCHA, D.; DEUSDARA, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso:** aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Alea, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, p. 305-322, Dec. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Out. 2017.

Resenha recebida em: 03/01/2018

Resenha aprovada em: 02/04/2018

Edição Paula Chiaretti
Tamyres Cecília da Silva

Capa Diego Henrique Pereira

Revisão Guilherme Beraldo
Tatiana Sousa

Diagramação Paula Chiaretti

Editora Univás
Pouso Alegre-MG
jan-jul/2018